

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**EDUCAÇÃO, TEORIA SOCIAL E CULTURA NO CONTEXTO**  
**DE VIDA DOS JOVENS ENVOLVIDOS COM O COMÉRCIO**  
**DE DROGAS ILEGAIS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

**FEVEREIRO 2007**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO, TEORIA SOCIAL E CULTURA NO CONTEXTO  
DE VIDA DOS JOVENS ENVOLVIDOS COM O COMÉRCIO  
DE DROGAS ILEGAIS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Por Herminia Helena Castro da Silva

TESE APRESENTADA A FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO RIO DE JANEIRO COMO REQUISITO PARCIAL PARA A OBTENÇÃO  
DO TÍTULO DE DOUTOR  
ORIENTADOR: MARIA LÍGIA DE OLIVEIRA BARBOSA

FEVEREIRO 2007

<p>305.23098153 S586e</p>	<p>Silva, Herminia Helena Castro da Educação, teoria social e cultura no contexto de vida dos Jovens envolvidos com o comércio de drogas ilegais na cidade do Rio de Janeiro/ Herminia Helena Castro da Silva. – Rio de Janeiro, 2007. xix, 220p.</p> <p>Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.</p> <p>1. Jovens e narcotráfico – Rio de Janeiro (cidade). 2. Jovens – Aspectos sociais – Rio de Janeiro (cidade). 3. Cultura. 4. Educação. I. Título</p>
-------------------------------	---

Enquanto elaborava a tese me lembrei de amigos  
que eu intimamente vinculei a parágrafos, idéias, ou pequenas frases;  
pessoas queridas que tornaram o processo de escrever esse enorme quebra-cabeças  
possível porque a lembrança delas trazia sentido para a vida, diante de todo esse drama.  
Aos meus amigos, sobretudo aos educadores como eu, dedico esse trabalho.

Agradeço aos meninos e meninas que conheci nas instituições  
que atendem à criança e ao jovem em conflito com a lei  
que acolheram minhas perguntas  
com afeto, interesse e sinceridade  
e a Denise Castelo que acreditou em mim mesmo quando eu pensei ter desistido.

## **RESUMO**

A partir da convivência e das narrativas de jovens em conflito com a lei a respeito de suas vidas, o texto procura compreender o papel desempenhado por esse jovem na reprodução da sua existência, tal como ela é, tendo como ponto de partida a concepção de que a sociedade está vivendo um momento em que as instituições responsáveis pela coesão social estão enfraquecidas e de que a juventude das periferias ocupadas pelos comandos do tráfico tem sido socializada em contextos nos quais está sendo disseminada uma sub-cultura particular, derivada dessa ocupação e das atividades envolvidas na venda de drogas ilegais no varejo.

## **ABSTRACT**

Based on observations and the narratives of young people in conflict with the law, regarding their lives, the text aims at understanding the role played by these in the reproduction of their life conditions, having as a basis the notion that society is living a moment in which the institutions responsible for social cohesion are weakened, and the youth of the under-developed neighborhoods (occupied by organized traffic gangs) is being socialized in contexts in which a particular subculture is being spread, derived from this occupation and from activities related to the selling of illegal drugs in retail.

## SIGLAS USADAS

CRIAM → Centro Integrado de Atendimento ao Menor

CTR → Centro de Triagem e Recepção

DEGASE → Departamento Geral de Ações Sócio-educativas

DPCA → Divisão de Proteção da Criança e do Adolescente

FEEM → Fundação Estadual do Menor

FIOCRUZ → Fundação Oswaldo Cruz

FUNABEM → Fundação Nacional do Bem Estar do Menor

IETS → Instituto de Estudos sobre Trabalho e Sociedade

OIT → Organização Internacional do Trabalho

UNESCO → Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

**SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>02</b>
Relação sujeito/sociedade	<b>04</b>
Juventude e socialização em contextos ocupados pelos comandos do tráfico	<b>11</b>
Crianças e jovens em risco social	<b>15</b>
Crianças e jovens atendidos pelo DEGASE	<b>19</b>
<b>CAPITULO 1 - METODOLOGIA</b>	<b>24</b>
<b>CAPITULO 2 – ENVOLVIMENTO COM O CRIME E TEORIA SOCIAL</b>	<b>29</b>
<b>CAPÍTULO 3 – A OCUPAÇÃO DOS TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS PELO NEGÓCIO DAS DROGAS</b>	<b>57</b>
A infantilização e juvenilização da mão-de-obra do tráfico	<b>68</b>
O tráfico e sua relação com a comunidade	<b>73</b>
Tecido social, desigualdade e ação dos comandos	<b>85</b>
Vida comunitária e ideologias concorrentes	<b>92</b>
A atuação dos comandos em comunidades cariocas: algumas análises	<b>105</b>
<b>CAPÍTULO 4 – JOVENS EM CONFLITO COM A LEI NO RIO DE JANEIRO</b>	<b>119</b>
A instituição	<b>124</b>
As moças	<b>129</b>
As expectativas quanto ao futuro	<b>131</b>
Os rapazes	<b>133</b>
<b>CAPITULO 5 – ENVOLVIMENTO COM O TRÁFICO: ESCOLHA PESSOAL E DETERMINAÇÕES</b>	<b>150</b>
Relações interpessoais na família	<b>164</b>
Interações na comunidade: geração de renda, amizade e valores defendidos	<b>170</b>
Condutas tipificadas, auto-regulação e monitoração reflexiva	<b>175</b>
<b>CAPITULO 6 – O CONTEXTO DA OCUPAÇÃO DAS PERIFERIAS E O PAPEL DESEMPENHADO PELOS JOVENS NA REPRODUÇÃO DA VIDA QUE LEVAM</b>	<b>186</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>200</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>207</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>212</b>

## INTRODUÇÃO

Foi por acaso que conheci os meninos e meninas que cometeram ato infracional. Fui procurar trabalho na antiga FUNABEM do Quintino e o chefe do departamento cultural levou-me até a escola Odilo Costa Filho, que, na época, 1987, atendia garotos de 12 até 18 anos que estavam cumprindo medida sócio-educativa de internação; e ele me pediu que realizasse uma oficina de artes com os meninos ali internados.

Conviver com aqueles garotos mudou muitas das minhas idéias a respeito da educação, e um fato, em particular, serviu de ponto de partida para algumas das indagações que pretendo desenvolver nessa tese.

Eu tentava estabelecer umnexo entre o abandono das famílias brasileiras e a situação que os jovens viviam ali no internato, através da discussão de manchetes e fotos retiradas de revistas e jornais. A partir de um determinado momento, o abandono da família passou a ser identificado com o abandono dos meninos. A tese defendida por mim, de forma implícita, era a de que eles haviam sido abandonados por seus pais, porque suas famílias foram abandonadas pelo estado. De repente um dos garotos me perguntou com raiva:

- Tia, a senhora acha que a gente é abandonado só porque não vai ser doutor?

O significado dessa frase me parece fundamental para o estabelecimento das bases de um trabalho educativo voltado para os meninos que cometeram ato infracional. Compreender e lidar com as distâncias que separam os diversos grupos sociais, entre eles o grupo do educador e o dos meninos em conflito com a lei, tentando perceber os nexos das interações que constituem aquele grupamento diferenciado, é o ponto de partida do estudo que pretendo realizar.

A Escola Odilo Costa Filho, e mesmo a FUNABEM, já não existem, mas a problemática dos jovens em conflito com a lei está cada vez mais complexa. Depois daquele

primeiro contato com os meninos e meninas envolvidos no mundo do crime<sup>1</sup>, trabalhei com jovens que cometeram ato infracional em outras três ocasiões. Apesar de não ter realizado nenhum estudo sistemático, aos poucos fui percebendo que o envolvimento do jovens em delitos ligados ao tráfico de drogas foi aumentando. E, no caso do estudo que pretendo realizar agora, quase a totalidade dos meninos que serão investigados pertencem a rede sócio-econômica estruturada com base na venda de drogas ilegais nos territórios de favela.

Para realizar essa tarefa duas vertentes de investigação parecem fundamentais. A primeira delas diz respeito às interações estabelecidas no cotidiano dos garotos, principalmente as que constituem o setor de estilo de vida, aspectos regionalizados de atividades e condutas (Giddens, 2002), configurado no *mundo do crime* (Ramalho, 1983), que inclui o sistema de atendimento aos meninos que têm problemas com a lei. Para compreender melhor esse contexto vamos tentar compreender, por um lado, as interações constitutivas do cotidiano institucional e do trabalho no tráfico de drogas, e, por outro, vamos tentar entender as razões que levam o jovem a escolher o mundo do crime como estratégia de sobrevivência e o papel que a exposição à atuação dos comandos na comunidade desempenha nessa escolha. A segunda discute a relação entre esse setor de estilo de vida e a sociedade mais ampla, buscando continuidades e descontinuidades entre eles.

Grosso modo podemos dizer que a sociedade é um conjunto de relações sociais mais ou menos perenes, entendendo que as relações são interações carregadas de sentido compartilhado e informadas socialmente, que os sujeitos estabelecem no seu cotidiano. O tecido das relações sociais não é indiferenciado, ele possui regiões onde os laços entre os indivíduos são mais fortes porque se repetem mais rotineiramente. Essas regiões, setores de

---

<sup>1</sup> Esse termo foi usado por José Ricardo Ramalho para designar o espaço simbólico onde seu estudo a respeito de uma penitenciária paulista acontecia. Ele destacou uma linha de continuidade entre o sistema correcional e o mundo do crime, englobando nessa categoria a vida na cadeia e as interações que os detentos estabeleciam no cotidiano. Os meninos e meninas em conflito com a lei com os quais convivi, por sua vez, se referiam ao “mundão” para designar a vida fora da instituição. A semelhança entre essas duas formas de nomenclatura me fez optar pelo termo usado por Ramalho.

relações sociais, se diferenciam das outras pelo que Giddens (2002) convencionou chamar de “estilo de vida”: formas rotineiras de viver simbolicamente orientadas.

Para o escopo desse trabalho o mundo do crime é a região que se constitui nas relações sociais estabelecidas pelos jovens no tráfico de drogas, na comunidade onde atuam no tráfico e/ou moram e no sistema de atendimento aos jovens em conflito com a lei. Essa região, que será designada como “mundo do crime”, se configura em um cenário diferenciado onde relações sociais tipificadas, com rotinas crônicas e com valores específicos, pelo qual esse jovem circula cotidianamente.

É no encontro das duas vertentes de investigação propostas acima que tentamos levantar e compreender as situações típicas vividas pelos jovens na rede sócio-econômica da venda de drogas, consideradas como relações sociais estruturantes desse setor de estilo de vida, que ratificam as rotinas, as crenças e os conhecimentos envolvidos na continuidade do mundo do crime.

O objetivo do estudo proposto aqui é compreender o papel que os rapazes desempenham na reprodução da vida que levam, tal como ela é, tentando entender também o papel que as facções de drogas desempenham dentro das comunidades como grupos de poder e influência. As situações vividas por esses jovens serão delineadas a partir de suas narrativas e das razões alegadas para as escolhas feitas.

#### A relação sujeito/sociedade

A importância do papel desempenhado pelos sujeitos nas relações sociais cotidianas ganha destaque entre os teóricos sociais que acreditam na indissociabilidade entre sujeito e sociedade. Para apresentar essa matriz teórica vamos começar situando, mesmo que de forma geral, a contribuição de Giddens para a teoria social moderna. O próprio autor situa sua contribuição a partir da crítica as matrizes sociológicas clássicas, que ora acreditam caber aos

sociólogos tentar entender as ações sociais atomizadas, ora acreditam que o objeto da sociologia deva ser as forças supra-individuais que exercem poder sobre os indivíduos. Segundo Giddens a teoria social deve buscar estabelecer generalizações que tenham capacidade de explicar contextos determinados, mas não deve se ocupar em decidir sobre estudos focados na ação social ou nas estruturas, porque a ação social dos sujeitos desempenha papel constitutivo nos sistemas sociais, mesmo quando os atores não têm total controle cognoscitivo sobre elas. Outra falsa questão, fundamental para a teoria sociológica clássica que é reformulada por Giddens, diz respeito a escolha entre a realização de estudos macroestruturais, que buscam a compreensão de instituições que duram no tempo e exercem coerção sobre os sujeitos, e estudos microestruturais, que focalizam lugares, cenários e regiões. Isso porque ao propor a análise do papel que a ação social, relativa a lugares e interações específicas, desempenha na reprodução dos sistemas sociais e na estruturação das sociedades, a questão proposta anteriormente se dilui.

A teoria da estruturação está preocupada prioritariamente “... na reelaboração de concepções de ser humano e de fazer humano, reprodução social e transformação” (Giddens, 2003: XII). As propriedades estruturais dos sistemas sociais só se efetivam quando formas de conduta social são cronicamente reproduzidas. Por isso, para se entender a dinâmica social é preciso entender simultaneamente a ação do agente social. Nesse contexto o conceito de rotinização é fundamental para a teoria da estruturação e o cotidiano amplia sua significação teórica e empírica. “O termo cotidiano condensa exatamente o caráter rotinizado que a vida social adquire à medida que se estende no tempo e no espaço” (Idem: XXV). A ação humana atua como uma *durée*.

Giddens substitui a questão do dualismo da estrutura, que contrapõe sujeito e sociedade, pela concepção de dualidade da estrutura, onde sistemas sociais, entendidos como interações em tempo real, e sistemas de integração, entendidos como interações que duram

no tempo/espaço, assumindo posição supra-individual, são indissociáveis, mesmo que parte do conhecimento envolvido na reprodução crônica das condutas que se constituem nos sistemas sociais que se instituem, sejam de natureza tácita.

A estrutura é o conjunto de regras e recursos implicados na reprodução social. A estrutura está mais diretamente relacionada às regras e as condições de se manter um sistema social duradouro no tempo/ espaço. As regras são, ao mesmo tempo, constitutivas e reguladoras dos sistemas e funcionam como fórmulas envolvidas na reprodução cotidiana da vida coletiva. Mas os indivíduos nem sempre compreendem as regras de maneira profunda, e algumas regras podem nem ser formuladas. Os sistemas sociais são as práticas em tempo real. A estruturação é a ação recursiva dos indivíduos na rotinização da realidade. Mas a discursividade do agente é limitada. O indivíduo pode saber explicar apenas alguns níveis de sua ação e muitas vezes desconhecem as conseqüências. O autor vai discutir a ação social distinguindo a consciência prática – onde o indivíduo guarda as fórmulas de continuar o sistema e no sistema social, e a consciência discursiva - apreensão mais profunda do processo de estruturação.

A agência é o ato que o sujeito realiza por vontade própria no curso das suas rotinas no cotidiano. Ela é uma atitude, mesmo que alguns dos aspectos envolvidos, recursivos ou de contexto não sejam plenamente compreendidos pelos sujeitos. Giddens afirma que muitos dos conhecimentos usados como recursos na reprodução das rotinas cotidianas são tácitos.

Nessa vertente teórica o mundo da experiência é fundamental para o estudo da sociedade e não há uma verdade social imanente que precise ser descoberta. A vida coletiva é aquilo que os indivíduos constroem nas suas relações cotidianas. Não há indivíduo sem sociedade. É aquilo que se convencionou chamar de vida coletiva resulta do relacionamento dos indivíduos entre si. Na verdade, não há separação, nem antinomia possível entre sociedade e indivíduo.

O domínio básico de estudo das ciências sociais, de acordo com a teoria da estruturação, não é a experiência do ator individual nem a existência de qualquer forma de totalidade social, mas as práticas sociais ordenadas no espaço e no tempo. As atividades humanas, à semelhança de alguns itens autoreprodutores na natureza, são recursivas. Quer dizer, elas não são criadas por atores sociais mas continuamente recriadas por eles através dos próprios meios pelos quais eles se expressam como atores. (...) através delas os agentes reproduzem as condições que tornam possíveis essas atividades (Idem: 2-3).

Partindo desse princípio para entender como as práticas sociais se ordenam no tempo/espaço é preciso compreender os conhecimentos, tácitos e discursivos, envolvidos nas situações de co-presença e as rotinas através das quais os atores, ao aplicarem esse conhecimento, reproduzem as práticas sociais e a forma específica que essas práticas assumem no tempo/espaço.

Elias (1994, 2000; 2001) também não acredita na dicotomia indivíduo/sociedade. Para ele, a natureza do fenômeno psíquico é, justamente, ser um produto das relações sociais. O ponto de partida desse autor também é a crítica às matrizes teóricas sociológicas que partem de uma diferenciação básica entre indivíduo e sociedade para explicar as relações entre estes dois elementos. Segundo Elias, não há indivíduo sem sociedade, no sentido de que não existe uma verdade interior natural, e também não há sociedade sem indivíduo, não existem forças supra-indivíduas ou leis implícitas na sociedade em si. A sociedade é o produto da interdependência dos homens. Ela não existe para além dos sujeitos. Mas, mesmo sendo um produto da interdependência entre os indivíduos, a vida coletiva condiciona cada sujeito em particular.

O indivíduo não é um dado, um ser natural que guarda uma verdade interior particular e imanente. Os homens se individualizam no contato com a sociedade. O processo de individualização pressupõe a participação de um não-eu próximo e interdependente. A diferenciação dos elementos constitutivos do que atualmente se convencionou chamar de

mundo psíquico – ego, id, consciente, inconsciente, razão, emoção, etc. – não é algo naturalmente dado, ela só acontece dentro do contexto das relações entre os indivíduos e do processo civilizatório como um todo. O “corpo psíquico” não tem com o indivíduo a mesma relação que seu fígado ou seu coração. No processo de diferenciação da mente, cada elemento que a compõe está referido a outras pessoas e coisas, ou seja, é um produto da interdependência dos sujeitos e funcionam como maneiras específicas de auto-regulação.

O ser humano não é, como faz parecer certa forma histórica de autoconsciência humana, simplesmente um continente fechado, com vários compartimentos e órgãos, um ser que, para começo de conversa, em sua organização natural, nada tem a ver com outras coisas e seres, mas é organizado, por natureza, como parte de um mundo maior. Em certo sentido, ele é um vetor que dirige continuamente valências dos mais diferentes tipos para outras pessoas e coisas (...) Por natureza, ele é feito de maneira a poder e necessitar estabelecer relações com outras pessoas e coisas (Elias, 1994: 37).

Mesmo depois de adultos, as pessoas moldam-se umas às outras nas suas relações cotidianas, como em uma conversa aonde perguntas e respostas vão se acoplando gradativamente até formarem, ao final, uma linha única de pensamento constituída pelas contribuições dos participantes. Da mesma forma, ao moldarem-se mutuamente, os indivíduos elaboram e reelaboram em tempo real as teias que os ligam uns aos outros. A sociedade e o indivíduo estão em constante fazer-se.

Por outro lado, é o fato do homem elaborar-se nas relações reais que estabelece com os outros, ao lado da independência dele em relação aos condicionantes hereditários, que submetem de forma mais absoluta outros seres vivos, é que abre caminho para a liberdade de criação das relações sociais de interdependência. Os indivíduos criam a sociedade no momento em que se relacionam, mas essas relações têm uma dinâmica particular que imprime sua marca na vida de cada indivíduo isoladamente. A sociedade e seu curso no tempo são um produto não planejado das relações efetivas que os homens estabelecem entre si.

Para Elias, a sociedade é um produto da experiência real dos homens, ela não é anterior a eles, mas se constitui no fato dos sujeitos estarem em relações de dependência mútua. E o que liga as pessoas, o que as coloca em constante encontro, mesmo quando as relações de interdependência envolvem conflito e concorrência, é uma propensão natural à vida em grupo.

Mesmo que para um observador da história seja impossível perceber o papel dos indivíduos isolados dentro do *continuum* histórico, se pensarmos na vida real, no momento em que as estruturas de funcionamento das relações de interdependência são criadas e recriadas pelos indivíduos, é possível perceber melhor a dependência que o curso da história tem em relação a atuação do sujeito isoladamente. As sociedades complexas são, ao mesmo tempo, fixas e maleáveis. Existe sempre um espaço para as escolhas individuais.

Para Elias afirmar que a sociedade possui estruturas, e que o indivíduo está inserido num todo funcional ao qual deve acomodar-se para poder realizar sua individualidade, não significa separar indivíduo e sociedade justamente porque, a estrutura e a funcionalidade que aparecem para o indivíduo como uma forma capaz de condicioná-lo, nada mais são do que a estrutura e as funções das relações de interdependência nas quais este indivíduo está envolvido.

A maior expressão da indissociabilidade do indivíduo e da vida em sociedade é o fato dessa última ser produzida através de um processo de monitoramento e regulação recíproca das condutas dos indivíduos nas diversas relações de interdependência que eles estabelecem no cotidiano. Giddens, como Elias, acredita que a reprodução dos sistemas sociais envolve regulação recíproca de condutas. Para ele a ação social implica em monitoração reflexiva, racionalização e motivação.

A racionalização e a monitoração são fundamentais para promover o encontro com outros indivíduos e respondem mais diretamente pela continuidade da ação no tempo/espaço.

É através da racionalização da ação que os membros do grupo avaliam e desempenho de cada indivíduo, mesmo que o indivíduo seja capaz de manipular esses limites. A motivação, por sua vez, é um elemento do inconsciente. Os motivos são os mais diretamente responsáveis por planos e programas globais.

Na verdade, existe no repertório de conhecimento mútuo que o homem usa nos seus encontros com outros homens, elementos que não são totalmente conscientes. Mas a competência esperada pelos outros membros do grupo é a de que o indivíduo, enquanto agente da sua ação, seja capaz de explicar suas razões para agir, ou seja, possuam um "entendimento teórico das bases da sua atividade" e isso não significa ser capaz de explicar esse entendimento em termos teóricos. Nesse contexto as narrativas individuais sobre a biografia e o eu reflexivamente vivido, onde os sujeitos explicitam seus motivos e expressam seu projeto de identidade são fundamentais para se entender a ação social e os sistemas sociais estruturados por essa ação social.

Outro elemento fundamental para entender o papel desempenhado pelo sujeito na reprodução dos sistemas sociais através de suas interações cotidianas e do seu posicionamento, da identidade assumida em relação a um contexto, é o conhecimento que o sujeito tem desse contexto. A reprodução das atividades sociais depende muito do conhecimento que os atores têm delas. Cada sujeito precisa saber como "seguir em frente" nas interações e ações cotidianas, principalmente nas condições da alta modernidade. O papel do agente se amplia quando as tradições se tornam enfraquecidas enquanto critérios de validação da ação.

Não existem leis universais nas ciências sociais, nem haverá nenhuma (...) porque as condições causais envolvidas em generalizações sobre a conduta humana são inerentemente instáveis com relação ao próprio conhecimento (ou crenças) que os atores têm sobre as circunstâncias de sua própria ação. (...) Os atores leigos são teóricos sociais, cujas teorias ajudam a constituir atividades e instituições... (Giddens, 2003: XXXVI-XXXVII).

Se a reprodução dos sistemas sociais está baseada na reflexividade dos sujeitos e esses sujeitos constroem-se reflexivamente através de escolha de estilo de vida, um dos caminhos bastante ricos de investigação para se entender a reprodução crônica de rotinas, é discutir a diferenciação dessas rotinas e, por conseguinte, dos sistemas sociais constituídos por ela, através da análise das escolhas dos sujeitos e dos conhecimentos envolvidos nessas escolhas.

Por outro lado, se escolher entre estilos de vida é inevitável e determinante no processo de construção reflexiva do eu, é fundamental entender como a mutiplicidade de escolhas está disponível para cada conjunto de sujeitos. As escolhas são afetadas pelas situações de vida. Ou seja, nem todas as escolhas estão disponíveis para todo sujeito e nem todos os sujeitos têm pleno conhecimento das escolhas possíveis. Os estilos de vida assumidos pelos sujeitos são condicionados pela situação sócio-econômica.

#### Juventude e socialização em contextos ocupados pelos comandos do tráfico

Elias (1994) considera as diferenças entre os sujeitos, provocadas, entre outras coisas, pelas condições de vida, fundamentais para o entendimento das relações na sociedade.

A pessoa, individualmente considerada, está sempre ligada a outras pessoas de um modo muito específico através da interdependência, Mas, em diferentes sociedades e em diferentes fases e posições numa mesma sociedade, a margem individual de decisão difere em tipo e tamanho. E aquilo que chamamos 'poder' não passa, na verdade, de uma expressão um tanto rígida e indiferenciada para designar a extensão especial da margem individual de ação associada a certas posições, expressão designativa de uma oportunidade social particularmente ampla de influenciar a auto-regulação e o destino de outras pessoas (Elias, op. cit., 50).

Por isso, é preciso situar o problema da infração infanto-juvenil no contexto social mais amplo. O instrumental teórico de Giddens também aqui será de grande valia, mas algumas outras abordagens deverão ser acrescentadas porque a questão da desigualdade social, que não é central na análise desse autor, ilumina aspectos fundamentais para a

compreensão do papel desempenhado pelos meninos na reprodução da vida que levam. Principalmente quando o envolvimento com a rede sócio - econômica do tráfico é o que liga o menino ao mundo do crime. O tráfico de drogas promove a convivência cotidiana com o crime e a violência. Nas ruas das periferias da cidade do Rio de Janeiro meninos e meninas crescem expostos aos efeitos e a presença marcante do movimento de drogas e das situações provocadas por essa exposição. Ou seja, os jovens são educados em contextos onde a ideologia do pertencimento a uma facção é fundamental para a definição de identidades coletivas.

A educação é uma prática social que insere os sujeitos em um grupo específico, podemos dizer grosso modo que ela é um processo sistemático de transmissão de cultura. A educação formal é aquela que fica a cargo da escola a educação informal é recebida nas relações cotidianas e nas informações recebidas no dia-a-dia. Nesse texto vamos discutir as influências que o contexto de convivência desempenha na formação do quadro de mão-de-obra para as atividades do tráfico de drogas. Procurando entender melhor qual o papel que o menino desempenha na reprodução da sua própria vida e quais os recursos, conhecimentos prévios, que estão envolvidos nessa reprodução. O foco da investigação são os adolescentes em conflito com a lei que estão envolvidos com o comércio varejista de drogas ilegais na cidade do Rio de Janeiro. Mais precisamente, aqueles que estão cumprindo medida de internação na unidade fechada do DEGASE que atende aos jovens que têm a partir de dezesseis anos.

O envolvimento com o tráfico se dá de diversas maneiras diferentes. Pretendemos discutir a convivência desses jovens em um contexto onde está sendo disseminada a sub-cultura do combate e como a exposição a essa sub-cultura participa da problemática que os cerca e atua como parte do processo educativo informal que prepara esse jovem para desenvolver atividades no comércio varejista de drogas ilegais.

A idéia de preparação é utilizada no movimento de drogas para definir quem pode e quem não pode participar do negócio. Ou seja, para que o menino esteja apto a desempenhar um papel dentro da estrutura do crime, o jovem deve demonstrar algumas habilidades que não são consideradas inatas. Outra idéia que circula entre as figuras do movimento é a da existência de “pessoa de sangue ruim”. O “sangue ruim” é indicado pelo interesse precoce pela atividade e as vezes na agressividade no trato com pessoas ou animais. Nesse estudo vamos discutir como esse menino vê a questão da preparação e quais buscando entender a lógica da vida vivida por ele. Entendendo essa vida como um produto de uma sociedade em um determinado tempo. Ou seja, o contexto de vida dos jovens também faz parte e reflete as relações sociais mais amplas e se mistura com esse contexto maior de diversas formas diferentes.

A cultura é o acervo de conhecimentos que cada grupo social cria a partir das possibilidades e necessidades vivenciadas no cotidiano que funciona como fonte de identificação grupal e possibilita a comunicação. A cultura expressa as formas de viver de cada sociedade e materializa a estrutura das relações sociais, os valores e a concepção de mundo do grupo que a criou. Em uma mesma sociedade, de um contexto para o outro, conforme a conjuntura e as experiências específicas, vão existir diferenças culturais. Uma sub-cultura é um acervo diferenciado que se forma dentro de um contexto cultural maior a partir de práticas sociais e experiências grupais específicas daquele contexto. Como a matéria prima da cultura é a vida real, aquilo que é vivenciado, nas relações e no contexto simbólico, vidas diferenciadas dão margem a elaboração de acervos diferenciados.

A cultura deve ser entendida como um processo constitutivo de um modo de vida particularizado. Na construção dessa cultura, no calor do cotidiano, diante de suas características, o sujeito, ou grupos de sujeitos significam sua vida. O indivíduo joga com um

repertório onde a tradição, a inovação e outras influências, que chegam até eles em quantidades cada vez maiores através da indústria cultural, são reinventados e combinados.

A vizinhança é um lugar privilegiado no processo de produção de vínculos, cultura, identidades por que muitas vezes, é o único, ou o principal grupo de convivência, já que o trabalho é instável e a escola não ocupa um papel de destaque de muitas famílias. A ação dos comandos nos lugares públicos segmenta essa vizinhança. Cresce a importância de grupos fechados, como as igrejas neo-pentecostais.

Para Zaluar isso é tão mais verdadeiro em 80 quando percebemos que a sociedade vivia uma crise moral e social, na qual os padrões tradicionais perderam a força e novos padrões concorrem para atingir a hegemonia. Essa crise moral tem como uma de suas expressões o crime organizado e o aumento da criminalidade em geral. O crime é uma manifestação da crise moral e ele também tem uma racionalidade.

Na cidade do Rio de Janeiro a sub-cultura do combate influencia a identificação das crianças e dos jovens, funcionando como processo educativo informal, que são expostos a ação das facções de drogas há mais de vinte anos. Os jovens crescem dentro de contextos culturais onde os traços dessa cultura não só circulam como são reforçados pela realidade, no sentido de que a imagem que as facções criam sobre elas mesmas como defensoras das comunidades frente à ação dos inimigos, outros comandos e agentes de segurança pública, as promessas de poder e diferenciação pessoal e a crença no valor do tráfico como fonte de renda e saída contra o abandono do estado e da sociedade, são vivenciados pelo jovem no dia-a-dia.

A sub-cultura do combate se constitui enquanto um conjunto de crenças compartilhadas que são disseminadas por toda comunidade e atingem os adolescentes que estão vivendo uma fase onde buscam afirmar sua masculinidade e estão consolidando sua auto-imagem. Ela está baseada na valorização do dinheiro, do poder, da violência e do consumismo e materializa o orgulho de fazer parte de um grupo forte que intimida ao qual se

deve uma lealdade cega. Outro traço fundamental desse acervo é a metáfora da guerra como forma de interpretação da conjuntura vivida. Os jovens que defendem as atividades do tráfico são conhecidos como “soldados” e os oponentes são vistos como “inimigos”, também conhecidos como “alemães”. Nesse contexto o “inimigo” é percebido como “culpado” e deve ser destruído para que a justiça se estabeleça.

O ideal de homem viril é o do macho-disposição, que se constitui, por um lado, vinculando o poder, o dinheiro e o uso de armas à conquista das mulheres, e, por outro, fortalecendo a imagem do indivíduo que não dá satisfação a ninguém, a figura do chefe, a coragem e a ousadia. Essa concepção de virilidade é difundida dentro das comunidades pela ação dos comandos que atuam no comércio varejista de drogas ilegais (Zaluar, 2004). A militarização do movimento de drogas é um aspecto fundamental para entendermos o aumento dos índices de violência no Brasil e o envolvimento dos jovens com atos violentos, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro.

Tudo isso porque a educação é um processo integral, porque os sujeitos se constituem na interação com o mundo que os cerca, porque os indivíduos estão sempre buscando a aceitação dos seus pares, buscando ser parte integrante de seu grupo de convivência, seja esse grupo de convivência a família, a comunidade escolar, ou a turma da rua. Onde podemos concluir que o jovem infrator seria um sujeito socializado em interações específicas.

### Crianças e jovens em risco social

A problemática da infância e da adolescência no Brasil tem assumido proporções alarmantes. A pauperização da família, provocada pelos altos índices de concentração de renda, leva milhões de jovens a condições precárias de vida. Na verdade, a percentagem de crianças e adolescentes envolvidos com o mundo do crime, dentro do universo populacional dos prejudicados pelas bases sócio-políticas nas quais o desenvolvimento econômico está

assentado, é pequena. Paralelamente a violência social, vivenciada na escassez de oportunidades educacionais, profissionais e de melhora na qualidade da vida, o jovem das camadas mais desfavorecidas da população ainda vem enfrentando o fenômeno da exposição cada vez maior aos produtos da crise de sociabilidade, que se expressa nos índices de violência física envolvendo jovens. Eles estão vivenciando situações onde a violência é um recurso, um saber, uma prática, um conjunto de rotinas, que garantem a reprodução do sistema social vigente. Segundo dados da UNESCO (Waiselfisz Apud Abramovay et alii, 1999), de 1979 até 1996 o número de mortes por homicídio e outras formas violentas entre os jovens de 15 até 24 anos cresceu 135%. Isto para todo o Brasil. Quando focalizamos as grandes cidades, este crescimento para a ser da ordem de 166% para o mesmo período.

Outra forma de materialização da violência sofrida pela juventude pobre é a associação do jovem das camadas mais desfavorecidas da população com a imagem do bandido, o que implica na discriminação de sua forma de ser e dos produtos da cultura produzida por ele - mesmo quando não estão diretamente envolvidos com o crime ou qualquer forma de marginalidade.

... os policiais confirmam que as turmas de jovens paradas nas esquinas são imediatamente consideradas suspeitas e sujeitas a revistas: 'Montinho assim na esquina, rodinha, a gente vai abordar pra ver o que eles estão fazendo ali. (...) A nossa função é abordar antes que eles venham cometer qualquer erro.' O 'kit peba' - bermuda 'ciclone', calça caindo, cabelo solto, boné, tênis de marca, correntes e anéis - a bicicleta, a forma de os jovens caminharem, falarem e olharem para os policiais são associados ao malandro ou bandido ( Abramovay et alii, 1999: 155).

Se as políticas públicas básicas não são acessíveis aos meninos e meninas das camadas mais desfavorecidas da sociedade, de maneira geral, para os jovens que cometeram ato infracional o acesso aos bens sociais é ainda mais difícil. Estes jovens são internados em estabelecimentos sem infra-estrutura adequada, onde passam a maior parte do tempo ociosos. Além disso, as expectativas dos profissionais do sistema de atendimento quanto ao futuro dos

meninos infratores nem sempre consideram realmente a possibilidade de resignificação social desses sujeitos.

As instituições que atendem os meninos e meninas que cometeram ato infracional em regime fechado estão inseridas no contexto perverso que começa no lugar que os meninos chamam de *mundão* – circuito do crime e da miséria que eles vivem fora da instituição -, passa pelo sistema de controle do crime – delegacias, viatura, relações interpessoais com policiais civis e militares - e termina nos muros do internato. Esse circuito é percorrido por quase todos os jovens que cumprem medida de internação diversas vezes durante sua vida como infrator. Deste contexto ainda fazem parte a dinâmica que exclui os jovens da escola – a maioria dos garotos tem baixa escolaridade e histórico de repetência e expulsão – e as dificuldades financeiro-sociais enfrentadas pela sua família – a maioria dos meninos e meninas infratores pertencem aos estratos menos privilegiados da sociedade

No Rio de Janeiro hoje, os jovens que cometeram ato infracional podem ser atendidos em regime aberto e nas escolas para cumprimento de medida sócio-educativa de internação. Todo esse sistema está sob a responsabilidade do governo estadual. Meu estudo irá focalizar a unidade do Departamento Geral de Ações Sócio-educativas – DEGASE, que recebe adolescentes para cumprir medida sócio-educativa de internação.

Segundo dados levantados pela 2ª Vara da Infância e Juventude e da pesquisa realizada pelo Observatório de Favelas (Observatório de favelas, 2006), 70% dos jovens que cometeram ato infracional têm entre 14 e 18 anos e 90% deles são meninos. Do total de jovens 16,35 % são analfabetos, enquanto que 28,48% deles cursam o primeiro segmento do ensino fundamental e 24,21 % cursam o segundo segmento. Apenas 5,2% estão no ensino médio. O envolvimento dos jovens com o tráfico responde por 35% dos processos, enquanto que os crimes contra o patrimônio estão em torno de 30%. Os meninos reincidentes correspondem a aproximadamente 40% dos jovens que circulam pelo sistema de atendimento.

O número de jovens que foram encaminhados para internação, provisória ou sentenciada, ficou em torno de 10%. Ou seja, os rapazes que serviram de universo para esse estudo são, na sua maioria, adolescentes com pouca escolaridade que respondem processo por crimes contra o patrimônio e envolvimento com o tráfico.

O objetivo da pesquisa cujos resultados agora estão sendo apresentados é tentar compreender o papel desempenhado pelo jovem no processo de estabelecimento das interações vivenciadas no cotidiano do mundo do crime, tentando perceber as especificidades desse contexto e os vínculos com a sociedade mais ampla e com o processo de reprodução das condições de vida do jovem e do seu grupo social de origem dentro das comunidades onde vivem. Em outras palavras, o objetivo aqui é compreender o papel que os rapazes desempenham na reprodução de vida que levam, tal como ela é no contexto onde estão inseridos. No caso desse estudo, isso significa compreender o espaço de circulação constituído pelas atividades desenvolvidas pelo jovem no comércio varejista de drogas ilegais com base nos territórios ocupados pelos comandos do tráfico.

Partindo da premissa de que em função de uma crise de tradição, ideologias concorrentes disputam o cenário da comunicação social diversos autores analisam a forma como essas ideologias concorrentes atingem os jovens. Esse foco se justifica pelo fato de que a questão da fragilidade dos laços sociais amplos que atravessam todo o tecido social vai ter como um de seus desdobramentos o fortalecimento de laços e identidades locais, que em função da escassez dos recursos, entram em conflito direto, como no caso das lutas pelo controle do território, ou conflito indireto, que se trava no campo simbólico, como no caso do embate entre a sub-cultura do combate e as igrejas evangélicas, sobretudo as neo-pentecostais, que disputam o controle sobre a socialização dos jovens em contraposição aos comandos e outros grupos culturais tradicionais, como as escolas de samba e as manifestações culturais afro-brasileiras. Por outro lado, essa influência se dá durante o processo de socialização em

um contexto onde as figuras de tráfico e do poder público cada um a seu modo, dão exemplos de falta de solidariedade cívica; em um contexto onde a lógica individualista circula até em instituições comprometidas com o combate ao tráfico, a exemplo das igrejas e ongs – como demonstra o depoimento abaixo, dado por um educador social de importante grupo cultural que atua em comunidades de baixa renda ocupadas pelos comandos:

***- A banda (nome da banda) mostra para todo mundo que não é preciso se do tráfico para ser famoso e realizar seus sonhos de consumo. O (nome da banda) é uma prova disso.***

As crianças e jovens atendidos pelo DEGASE

O perfil dos jovens em conflito com a lei e as características das atividades desenvolvidas por eles no comércio varejista de drogas ilegais serão discutidos a partir de dados sistematizados por duas fontes diferentes: o DEGASE e do Instituto de Estudos sobre Trabalho e Sociedade – IETS. Dados levantados pela 2ª Vara da Infância e da Juventude da Comarca do Rio de Janeiro também serão discutidos.

1- Dados do Centro de Triagem e Recepção

O DEGASE é o órgão do governo de estado responsável pela execução das medidas sócio-educativas aplicadas pelo poder judiciário no Rio de Janeiro aos jovens entre 12 e 18 anos apreendidos por ato infracional. Ele é constituído por unidades abertas – Centro de Recursos Integrados de Ação ao menor – CRIAMs, por cinco unidades fechadas, um Centro de Triagem e Recepção – CTR, e diversos pólos que desenvolvem projetos específicos.

Os jovens encaminhados ao CTR, pelas Delegacias de Proteção a Criança e ao Adolescente – DPCA, ou vindo de outras comarcas, são atendidos por uma equipe multidisciplinar que tem por objetivo levantar o perfil biopsicossocial dessa clientela a fim de subsidiar as decisões do poder judiciário. Entre outubro de 2001 e agosto de 2002 a equipe do

CTR levantou o perfil de 945 rapazes e 96 moças que foram encaminhados para àquele órgão. Os dados a seguir foram sistematizados a partir desse levantamento.

A maior parte dos jovens em conflito com a lei atendidos no CTR é composta por adolescentes que têm entre 15 e 17 anos. Aproximadamente 75% deles são negros ou pardos. A maioria deles é proveniente das regiões periféricas da cidade. Apesar de 96% dos rapazes e 99% das moças terem frequentado a escola, apenas 22% deles chegou a completar 4 anos de escolaridade. 65% das moças e 70% dos rapazes foram repetentes e 50% de todos os entrevistados acreditam que têm dificuldades para aprender.

Nas camadas menos favorecidas a pressão social para a entrada do jovem no mercado de trabalho é muito grande e 88% dos rapazes declarou já ter trabalhado, desse montante 52% afirmam que trabalhavam para ajudar nas despesas de casa. Os entrevistados desempenharam ocupações mal remuneradas, sem vínculo empregatício, principalmente na construção civil, no comércio informal e em funções pouco qualificadas, como limpadores e guardadores de carro.

Quanto ao grupo doméstico, para 50% dos entrevistados a mãe é a figura familiar mais importante. 50% dos rapazes e 40% das moças não têm mais pai e 16% dos rapazes e 21% das moças apenas conheceram a mãe. Apenas 18,7% dos rapazes e 15,6% das moças foram criados pelo pai e pela mãe juntos. As relações familiares têm um alto índice de violência e essa violência está mais frequentemente relacionada a figura masculina do pai e do padrasto. Também é significativo o índice de famílias que enfrentam problemas de doença, principalmente da mãe – 45% das moças e 36% dos rapazes. Entre os jovens há uma grande incidência de doenças respiratórias e 10% dos rapazes e 20% das meninas já receberam atendimento psiquiátrico ambulatorial. O envolvimento de familiares com a criminalidade também é bastante significativo. 35% dos rapazes e 45% das moças relataram o envolvimento de parentes com o crime, principalmente irmãos e primos. 50% dos rapazes e 70% das moças

relataram casos de parentes envolvidos com drogas ilegais e lícitas, principalmente o álcool. Entre os adolescentes as substâncias tóxicas drogas mais usadas são o cigarro, 71% dos rapazes e 62% das moças - e a maconha – 69% e 62% respectivamente. A cocaína, principal produto comercializado no Brasil é consumida por 21% dos rapazes e 18% das moças.

Entre os mais novos, até 14 anos o principal motivo da apreensão pela polícia é o furto. Mas, à medida que o jovem cresce, o envolvimento com o comércio de drogas passa a ser o principal motivo. Na faixa etária que vai de 15 até 17 anos, 31,7% dos rapazes e 9% das moças estavam envolvidos com o tráfico. Na faixa etária dos adultos jovens, a partir de 18 anos, esses índices crescem para 32,2% e 26,3% respectivamente. O número de reincidência no tráfico também é o mais alto para os adolescentes: 54,5%.

## 2- Dados do Instituto de Estudos sobre Trabalho e Sociedade

A atuação no tráfico é uma das modalidades de “pior forma de trabalho” para crianças e adolescentes na classificação da Organização Internacional do Trabalho – OIT. Em julho de 1999 realizou-se a Convenção das Piores Formas de Trabalho Infantil, e como produto elaborou-se um plano de trabalho voltado para o enfrentamento dessas problemáticas em nível mundial.

A OIT está empenhada em sistematizar, analisar e divulgar os resultados de pesquisas a respeito das condições e das relações estabelecidas nesse tipo de atividade. Por meio do Programa Internacional de Eliminação do Trabalho Infantil – IPEC e das Informações Estatísticas e Programa de Monitoramento do Trabalho Infantil – SIMPOC, esse órgão realizou 38 avaliações das piores formas de trabalho infantil em 19 países e uma fronteira. Os estudos analisaram as seguintes modalidades de trabalho: escravidão, serviço doméstico, crianças soldado, tráfico de crianças, depósito de lixo, trabalho em mineração, exploração

sexual, tráfico de drogas, trabalho perigoso em agricultura comercial, pesca e crianças que trabalham na rua.

A avaliação que analisou a atuação de crianças e jovens no comércio varejista de drogas ilegais no Brasil focalizou a cidade do Rio de Janeiro. Ela foi realizada pelo Instituto de Estudos sobre Trabalho e Sociedade – IETS.

O objetivo da pesquisa era disponibilizar para o público, informações qualitativas e quantitativas amplas e profundas. Foram entrevistadas 100 pessoas, entre jovens em conflito com a lei, familiares desses jovens, usuários de droga, membros do sistema judiciário, profissionais de educação e moradores de 21 comunidades desassistidas, onde não há investimentos significativos do Estado e do setor privado. A pesquisa também analisou dados sistematizados pela 2ª Vara da Infância e da Juventude – 2ª VIJ entre 1996 e 2000.

Segundo o estudo do IETS o número de jovens em conflito com a lei envolvidos com o tráfico no Rio de Janeiro vem aumentando, além disso, a idade desses meninos vem diminuindo. A média no início dos anos 90 ficava em torno de 15 a 16 anos, no ano 2000 essa média caiu para 12 até 13 anos. Os dados também evidenciam que a maioria das crianças e jovens é afro-descendente: 90% da força de trabalho no comércio varejista de drogas ilegais. Esses números ganham importância quando são comparados com a proporção de afro-descendentes na população nacional: 40%. Os jovens são a segunda geração de cariocas. A maioria dos meninos descende de imigrantes nordestinos.

Em resumo, os jovens pertencem aos estratos mais pobres dos moradores das comunidades, a maioria é composta por negros e pardos. Eles alegam que entram no tráfico para conseguir prestígio e poder, viver emoções e ganhar dinheiro. Os meninos vivem sua vida social dentro do tráfico e esse vínculo com o grupo é um fator fundamental para a permanência nessa atividade. Além disso, ao ser identificado como um membro da rede social

do tráfico é muito difícil mudar sua imagem diante da comunidade e da polícia e isso torna mais difícil mudar de vida. Eles acreditam que a única forma de deixar essa vida é acumular dinheiro suficiente para abrir o seu próprio negócio em um outro lugar.

## CAPÍTULO 1

### METODOLOGIA

Como o foco desse estudo recai sobre as relações sociais, as interações, a vida em tempo real, foi preciso focalizar o papel desempenhado pelo menino nessas interações, tentando entender como ele participa da reprodução de sua situação de vida. No caso dos meninos envolvidos com o tráfico de drogas as interações básicas ganham importância por que ele tem o seu campo de sociabilidade restrito a elas. Por interações básicas estamos entendendo as estabelecidas na esfera da família, da vizinhança e da amizade. Além disso, estão incluídas nesse rol as relações estabelecidas no tráfico, aqui entendido como a estratégia de geração de renda adotada e o lugar onde o menino faz amizades, essa atividade sendo estruturada nas relações sociais básicas mencionadas antes.

O campo de investigação compreendia a percepção da vida comunitária dentro de um contexto ocupado pelo negócio das drogas. Entendendo que esse local é onde o menino se socializou, vive sua vida e desempenha suas atividades diárias. No caso dos meninos que vivem essa situação e optaram pelos crimes contra o patrimônio, a vida social é mais ampla. No caso dos meninos envolvidos com os comandos, o pertencimento ao tráfico define as relações interpessoais e as atividades desenvolvidas em todos os setores da vida. Como uma instituição total, que na maioria dos casos envolve a família, os amigos, e a vizinhança. A investigação desse universo se deu com base nos depoimentos dos meninos e no material coletado durante os dois períodos em que estive no educandário e em dados coletados por outros pesquisadores. Foi muito valiosa para esse estudo a experiência acumulada por anos de convivência em comunidades de baixa renda, ocupadas e ou não pelos comandos do tráfico.

O universo pequeno, diante da magnitude do problema da infância e da juventude no mundo hoje, permitiu que a literatura a respeito do tema, apesar de rica, focalize um campo temático bem definido. Mas, a partir desse pequeno universo, os autores conseguem discutir a

sociabilidade de maneira geral. Entre as discussões a respeito desse universo capazes de lançar luz na sociedade como um todo vamos nos ater àquela que aborda a questão da fragilidade das teias de sociabilidade e como essa fragilidade refletiu na socialização dos jovens que atuam no tráfico de drogas ou que se relacionam com os comandos enquanto organização do crime organizado a quem se deve lealdade e respeito.

Tomando como ponto de partida base a teoria da estruturação (Giddens, 2003), antes de qualquer coisa, é necessário ter uma base sólida de pesquisa empírica para compreendermos a ação e a reprodução social. Como o meu foco é o jovem é o conhecimento que ele domina para reproduzir sua vida tal como ela é, meu estudo partiu de entrevistas individuais e grupais com os adolescentes internados. Considerando esse menino como agente da sua vida pessoal. Ele também é um agente no sentido de que ele foi sujeito das ações que constituem sua rotina diária e o matem nesse setor de estilo de vida específico.

Ainda segundo Giddens, o exercício em pesquisa social é o de dar significado a fenômenos que se constituíram como significativos. Para se realizar esse tipo de estudo é preciso conhecer o que os atores sabem e o que têm de saber para prosseguir nas atividades cotidianas; buscar os conceitos de segunda ordem, já que para viver os indivíduos, que são o objeto de análise do pesquisador social, precisam significar a *realidade para eles* mesmos.

Por outro lado, também é necessário entender o contexto onde a ação desses jovens se dá. Nesse caso, isso significa compreender o espaço de circulação constituído pelas atividades desenvolvidas no tráfico dentro da comunidade e a experiência da internação.

A relação do tráfico com a comunidade foi investigada, sobretudo, através da minha própria experiência em duas ocasiões diferentes nas quais trabalhei na periferia do Rio e da leitura e análise dos estudos realizados sobre esses territórios e sobre as crianças e jovens que atuam no tráfico. Também foram fundamentais os depoimentos dos rapazes do internato.

A literatura que discute o envolvimento de crianças e jovens com a venda de varejo de drogas ilegais é predominantemente formada por estudos etnográficos. Vale destacar pela sua importância para esse estudo o texto onde Zaluar (2000) apresenta os resultados da sua experiência de vida na Cidade de Deus, a pesquisa de Dowdney (2000) sobre as crianças que atuam no tráfico de drogas, o estudo encomendado pelo OIT (Organização Internacional do Trabalho, 2002) a respeito dos jovens trabalhadores<sup>2</sup> do tráfico, o estudo realizado pela FIOCRUZ a respeito da organização do negócio da droga (NEPD & CLAVES, 2000) e os dados sistematizados pelo DEGASE e pela 2ª Vara da Infância e da Juventude e pelo Observatório de Favelas.

Trabalhei com os dados existentes no juizado e levantados por diversos estudos empíricos no sentido de traçar um perfil sócio-econômico dos jovens, e com entrevistas abertas com o objetivo de entender as justificativas do menino para suas escolhas e os limites dentro dos quais se insere a sua compreensão da vida que leva e do papel que desempenha na elaboração dessa vida.

A opção de trabalhar com os internos se deve ao fato de que é mais fácil estabelecer um contato sistemático com eles. Quanto à questão de focalizar a reincidência, acredito que a identidade desses sujeitos esteja mais fortemente condicionada pelo trânsito dentro do sistema de atendimento ao jovem que cometeu ato infracional o que os caracteriza como um grupo diferenciado de convivência.

A primeira etapa da pesquisa foi realizada durante os meses de agosto e dezembro de 2003, quando estive na unidade do DEGASE que recebe adolescentes realizando entrevistas com jovens em conflito com a lei que cumpriam medida de internação. Foram realizadas entrevistas em grupo (Anexo 1) com garotos do Comando Vermelho e do Terceiro Comando, entrevistas individuais (Anexo 2) e analisados os prontuários (Anexo 3) de todos meninos

---

<sup>2</sup> O termo trabalho é usado para designar a atuação dos meninos no tráfico porque essa é a estratégia de geração de renda escolhida por eles. Na verdade a atuação no movimento é considerada pela OIT como uma das piores formas de trabalho infanto-juvenil.

entrevistados individualmente. Durante esses cinco meses a instituição foi visitada todas as semanas em que nos foi permitida a visita<sup>3</sup>.

Os meninos estavam separados por comando. Recebemos quatro grupos de meninos para a entrevista grupal. Realizamos dois grupos focais com o CV e dois com o Terceiro e o ADA. A partir dessas entrevistas, que duraram mais de um dia com cada grupo, nós realizamos as entrevistas individuais. Nem todos os meninos que participaram dos grupos foram entrevistados. Além de não quererem, a instituição passou por uma rebelião no início de novembro que culminou com a morte de dois meninos do Terceiro Comando: um queimado e o outro perfurado com estoque – objeto perfurante feito com perna de mesa, cabo de vassoura ou qualquer outro pedaço de madeira. A partir daí não foi mais possível entrar no educandário. Em dezembro as entrevistas foram suspensas e comecei a ler os prontuários de rapazes que havíamos entrevistado individualmente. Dos grupos focais participaram aproximadamente 14 rapazes. Seis rapazes foram entrevistados individualmente. Os prontuários desses seis jovens foram analisados.

O material coletado em 2002 era muito rico e abriu várias frentes de investigação. Os dados foram analisados e com o auxílio da literatura especializada, foram definidas linhas de aprofundamento. Em 2006 voltei a instituição para realizar uma nova etapa das entrevistas focalizando mais detalhadamente. O foco da análise recaiu sobre as relações sociais estabelecidas nas comunidades ocupadas pelos comandos que culminaram com a entrada do rapaz para o mundo do crime.

Em 2006 estive na instituição durante os meses de fevereiro até maio tentando montar junto com uma pedagoga do DEGASE uma sala de leitura. Esse processo foi cheio de idas e vindas e só recebi permissão de falar com os rapazes no fim do mês de abril. Estive com eles

---

<sup>3</sup> As instituições que recebem jovens que estão cumprindo medida de internação, geralmente, têm um cotidiano conturbado. Durante o tempo que permanecemos lá no ano de 2003, dois grandes conflitos aconteceram. Em um deles, no início do mês de novembro, um dos meninos do 3º Comando morreu queimado. Nas semanas posteriores aos conflitos não foi permitido visitar a instituição. Em 2006 houve apenas uma rebelião e algumas ameaças.

na escola de ensino regular que existe na unidade durante o período das aulas. Recebi apoio dos profissionais da escola que me contaram histórias, indicaram informantes e forneceram material para análise que havia sido elaborado nas atividades do ensino regular. Também pude conhecer o prédio onde o educandário funcionava e ouvir histórias dos profissionais do DEGASE e de familiares em dias de visita.

Em 2006 as entrevistas visavam aprofundar os pontos considerados mais significativos a partir da análise do material inicial. Entre agosto e outubro realizei minhas entrevistas. Foram feitos dois grupos focais (Anexo 4) com cada comando e continuei conversando informalmente com os jovens. Além disso, pude analisar material elaborado pelos rapazes nas aulas do ensino regular. Aproximadamente 12 garotos participaram dessa etapa: 8 do Terceiro ADA e 4 do CV. Nas conversas informais pude abordar perto de 200 rapazes. Estive em todas as turmas dos quatro turnos da escola e também conversei com os garotos pelos corredores do colégio e do internato. Entrevistamos individualmente dois garotos do Terceiro Comando. Todas as idéias básicas encontradas em 2003 se repetiram. Nessa ocasião não tive autorização do DEGASE para ler os prontuários.

Em 2006 não houve necessidade de realizar muitas entrevistas por que as respostas foram se repetindo, e as histórias eram muito parecidas com as coletadas em 2002 e as encontradas na literatura especializada. Parei com o trabalho quando considerei que o material havia atingido um ponto de saturação.

## CAPÍTULO 2

### ENVOLVIMENTO COM O CRIME E TEORIA SOCIAL

A questão da infração infanto-juvenil é uma das problemáticas fundamentais para sociedade brasileira atualmente. Principalmente quando percebemos que o aumento dos índices de violência está associado ao tráfico de drogas e a mão-de-obra de crianças e adolescentes é a mais usada nessa atividade.

No caso desse trabalho vamos focalizar a questão da delinquência nas atividades desenvolvidas pelo jovem no tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro. Optou-se por esse foco em função de duas coisas. Em primeiro lugar pelo fato de que nessa cidade o envolvimento com o tráfico e os comandos de drogas são o principal motivo de detenção de crianças e jovens e porque na unidade fechada que serviu de campo de investigação para esse estudo, o envolvimento com os comandos serve de critério de distribuição dos jovens no espaço. Os comandos são associados as suas comunidades e os jovens são separados por território de ocupação de cada comando determinado. Mas, mesmo que o critério seja a comunidade, internamente a identidade passa pelo comando porque as comunidades são separadas por pertencimento a um ou outro comando e os jovens são identificados em grupos de comandos. Os do Comando Vermelho são conhecidos como “do Comando” e os moradores de localidades ocupadas pelo Terceiro Comando são conhecidos como “do Terceiro”.

Uma das perguntas mais freqüentes que tentamos responder frente a essa problemática é por que a juventude se envolve com esse tipo de atividade. Quem é o responsável: o ambiente ou as inclinações pessoais? A delinquência juvenil é um produto das estruturas sociais ou é uma resposta particular do indivíduo na sua relação com o mundo?

As discussões travadas na sociedade onde se busca compreender a relação do jovem com a delinquência podem passar por dois focos distintos: em um deles o jovem é, antes de tudo, um produto do meio e das injustiças sociais, no outro, ele fez uma escolha racional, em algum momento e por isso escolheu essa entre as opções oferecidas. Para outros ainda, o jovem tem uma deficiência de índole, ou caráter. Do ponto de vista teórico, muitos autores importantes que discutem essa problemática, entre eles Zaluar, Alvito, Velho, associam as duas primeiras vertentes.

Focalizar o sujeito ou a estrutura também não nos interessa aqui. Vamos trabalhar com uma matriz sociológica que considera o sujeito e a sociedade como fenômenos indissociáveis. Dentro dessa matriz as interações estabelecidas em tempo real em cenários específicos são o foco da abordagem. O sujeito não é um produto de meio, um objeto onde as forças sociais atuam, nem um dado, uma verdade imanente que se relaciona com a realidade exterior a partir de suas tendências inatas. Sujeito e sociedade, indivíduo e interações, são produzidos ao mesmo tempo, e mesmo o cenário onde as interações acontecem, é um elemento constitutivo das ações e das situações que nele se desenrolam.

Essa abordagem teórica é mais fecunda porque ela foge das explicações que indiferenciam contextos, possibilitando focalizar a importância que a ação dos comandos, e de seus associados do poder público, tem nos cenários onde a tragédia do envolvimento de crianças e adolescentes com o crime se desenrola. Ela também busca fugir da associação fácil entre pobreza e crime, focalizando a exposição direta de determinados sujeitos, dos estratos sociais médios e inferiores, à ação das facções e do embate entre essas facções e os agentes de segurança, muitas vezes corruptos ou violentos. Ela também é fundamental porque potencializa as bases para se definir uma intervenção. Educação não é um processo puramente especulativo, ela é uma prática social. Ter como pressuposto teórico a indissociabilidade entre sujeito e sociedade fortalece a importância das relações intersubjetivas nas comunidades e

dentro das instituições que atendem aos jovens que cometeram ato infracional e nas escolas. Além disso, esse foco possibilita discutir as questões estruturais que são componentes fundamentais da constituição da situação dos jovens e amplia o valor da educação.

Se o jovem é um produto do meio, é preciso mudar o meio, e esse não é o campo de ação direta do educador. Por outro lado, se a opção pelo crime depende absolutamente do sujeito, se ela diz respeito à índole, ou caráter, o campo de ação do trabalho educativo se estreita novamente, abrindo espaço para a religião ou para a psicologia mais estrita. Mas quando destacamos a escolha dos jovens relativa a um contexto e focalizamos as relações sociais estabelecidas em tempo real; quando destacamos que suas condutas se conformam através do controle mútuo e consciente tendo como modelo as regras e convenções sociais, ou, nos dias de hoje, outra ideologia concorrente, como o mercado, as galeras, a ação da educação brasileira, do ato e da situação pedagógicos no Brasil, ganham destaque e concorrentes.

A escolha de uma teoria social que tenha no cotidiano seu foco de análise se deu quando conheci Giddens e a teoria da estruturação. A idéia de que vamos construindo as coisas na dimensão mais banal que isso tem: na educação dos filhos, nos exemplos que damos aos outros, nas atitudes que tomamos no trabalho, nas urnas. Alguns com mais controle sobre o que está em curso do que outros, alguns com menos escolhas disponíveis, mas nem por isso perdendo a dimensão humana de ser sujeito da sua experiência; de ser capaz de atribuir a ela um sentido.

A partir de Giddens outros autores foram se somando, sobretudo Elias e Zolner, que desenvolveu um conceito interessante de “verdade contextual” para definir o processo através do qual os sujeitos significam suas vidas em uma comunidade periférica carioca. Teóricos como Weber, Simmel e Goffman, menos importantes para a análise, foram fundamentais para a composição do cenário teórico.

Além de nos parecer mais plausível essa matriz sociológica, o fenômeno em questão se presta a isso de forma peculiar. Os comandos do tráfico atuam como força nas comunidades e a sua influência tem como base as relações estabelecidas entre seus membros, que atuam como grupos a quem se deve uma lealdade cega, e entre esse grupo e a comunidade, numa interação que foi classificada como reciprocidade forçada (Dowdney, 2000). É no cotidiano dentro dos territórios dessa comunidade desassistida pelo estado e pela sociedade, e ocupada pelos comandos, que se criam as condições para que determinadas crianças e jovens ingressem na carreira do crime. Também é parte fundamental dessa conjuntura a ação ambígua dos agentes de segurança pública e toda uma estrutura repressiva e corrompida que acaba por se constituir enquanto mecanismos de reprodução da criminalidade nesses grupos sociais.

Ao se focalizar, via teoria social, questões relativas a tempo e espaço, ao vivido, percebemos que o indivíduo e a sociedade se interpenetram. Os sistemas sociais só se reproduzem no tempo/ espaço porque formas de conduta social são cronicamente reproduzidas pelas pessoas nos seus contextos de vida. A conduta humana é o fio que tece a sociedade através da recriação de cada uma de suas subdivisões: grupos e instituições. Mesmo que nem todos tenham o mesmo poder de influenciar o curso dos acontecimentos.

A sociedade é uma força que se constitui no somatório das ações de cada indivíduo. É a totalidade formada pelas ações e pensamentos dos seus membros, mas não pode ser deduzida de nenhum indivíduo em particular. A forma como a sociedade se apresenta e as mudanças que ela sofre são o produto não planejado da vida em comum. Ela não é uma escolha racional dos indivíduos, nem de um indivíduo em particular. Além disso, ela reflete as contradições existentes nas relações interpessoais e aparece para os sujeitos como força sobre-humana (Elias, 1994) que, ao refletir as contradições presentes na realidade, conforma cada indivíduo particular em menor ou maior grau dependendo da posição que esse indivíduo

ocupa no contexto vivido. Olhando essa questão por um outro ângulo, também podemos dizer que a sociedade é um produto maior e mais complexo do que a soma de vários indivíduos isolados e que a vida coletiva e a vida pessoal são indissociáveis. Para Mills (1980) todo ser humano precisa ser capaz de perceber onde sua história se encontra com a história de seus contemporâneos.

...o indivíduo só pode compreender sua própria experiência e avaliar seu próprio destino localizando-se dentro do seu período; só pode conhecer suas possibilidades na vida tornando-se cômico das possibilidades de todas as pessoas, nas mesmas circunstâncias (Mills, 1980,12).

Da mesma forma que o indivíduo e a sociedade são ângulos a partir dos quais olhamos uma mesma coisa, a história e a biografia também caminham juntas. A biografia só existe em relação a outras biografias, e a história é uma tentativa de entender os nexos entre um conjunto de biografias em um intervalo delimitado no tempo. Assim é a relação entre indivíduo e sociedade: o indivíduo existe em relação com outros e a sociedade é um conjunto de indivíduos se relacionando.

A sociedade se estrutura nas relações que os sujeitos estabelecem uns com os outros no cotidiano. A conduta dos indivíduos nas situações reais é conformada pela conduta dos outros indivíduos e pelas relações que esses indivíduos estabelecem com outras pessoas no passado ou que pretendem estabelecer no futuro. O que liga as pessoas entre si é uma propensão natural dos seres humanos. Giddens (2003) acredita que cada indivíduo busca fazer parte de uma sociedade, através dos grupos com os quais entra em contato – família, vizinhos, amigos -, em busca de segurança. Elias também considera o desejo de pertencer a um grupo uma tendência fundamental da natureza do homem. Para Simmel a unidade dos grupos sociais é também psíquica e se dá no interesse subjetivo que os indivíduos têm de fazer parte de uma determinada associação que visa a uma finalidade particular.

Quando os cientistas sociais tentam buscar as causas últimas da vida coletiva, para além daquilo que pode ser observado ou vivenciado, reiteraram uma espécie de mito: o mito

da origem. Para Simmel (apud Moraes, 1983) existe uma diferença fundamental entre a vida, a existência real onde os indivíduos estão em constante movimento e interações, e o objeto da teoria social. A vida é um fluxo constante que parte das pulsões individuais. Ela não pode ser atingida pelo cientista senão enquanto uma construção teórica.

Os vínculos que se estabelecem entre os homens são tão complexos que é uma quimera desejar reduzi-los a seus elementos últimos. Devemos, de preferência, tratá-los como realidades auto-suficientes (Moraes, 1983, 49).

Uma das questões fundamentais da teoria social é descobrir as condições que tornam a vida em grupo possível. Em outras palavras, o que faz a existência coletiva permanecer fiel a ela mesma através dos tempos, apesar da transitoriedade das vidas particulares? No 18º Brumário de Luís Bonaparte, Marx afirma que o legado das gerações passadas, o espírito dos mortos “oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos” (Marx, 1978). O modo de viver do passado, a tradição, os costumes, os hábitos, são condicionantes da forma assumida pelas interações, sobretudo nos momentos de crise, quando as experiências do passado serão revividas em busca de auxílio. O que não impede que em outras ocasiões esses modelos sejam questionados e enfrentem modelos concorrentes.

Analisar a questão acima tendo com ponto de partida a indissociabilidade entre indivíduo e sociedade implica em valorizar o mundo da experiência como campo de investigação privilegiado. Também significa valorizar as teorias que os sujeitos têm sobre suas ações e as ações das outras pessoas, considerando que todo sujeito é um teórico social e que a possibilidade de que ele se recuse a reproduzir uma rotina existe.

É preciso abolir a crença de que há uma verdade social imanente que precisa ser descoberta. A vida coletiva é aquilo que os indivíduos constroem nas suas relações cotidianas. Mesmo no caso de cursos de ação e relação tipificados, que conformam essas regularidades sociais, as regularidades nada mais são do que probabilidades de cursos de ação. No jogo

empírico, os indivíduos ou grupos de indivíduos podem traçar caminhos inesperados e nisso reside a capacidade de mudança da vida coletiva. Nas situações cotidianas os sujeitos estão vivendo dentro de uma realidade subjetiva e aparente formada pelas imagens que criam de si mesmos, dos objetos e das pessoas.

Nesse trabalho nos interessa focalizar a monitoração reflexiva e a auto-regulação como atitudes do sujeito e a força de influência sobre o curso dos acontecimentos que alguns grupos sociais detêm em função de seu grau de coesão e da natureza das suas atividades. Assim como os recursos simbólicos envolvidos na estruturação das interações vividas pelos jovens no mundo do crime.

Muitos teóricos investigam as situações de encontro entre os indivíduos tentando aprofundar a discussão a respeito da maneira como, nas situações concretas cotidianas, um indivíduo influencia o comportamento do outro indivíduo e de como essa influência recíproca conforma as relações intersubjetivas. Entre eles podemos citar Simmel, Blumer e Goffman, que se interessaram em compreender como o jogo de influências recíprocas termina por configurar uma dada situação na forma como ela se constitui. Por considerar que é justamente no tecido coletivo das situações vividas que reside o aspecto propriamente social da existência, o ponto mais importante da investigação apresentada por eles é a discussão sobre a maneira como os indivíduos elaboram conjuntamente as situações de encontro, aquelas que duram no tempo e aquelas que são inesperadas.

Simmel (s.d.) acredita que os sujeitos nas suas interações jogam um jogo de informação/ segredo através do qual eles procuram aumentar o controle sobre o curso das ações através da influência sobre o comportamento dos outros indivíduos. As interações se baseiam em um conhecimento prévio que permite o estabelecimento da confiança necessária à manutenção da interação. A confiança se baseia numa hipótese a respeito da conduta futura dos sujeitos. Mas isso não significa que esse conhecimento prévio seja uma expressão da

realidade, já que nenhum conhecimento é uma reprodução do real, ele é uma apreensão do real a partir da ótica de quem observa. Por causa dessa qualidade criativa e dessa necessidade de se atribuir sentido ao que está sendo vivido, em função de um acervo prévio, e por causa da insegurança que se faz presente nas interações, quando não se tem controle absoluto do curso das ações e dos acontecimentos, é que os homens jogam um jogo de revelar e esconder conhecimentos.

O que comunicamos aos outros é uma seleção organizada daquilo que somos, ou melhor, daquilo que desejamos que os outros acreditem que somos. O mundo psicológico é caótico, por isso é preciso transmitir seu conteúdo da forma lógica e comunicável. A vida coletiva se constrói sobre uma extensa base de representações e precisamos depositar confiança nessas representações.

Para Blumer (s.d.) é preciso pensar sobre o indivíduo não como se suas ações e pensamentos fossem respostas a uma realidade dada. A vida do indivíduo é muito mais do que o conjunto de respostas aos estímulos do meio. Na verdade, para Blumer, a realidade se produz nas interpretações que os sujeitos fazem dela. A objetividade da realidade social é simbólica e mesmo o mundo dos objetos só existe a partir do significado subjetivo que os sujeitos atribuem a eles no momento de suas interações. Os sujeitos sempre se relacionam através de um jogo de interpretação, ação e expectativas. A vida coletiva está baseada na ação do ator, dos sujeitos, e essa ação se baseia em uma interpretação das situações vividas nas expectativas que temos e desejamos criar. Os indivíduos atribuem significados às coisas que estão à sua volta através das interações sociais. As relações intersubjetivas são interpretativas porque é no momento mesmo em que elas acontecem que um determinado significado se cria ou se recria. A vida coletiva é essencial para a emergência da consciência e dos significados.

A capacidade de interpretar o meio e se relacionar com ele e com os outros sujeitos com base em significados atribuídos as coisas deriva do fato de todo indivíduo possuir um

self. O self é o “si mesmo”, uma auto-reflexão, uma capacidade de se ver e se significar ao mesmo tempo em que significa o outro e o mundo dos objetos. O self é um processo e uma possibilidade de auto-interação.

Em *A representação do eu na vida cotidiana*, Goffman (1989) começa sua argumentação afirmando que todos os sujeitos nas suas relações interpessoais vivem de inferências. O outro e o desenrolar da situação que está sendo vivida não podem ser controlados. Os sujeitos guiam sua conduta através daquilo que esperam que aconteça e a partir daquilo que sabem sobre os outros e a situação, e daquilo que mostram de si mesmos. Os indivíduos precisam ter certa influência sobre a conduta do outro para diminuir o grau de descontrole das situações vividas. Cada indivíduo tenta aumentar o controle sobre a situação em curso através da emissão de mensagens que buscam construir uma imagem específica dessa situação e de si mesmo. Há um jogo de informação em que algumas coisas são reveladas e outras permanecem escondidas. Há também um esforço no sentido de perceber a verdade não revelada por detrás daquilo que os outros mostram. As situações vividas são um produto desse jogo, são idealizações, onde as condutas são reciprocamente reguladas.

Nas interações cotidianas o sujeito desempenha um papel no qual acredita e precisa que os outros também acreditem, por isso esconde todos os aspectos que podem colocar sua imagem em dúvida. As representações, os cursos de ação assumidos, devem ser exemplares: é preciso garantir que todos os elementos dela estejam coerentemente organizados. Por isso os sujeitos escondem os aspectos, da sua personalidade e da situação, que possam comprometer a interpretação e a idealização da situação que está em curso. Por outro lado, ao se definir de uma forma diante de uma situação determinada o sujeito reivindica ser tratado como aquilo que ele mostra e abre mão de ser tratado de todas as outras formas possíveis.

A realidade social que se elabora no momento das interações não é objetiva e absoluta. Ela é relativa ao sujeito que vê e ao contexto onde se cria. Ela é idealizada, transitória e

subjetiva. Assim como a realidade social, a imagem que o indivíduo faz de si também é um artifício, uma construção *just in time*. Por isso a teoria social deve tentar compreender a realidade empírica enquanto o lugar onde o sujeito se cria e cria a vida coletiva.

Mas, mesmo que a realidade social não seja um dado objetivo, um espaço a ser ocupado por sujeitos que irão desempenhar papéis pré-estabelecidos, nem seja um campo onde os indivíduos reagem a estímulos externos; mesmo que ela seja um processo construído no momento em que é vivida, um aspecto comum nas condições de elaboração das situações de encontro para esses três autores é o conhecimento prévio e o reconhecimento mútuo. Cada indivíduo quando se relaciona com outro precisa ter a respeito dessa relação algum conhecimento que possa orientar sua ação. É em função daquilo que ele sabe que os sujeitos orientam suas condutas em relação às outras pessoas. Também faz parte desse jogo aquilo que o indivíduo deseja que seja sabido a respeito dele. Os sujeitos têm expectativas, e apenas expectativas, quanto ao curso da situação e o comportamento dos outros, por isso buscam compreender o contexto que elaboram durante todo o tempo em que dura a interação que constrói esse contexto.

Os indivíduos tecem a realidade quando se encontram tendo como base um repertório de cursos de conduta e de significados. Os três autores, Simmel, Blumer e Goffman, acreditam que existem possibilidades previamente estabelecidas, sejam essas possibilidades as formas, os relacionamentos sociais, os significados compartilhados ou redes de ação conjunta. Por outro lado, o indivíduo também age referenciado pelo comportamento dos indivíduos com os quais está interagindo. Como consequência, as interações se constroem a partir das informações que circulam no ambiente. O indivíduo tem um rol de informações que ele traz: conhecimentos prévios a respeito das pessoas com quem se encontra ou de pessoas semelhantes e conhecimentos sobre a situação na qual se encontra ou situações semelhantes; e um acervo de informações que ele recebe no momento do encontro. Esses conhecimentos

podem ser pensados na forma de expectativas ou de sistemas simbólicos nos quais os indivíduos estão inseridos, como queria Blumer, mas mesmo assim são prévios e orientam o curso de ação que cada indivíduo vai tomar em relação aos outros nas condições onde se encontram. Porém, os conhecimentos prévios podem ser sistemas simbólicos conhecidos, relacionamentos ou papéis estabelecidos pelas interações, mas é a partir do jogo de informar, esconder, esperar e ver, a partir do jogo de estímulos, interpretação e resposta aos comportamentos uns dos outros que as interações acontecem. Elas podem materializar o acervo cultural tradicional ou expressar sentidos e rumos imprevistos.

Ou seja, nesse contexto ganham destaque os conhecimentos e as expectativas dos sujeitos a respeito das situações que vivem, assim como os cenários onde essas situações acontecem. Os sujeitos atualmente adquirem conhecimentos sobre as situações que vivem no cotidiano, nas relações que estabelecem com as outras pessoas em um processo de educação informal e de ensaio e erro, nas situações formais de aprendizagem, e em contato com os produtos da indústria cultural.

Assim como as situações, a sociedade também se estrutura com base nos recursos dos indivíduos, recurso esse que o indivíduo adquiriu nas interações sociais.

Para Elias (2000) a percepção de que existe uma separação entre indivíduo e sociedade é um produto do estágio atual do pensamento na civilização ocidental. Toda pessoa é um ser constituído de uma identidade ao mesmo tempo pessoal e coletiva. O individualismo nos impede de pensarmos a sociedade e o indivíduo da forma real como estes fenômenos se apresentam: indissociáveis. Não há sociedade fora das relações de interdependência dos indivíduos e não há o indivíduo naturalmente dado, como um a priori biológico. A natureza do fenômeno psíquico é, justamente, ser um produto das relações sociais.

A sociedade é um produto da experiência real dos homens, ela não é anterior a eles, mas se constitui no fato de os sujeitos estarem em relações de dependência mútua. E o que

liga as pessoas, o que as coloca em constante encontro, mesmo quando as relações de interdependência envolvem conflito e concorrência, é uma propensão natural à vida em grupo. Por outro lado, os seres humanos, ou agentes, têm capacidade de entender o que fazem enquanto fazem. A isso Giddens (2003) chama reflexividade. A reflexividade está baseada na monitoração contínua da própria conduta de forma relativa à conduta dos outros com os quais nos relacionamos e na monitoração de aspectos, sociais e físicos, dos contextos onde o agente atua.

Giddens não acredita que a ciência social deva buscar leis sociais causais porque as condições sociais são instáveis e influenciadas pelo conhecimento e crenças que os atores dominam sobre o cenário e a sua própria ação. A compreensão da sociedade passa pela compreensão de que é preciso focalizar a análise nas práticas sociais em tempo real ordenadas no tempo espaço porque os sujeitos “são teóricos sociais, cujas teorias ajudam a constituir as atividades e instituições, o objeto de estudo dos observadores sociais” (op. cit., XXXVII).

Nesse caso ganha importância o papel dos atores sociais e as situações de encontro. O conhecimento, discursivo e tácito que os atores têm a respeito das situações que vivem atuam como recursos na reprodução das condições que tornam possíveis essas situações e atividades, e através da capacidade de reflexividade do ator conhecimentos vão sendo reproduzidos. Pela reflexividade o ator monitora sua própria conduta e garante a continuidade das atividades sociais através do entendimento da situação, mesmo que parcial, com elementos inconscientes, é da intencionalidade.

Os sujeitos têm um entendimento teórico das bases de sua conduta e a isso Giddens chama de racionalização. Mas isso não significa que os agentes têm total consciência de seus atos e razões ou total controle sobre as consequências dos seus atos. Os atores sociais agem dentro de contextos com outros atores e grupos de atores e grande parte do conhecimento que

se tem da situação é tácito e se expressa na capacidade de prosseguir, por isso o controle do agente sobre sua ação é relativo.

Para Giddens a ação do agente se estrutura em três níveis: a motivação, a racionalização e a monitoração reflexiva. Mas a reprodução social se relaciona, mais devidamente com a monitoração reflexiva. A motivação, que pode ser inconsciente, atua no nível de fornecer planos e programas para a conduta, mas não se refere à forma como a ação cotidiana envolve a conduta do sujeito e dos outros.

A estruturação da sociedade e dos contextos é uma consequência impremeditada da conduta dos sujeitos. O resultado final, a sociedade, é o produto de um conjunto de ações individuais, de intencionalidades variáveis, que os sujeitos individuais não compreendem quando vistas na totalidade.

A agência é a capacidade de realizar um evento, no sentido de que o sujeito poderia, em qualquer fase do curso de uma conduta, ter agido de outra forma, mesmo que não intencionalmente. A agência refere-se a fazer. A agência subentende poder, porque ser capaz de atuar de um modo determinado, ou de outro, influencia no curso das coisas. Ser agente “é ser capaz de exibir uma gama de poderes causais, incluindo o de influenciar os manifestados por outros” (Giddens, op. cit., 17). Mesmo nos casos de coerção social, a concepção de ação não pode ser substituída pela de simples reação. Os sujeitos escolhem mesmo que dentro de uma grande gama reduzida, e mesmo que as opções oferecidas não sejam nenhuma das que ele considera ideal.

Elias (2000) discute a questão do monitoramento reflexivo da conduta, no tocante ao indivíduo, falando sobre padrões sociais de auto-regulação, que o indivíduo desenvolve dentro de si no convívio com a sociedade. O controle da conduta se dá através do monitoramento reflexivo, cada sujeito é o agente do controle do outro no momento em que se controla e o outro sabe. Para ele a maior expressão da indissociabilidade do indivíduo e da vida em

sociedade é o fato desta última ser produzida através de um processo de monitoramento e regulação recíproca das condutas dos indivíduos nas diversas relações de interdependência que eles estabelecem no cotidiano. A sociedade não é a escolha racional dos indivíduos, nem de um indivíduo especificamente e aparece para eles como uma força supra-individual.

O fato de a sociedade ser um produto não intencional dos encontros entre os indivíduos não significa que a vida social seja um fluxo indiferenciado. As relações sociais assumem conformações típicas e regulares. A ordem social é uma demanda das características da natureza humana. Elias afirma que é a liberdade dos seres humanos com relação às determinações genéticas e biológicas que cria a necessidade de um padrão fixo de controle social.

Os seres humanos criam um cosmo especial dentro do cosmo natural, e o fazem em virtude de um relaxamento dos mecanismos naturais automáticos na administração de sua vida em comum. (...) O que molda e compromete o indivíduo dentro desse cosmo humano (...) não são os reflexos de sua natureza animal, mas a inerradicável vinculação entre seus desejos e os das outras pessoas (op.cit., 43).

Para a teoria da estruturação os conceitos de agência e rotinização são fundamentais porque eles ajudam a entender a monitoração reflexiva nos encontros face-a-face. A rotina passa a ser um elemento básico da vida social cotidiana porque a rotinização das atividades cotidianas é a base para o estabelecimento do senso de confiança e de segurança ontológica. É nessas situações rotineiras que encontramos a vida social. Nos encontros face-a-face os envolvidos refletem sobre suas ações e as dos outros sujeitos no sentido de garantir a reprodução do que se espera. Os sujeitos controlam as atividades uns dos outros, as formas de agir dentro de contextos padronizados de forma sutil. Gestos, expressões, sentimentos, competências demonstradas, são monitorados reflexivamente.

Outro teórico social, Simmel (s.d.), classifica a interação como conceito fundamental. A vida coletiva que pode ser observada nada mais é do que os diversos processos de interação intersubjetiva nos quais os indivíduos se envolvem por motivos diferentes, sempre em busca

da satisfação de uma necessidade ou desejo, cuja análise, por serem estas necessidades e pulsões individuais, não fazem parte do objeto próprio da sociologia. Cabe à sociologia, enquanto ciência da vida coletiva, entender a forma e as condições nas quais estas interações se dão.

As formas que as interações entre os homens assumem na consecução destes fins é que são puramente sociais; elas é que dizem respeito aos modos da vida em grupo, às condições nas quais esta vida acontece na realidade. Os indivíduos vivem em constante interação. As interações são as maneiras encontradas por eles para viverem em conjunto. Mas estas interações guardam alguma regularidade. Mesmo em situações diferentes os indivíduos reproduzem alguns padrões: relações de conflito, de dominação e subordinação, divisão do trabalho, estratificação.

As formas que as interações assumem elevam as experiências coletivas, fruto das associações, acima das existências particulares, por isso a vida em grupo é vivida pelos indivíduos particulares como algo que os domina. A vida em sociedade parece supra-individual justamente porque ela se constitui nas interações interindividuais. Não há vida em sociedade fora das interações, fora do encontro entre os indivíduos. Apesar dos indivíduos serem a única coisa real na vida coletiva, para Simmel (op.cit.) a unidade da sociedade é a interação.

Para Weber (1991) existem quatro ações sociais típicas: racional com relação a meios, racional com relação a fins ou valores, a afetiva e a tradicional. No caso das ações sociais racionais essas regularidades são mais observáveis, já que o curso das ações está traçado de forma mais objetiva. O comportamento dos indivíduos no mercado pode ser usado como exemplo. Os fins em relação aos quais as ações individuais se orientam são atingidos de forma racionalmente organizada, isso imprime regularidade aos comportamentos que buscam aqueles mesmos fins, considerando racionalmente os meios disponíveis. A regularidade

observada no curso das ações sociais é uma probabilidade, ela é condicionada por interesses ou hábitos. No caso do uso do curso regular ser orientado por hábitos arraigados, Weber considera que esta regularidade é um costume.

As regularidades nas ações e relações dizem respeito a tipificações da conduta dos sujeitos. O costume, a convenção e a lei são tipificações do curso das ações e relações sociais que podem ser observadas na sociedade. Mas, mesmo eles não são mais do que probabilidades de uso. Para Weber, quanto mais rigorosa é a racionalidade que orienta uma ação, maior é a probabilidade de usos regulares de cursos típicos de conduta. A racionalidade é mais fortemente tipificadora da ação do que o costume na modernidade. A racionalidade é uma forma de tipificação da ação que caracteriza a sociedade moderna – quando se trata da racionalidade na associação entre meios e fins.

Para além das regularidades e continuidades que se devem à racionalização ou ao costume, existem regularidades que se relacionam à vigência de uma determinada conduta. A vigência de uma norma, de uma tipificação possível no curso das ações e relações sociais, não repousa em leis ou mecanismos sociais objetivos ou imanentes, nem nos usos costumeiros ou racionalmente orientados, mas nas representações dos indivíduos; baseia-se na crença individual na utilidade ou validade daquele curso de ação ou relação. O conteúdo de uma relação se torna uma ordem quando as ações se orientam por regras explicitáveis e estas regras têm vigência quando são experimentadas pelos sujeitos como obrigações ou modelos de comportamento.

A vigência de uma ordem expressa muito mais do que a tipificação de ações ou a busca de obtenção deste ou daquele fim, ou a reprodução de um uso costumeiro, a vigência significa a crença dos sujeitos na legitimidade daquela ordem. A ordem vigente atua como modelo de comportamento. Isso aumenta em muito a probabilidade de uso do curso típico uma ação ou relação social.

Na realidade, a orientação das ações com referência a uma ordem ocorre nos participantes por motivos muito diversos. Mas a circunstância de que, ao lado dos outros motivos, para pelo menos uma parte dos agentes essa ordem aparece como algo modelar ou obrigatório e, por isso, como devendo ter vigência, aumenta naturalmente, e muitas vezes em grau considerável, a probabilidade de que por ela se orientem as ações (Weber, op. cit., 19).

A legitimidade de uma ordem, ou seja, em termos weberianos, a probabilidade de que ela seja observada pelos indivíduos como obrigação ou modelo de conduta, pode ser garantida de modo afetivo ou racional referente a valores, de modo religioso ou em referência racional à ordem legal-burocrática pela crença de que essa é a forma adequada de ação. O direito e a convenção se incluem neste último caso.

Além de tudo que já foi exposto, o cenário teórico onde a discussão que esse estudo se desenvolve também engloba o esforço para compreendermos a posição que cada sujeito ocupa nas relações sociais, considerando que muitas delas não foram escolhidas por ele, que começou a participar delas a partir do seu nascimento - como alguém que coloca seu barco em um rio a partir de um determinado ponto do percurso que o rio descreve (Elias, 1994).

Cada indivíduo em particular “está inserido num complexo funcional de estrutura bem definida; deve conformar-se a ele, moldar-se de acordo com ele e, talvez, desenvolver-se mais, com base nele” (Elias, op. cit., 21), ou seja, está preso a uma cadeia de relações de interdependência que conformam sua conduta e sua personalidade. Na base de todas as instituições sociais, que atuam como forças de controle sobre os indivíduos, há sempre as relações entre as pessoas, “uma ligação funcional preexistente”, e o poder é a expressão da margem pessoal de ação e da capacidade dessa ação interferir na vida e na auto-regulação de outras pessoas. Até mesmo em função da força de coesão que une essa pessoa aos demais membros do seu grupo de interação mais imediato. Os graus diferenciados de poder imprimem características às relações de interdependência que os sujeitos estabelecem uns com os outros. Alguns sujeitos, em função do lugar que ocupam nas relações de interdependência, possuem mais margem de ação que outros.

As pessoas desempenham funções e papéis diferenciados dentro dessas relações. Cada papel, até mesmo em decorrência de atributos pessoais tem certa margem de escolha individual, mas a “margem individual de decisão é sempre limitada, mas é também, variável em sua natureza e extensão, dependendo dos instrumentos de poder controlados por uma dada pessoa” (Elias, op. cit., 51).

As oportunidades que a vida apresenta para as pessoas são conformadas pelas relações sociais nas quais uma pessoa está inserida. O alcance dessas escolhas também. Em função da posição que cada sujeito ocupa dentro do contexto ele pode, com suas escolhas, definir seu destino, o destino de sua família, ou de nações inteiras. O poder de decisão dos indivíduos varia no tempo conforme a posição ocupada dentro das relações sociais de interdependência que estabelecem.

A sociedade molda a auto-regulação individual Os indivíduos tomam decisões dentro dos limites da monitoração de outras pessoas, que se materializa na expectativa da padronização das relações sociais e do papel desempenhado pelos sujeitos nessas relações. Mas o individualismo leva cada indivíduo em particular a experimentar uma enorme satisfação em pensar que sua vida é um produto único e exclusivo de sua natureza subjetiva e de seus esforços quando ele ocupa uma posição de destaque. A mesma visão parcial explica porque os indivíduos que ocupam posições subalternas acreditam que são os únicos responsáveis por sua situação. Quando existem diferenciais de poder entre indivíduos de grupos interdependentes, muitas vezes os grupos menos favorecidos, incorporam na sua auto-imagem elementos que derivam da visão que têm deles os membros dos grupos dominantes.

Tanto nas grandes questões quanto nas pequenas, ele [o indivíduo] está preso à distribuição do poder, à estrutura da dependência e das tensões no interior de seu grupo (...). E, dependendo de sua decisão, o peso autônomo dessa trama trabalhará a seu favor ou contra ele (Elias, idem).

Além de diferenciais econômicos, diferenciais de coesão grupal também influenciam o poder que um grupo de indivíduos pode ter no curso das ações de outros indivíduos. A força dos primeiros derivando dos diferenciais de padronização das relações sociais estabelecidas no cotidiano entre um grupo fechado e congruente, diante de indivíduos desarticulados entre si, que agem de forma atomizada e que não têm instrumentos para se defenderem em conjunto. E que, muitas vezes, sequer se percebem como um conjunto autônomo, mas que são percebidos como um conjunto particular que se contrapõe a um outro pelo grupo dominante.

Elias (2000) encontrou em Winston Parva um paradigma empírico para isolar a idéia de estabelecidos e *outsiders*, dominantes e dominados, que não se baseia em elementos econômicos ou sociais, mas sim em diferenciais de organização grupal. Que se consolidam na ocupação de cargos importantes na administração local. E isso implica em diferenciais de poder que permitem que o grupo estabelecido esteja em condições de disseminar uma imagem de si mesmo e do grupo de outsiders. Os estabelecidos se prevalecem de uma posição tradicional e garantem a manutenção dos espaços públicos de decisão através da disseminação de uma imagem dos outsiders que os considera anômicos, indisciplinados e desordeiros. Os *outsiders* existem no plural, não se constituindo mesmo como um grupo, mas como um aglomerado de pessoas que não fazem parte do grupo seletivo de estabelecidos. Os *outsiders* são pessoas de baixo valor humano. A dominação de estabelecidos sobre outsiders se dá através da idéia de que é uma aristocracia: o governo dos melhores. E esses diferenciais se destacaram em Winston Parva porque estavam baseados na coesão grupal de grupos fechados de relacionamento. Aos quais os sujeitos se juntam por nascimento e, depois de adultos, pelo respeito a regras rígidas de comportamento.

A pessoa, individualmente considerada, está sempre ligada a outras pessoas de um modo muito específico através da interdependência. Mas, em diferentes sociedades e em diferentes fases e posições numa mesma sociedade, a margem individual de decisão difere em tipo e tamanho. E aquilo que chamamos “poder” não passa, na verdade, de uma expressão um tanto rígida e indiferenciada para designar a extensão especial da margem

individual de ação associada a certas posições, expressão designativa de uma oportunidade social particularmente ampla de influenciar a auto-regulação e o destino de outras pessoas (Elias, op. cit., 50).

Mesmo que para um observador da história seja impossível perceber o papel dos indivíduos isolados dentro do *continuum* histórico, se pensarmos na vida real, no momento em que as estruturas de funcionamento das relações de interdependência são criadas e recriadas pelos indivíduos, é possível perceber melhor a dependência que o curso da história tem em relação à atuação do sujeito isoladamente. Por que, diferentemente do rio, que tem seu percurso pré-definido, os caminhos da sociedade serão definidos no rumo que cada indivíduo e grupo de indivíduos, uns em relação aos outros, escolhem tomar no seu cotidiano.

Os grupos e as instituições aparecem para os sujeitos como supra-individuais. Mas, nas sociedades, principalmente as complexas, existe sempre um espaço para as escolhas particulares. No processo de vida coletiva existem espaços de autonomia, apesar da margem de decisão individual dentro de rede social variar de sociedade para sociedade e de pessoa para pessoa. As escolhas individuais devem ser analisadas dentro da situação onde acontecem e a partir da possibilidade de escolha de cada sujeito. No caso da problemática do envolvimento de crianças e jovens com a venda ao consumidor de drogas ilegais, a abordagem isolada de qualquer elemento constitutivo desse contexto vai levar a uma visão parcial do problema. A não ser que nos enveredemos pelo campo metafísico da análise de vidas passadas, o ser humano desde sempre se constitui como sujeito dentro de um contexto sócio-cultural. O sujeito só cria uma idéia de eu em relação a uma idéia de nós.

Dentro das comunidades ocupadas pelos comandos os indivíduos ocupam as posições diferenciadas e assumem os papéis previamente escritos pelo conjunto dos agentes que atuam no contexto em que vivem com graus desiguais de autonomia. No caso específico do jovem envolvido com o comércio varejista de drogas ilegais, os sujeitos/atores se revezam no desempenho de seus papéis/personagens numa velocidade vertiginosa. O texto de poucas falas

e a montagem de poucas marcações facilita esse ir e vir incessante. Mas o tráfico e as comunidades fazem parte de uma opereta muito mais complexa, integram uma engrenagem que se constitui na desassistência, no desemprego, na corrupção, na imoralidade, na indiferença que afligem a sociedade brasileira, e no hedonismo e no consumismo disseminados como ideais de conduta. Todos esses fatores que constituem a problemática da droga no país e no mundo. Como os cenários interferem na configuração dos encontros e nas formas que as condutas vão assumir, a conduta do jovem se dá no contexto onde vigora o modelo de poder do movimento em contraposição à precariedade do lugar. Para Zaluar (2000) é preciso buscar uma “verdade contextual” para entendermos as formas de viver desses jovens nos cenários onde vivem.

A sociedade é o produto não intencional das ações encadeadas dos sujeitos. O aumento dos índices de violência, o envolvimento dos jovens com o crime e a problemática das drogas, da mesma forma, são o produto de diversos fatores e se constituem a partir de diversos cursos de ação, dos mais simples aos mais complexos, que são desempenhados até por cidadãos que aparentemente estão de fora das engrenagens dessa problemática. A violência é um fenômeno crescente e preocupante. Alguns autores preferem usar esse termo no plural: violências. Segundo Marin (2002), é preciso compreender esse fenômeno em suas duas dimensões: a violência como resultado da desorganização social e como resultado das armadilhas implícitas no ideal de sujeito contemporâneo, que valoriza o narcisismo e nega ao outro a humanidade que o indivíduo reconhece nele mesmo.

A valorização dos encontros face a face dá destaque às interações reais estabelecidas em contextos. A partir disso vale ressaltar a especificidade dos contextos das comunidades onde os grupos das facções atuam como grupos de poder e, por conseguinte, de disseminação de uma ideologia, que, em vários aspectos, está coadunada com a ideologia individualista

disseminada em amplos setores da sociedade, mas que assume nesses cenários formas particulares.

Da mesma forma que o grupo do “nós” faz parte de cada indivíduo, cada indivíduo é integrante do grupo de “nós” para os outros, sejam essas pessoas boas ou más de acordo com os valores vigentes.

Cada criança que nasce, nasce como membro de um grupo e de uma sociedade específica e se desenvolverá como adulto dentro das relações sociais que ela estabelece com outras pessoas. E essa força que condiciona os indivíduos se expressa nas relações sociais e é nessas relações no contexto das escolhas individuais que podemos entender a atitude dos jovens que optam pelo mundo do crime como forma de garantir sua sobrevivência. Além disso, as pessoas estão ligadas a uma rede de funções, desempenham papéis em relação a outras dentro de contextos conhecidos. Por isso não podemos tentar entender a função desempenhada por cada menino envolvido com o comércio varejista de drogas isoladamente, por que não levaremos em conta o contexto de relações sociais nas quais esse menino desempenha sua função e seu papel.

No caso do bandido pobre, que Misse (1995) considera como o bandido típico e que Zaluar (2004) afirma que assumiu para os grupos religiosos e para amplos setores da sociedade o status de o “mal urbano”, ele se constitui enquanto sujeito dentro de uma estrutura montada que os próprios moradores consideram como um mecanismo eficiente de reprodução da criminalidade (Zaluar, 2000).

O fundamental na abordagem de teoria social que indissocia indivíduo e sociedade é a ênfase no tempo real e nas interações que são estabelecidas nos encontros entre sujeitos em locais determinados. Essa abordagem é rica para entendermos a situação do jovem envolvido com a criminalidade do tráfico porque as interações estabelecidas no cotidiano desses jovens são fundamentais para entendermos a situação vivida por eles e para entendermos como o

sistema de atendimento ao jovem se constitui em um lugar importante na constituição dessa problemática. Os cenários de vida desses meninos, dentro e fora das instituições que recebem os jovens em conflito com a lei, são regidos pela mesma lógica do poder do mais forte e pelo desrespeito pela vida humana e pela necessidade de pertencer a um grupo e de se identificar com ele para garantir a sobrevivência. Uma identidade pessoal que se constitui em oposição a um inimigo conhecido, mesmo que não saibamos ao certo qual foi a causa dessa inimizade.

Falta agora tentar responder por que esses jovens escolheram esse caminho, acreditando que as justificativas podem sinalizar valores e crenças que devem ser enfrentados pela educação oferecida a eles, até mesmo nas escolas. Já que a totalidade dos jovens passou parte de sua infância e adolescência nessa instituição.

O grande problema de valorizar as questões estruturais na tentativa de entendermos a prática da delinquência é a desumanização dos jovens, que seriam vistos como massa, que por terem um baixo nível educacional acabam sendo suportes do que foi produzido fora deles. Como se eles não tivessem boas razões para acreditarem no que acreditam. Ele se torna incapaz de pensar criticamente sobre o poder que os oprime.

O livro *O justo e o Verdadeiro* de Boudon (1998), é uma coletânea de artigos escritos em épocas variadas e de forma autônoma, que foram reunidos e organizados com objetivo de travar uma discussão a respeito das razões que sustentam/ justificam as crenças coletivas, principalmente quando essas crenças demonstram ser infundadas.

Em linhas bem gerais podemos apontar duas teses que servem de fio condutor para a discussão do autor. A primeira delas é a de que as crenças coletivas, mesmo que sirvam de base para as ações individuais, não podem ser analisadas em sentido privado. A outra é que, mesmo que as razões dos sujeitos mostrem-se infundadas, suas crenças não podem ser consideradas irracionais quando elas são comunicáveis e compartilhadas. Na verdade as ações individuais, quando derivam de crenças coletivas, não são atomizadas, não se baseiam em

éticas e razões privadas e ilusórias, como querem acreditar alguns autores – principalmente os pós-modernos; nem são irracionais, mesmo quando não se sustentam no tempo, ou não suportam uma análise mais apurada. As crenças para serem coletivas precisam se sustentar em boas razões, no sentido de que para serem compartilhadas é necessário que haja um nexo capaz de ser comunicado e compreendido por todos.

A principal característica da análise e da argumentação de Boudon quando considera a questão colocada anteriormente é a busca de uma resposta que leve em conta o real em toda sua complexidade. O que ele classifica como uma abordagem do tipo “realista”. Outra característica da análise, que reafirma a opção pelo realismo teórico-analítico, é o uso dos modelos explicativos da teoria sociológica clássica, sobretudo na obra de Weber, Simmel e Toqueville, principalmente porque o objetivo do autor é fundamentar seus argumentos nos produtos das relações sociais.

Como explicar que alguns componentes da vida social sejam considerados justos em nome de determinados princípios, e que outros componentes, que contrariam esses mesmos princípios, também possam ser considerados justos? E mais, como explicar que alguns fatos que a pesquisa científica demonstrou não terem correspondência com a realidade, sejam aceitos como verdadeiros até por indivíduos esclarecidos? Podemos afirmar que estamos diante de crenças irracionais. Essa, inclusive, tem sido a saída fácil utilizada por muitos estudiosos do fenômeno. Mas Boudon propõe uma análise dessas crenças a partir da consideração da pluralidade de situações reais nas quais elas são encontradas e de um conceito de racionalidade que considere os usos correntes da língua.

O autor tenta explicar as crenças coletivas, positivas ou normativas, partindo de uma tese que ele chama de “cognitivista”, e dirige o foco da sua discussão para a modernidade e as crenças da pós-modernidade, sobretudo àquelas que são difundidas pelos sociólogos da ciência. Ele acredita que se os sujeitos têm boas razões para acreditarem no que acreditam,

suas crenças não podem ser chamadas de irracionais. Ele apresenta seus argumentos em defesa da “teoria cognitivista” e do conceito politético de racionalidade, se contrapondo a autores clássicos, cujas análises implicam num conceito formal de razão, que seleciona atributos e contextos determinados, onde não há lugar para subjetividade.

Boudon acredita que uma boa definição do que é racional deve levar em conta os usos da língua. O autor com isso está propondo uma definição realista. E, para formular essa definição, faz uso de Wittgenstein. Segundo ele, esse autor afirma que é possível estabelecer o significado de uma palavra através de dois caminhos diferentes: um que busca semelhanças transitivas e outro que considera termos politéticos.

No primeiro caso a definição se dá tendo com base em um atributo comum, que funciona como meio de comparação, possibilitando o estabelecimento de semelhanças e diferenças específicas. O autor apresenta essa abordagem através da definição do que seja um tamborete: o tamborete é uma cadeira sem costas e um sofá sem braços e costas. Podemos então perceber que nesse exemplo, a noção de tamborete está contida na definição do que seja cadeira e sofá.

Mas a noção de racionalidade é de um outro tipo ela não é transitiva, ela é mais complexa. Boudon usa vários exemplos para apresentar essa forma de se estabelecer uma definição: o da família, onde o filho parece com a mãe e ela se parece com a avó do menino sem que avó e neto se pareçam; o exemplo da definição de jogo que coloca numa mesma categoria damas, iô-iô e solitário e a definição de música clássica. Segundo Boudon, essas não são definições fáceis. Assim como a definição de “racional” e “racionalidade”, esses são termos politéticos, ou seja, o conjunto de coisas que eles designam estão ligados por semelhanças intransitivas.

Para estabelecer a rede de significados que constituem um conceito não formal, não transitivo de “razão” e “racionalidade”, o autor vai fazer uso da realidade dos usos da língua e

da noção de contexto, que esse uso implica. Ele propõe uma definição semântica, e introduz as seguintes cláusulas para se definir o que é racional e o que é irracional. São racionais as ações e as justificativas que cabem na fórmula: “Fulano tinha boas razões para fazer/acreditar, porque...”. Ou seja, Fulano tinha razões comunicáveis e compartilháveis – mesmo que ficasse provado que não correspondiam a verdade sobre o contexto. São irracionais as ações e justificativas que cabem na fórmula: “Fulano não tinha boas razões para fazer/acreditar, mas...”. Ou seja, as razões de Fulano são subjetivas, no sentido de serem privadas.

O “cognitismo” está baseado na crença nas boas razões como princípio de legitimação de um discurso. Ao buscar entender as crenças coletivas e as justificativas que os sujeitos dão a elas, não podemos partir do conceito transitivo de racionalidade, onde a racionalidade do discurso será analisada a partir da busca de atributos que o caracterizem ou como razoáveis e objetivos, ou como não razoáveis e subjetivos. Ele propõe uma discussão sobre o conceito de racionalidade para adequar esse conceito a idéia de que boas razões tornam uma escolha racional. Para isso ele defende a idéia de que para avaliar a racionalidade das crenças é preciso considerar o contexto. A análise necessária é semântica. O conceito de razão nesse caso é politético porque é complexo: as formas que o conceito de razão assume nas relações sociais são diferentes e guardam particularidades e dizem respeito a contextos específicos.

Ou seja, entender as justificativas dos jovens significa ir em busca de uma “verdade contextual” (Zaluar, 2000), que não se baseia em princípios abstratos e universais, mas que se deixa perceber no calor do cotidiano. E para nos aproximarmos dessa verdade contextual e da racionalidade das escolhas dos jovens é preciso analisarmos essas escolhas a luz do contexto social onde elas aconteceram.

Em estudo realizado pela Fiocruz (Assis, 1999), os pesquisadores estavam interessados em avaliar os fatores protetores e os fatores de risco que estiveram envolvidos na

vida de jovens infratores e de seus irmãos e primos não infratores. A pesquisa trabalhou com jovens internados em Recife e no Rio e focalizou jovens que cumpriam medida de internação por causa de crimes violentos. Esse estudo será usado aqui para introduzir a questão da delinqüência juvenil em contextos ocupados pelas facções que atuam no comércio varejista de drogas.

O estudo da Fiocruz comparou adolescente em conflito com a lei com seus irmãos e primos não-infratores em busca desses fatores. Os primos foram incluídos no caso de não haver irmãos, e esses primos terem sido criados com os infratores, ou no caso dos irmãos também estarem envolvidos com o crime. A pergunta que o estudo queria responder era a seguinte: por que em um mesmo núcleo familiar e comunitário indivíduos seguiam caminhos tão diferentes. Assis escolheu o modelo de Shoemaker para discutir a delinqüência. Nesse modelo três dimensões de análise são combinadas. A primeira, estrutural, que diz respeito a questões sociais mais amplos, a segunda, sócio-psicológica, que discute a auto-imagem e a influência de instituições sociais e do grupo de amigos, e a terceira, individual, que focaliza as características psicológicas dos jovens.

Segundo a autora, no modelo de análise do problema escolhido, ao se articular as três dimensões citadas, percebe-se que os fatores que estariam mais associadas à escolha da delinqüência são o grupo de amigos e o controle social exercido sobre os jovens pelas instituições sociais, principalmente a escola, a família, a comunidade e a igreja. O que não significa que essas instituições não estejam sendo enfraquecidas por fatores sociais estruturais.

Apenas na articulação desses três níveis é possível entender quais são os fatores de riscos, que levam os jovens à infração, e os fatores protetores, que auxiliam o jovem a resistir às influências do meio e aos problemas vividos pela sua família e trilhar outro caminho. As influências do meio dizem respeito ao fato de que os jovens entrevistados, infratores ou não,

criaram em territórios ocupados pelo tráfico de drogas onde a sub-cultura do combate estava sendo disseminada.

A autora afirma que instituições básicas que respondem pela socialização dos jovens, a família, a escola, não estão conseguindo desempenhar suas funções. Isso se amplia na conjuntura social à qual esses jovens são expostos: a miséria, o narcotráfico, a lógica da cultura do consumismo, a convivência cotidiana com as drogas, a violência e as armas. Sem supervisão e lazer orientado, e expostos aos produtos da sub-cultura do combate e a ideologia hedonista, muitos jovens assumem como valores aqueles que estão vinculados a sociedade de consumo, que coloca os ganhos financeiros, o poder e o sucesso acima dos valores morais.

### CAPÍTULO 3

#### A OCUPAÇÃO DOS TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS PELO NEGÓCIO DAS DROGAS

A violência urbana cresceu de forma dramática depois da democratização da sociedade. Segundo Peralva (2000) um dos fenômenos envolvidos no aumento dos índices de violência a partir da abertura política é a igualdade difundida como ideal e não vivida na prática por amplos setores da sociedade. A falta de democracia também levou a sociedade brasileira a identificar a lei e seus agentes, e conseqüentemente, o respeito a lei e a punição, com uma forma de transgressão ao princípio fundamental da liberdade individual. Em alguns setores da sociedade, isso se intensificou. O certo é que a lei também é desrespeitada fora do crime comum, típico. Muitas vezes, em função da própria visibilidade que esse tipo de episódio ainda tem na mídia, o brasileiro vê mais as páginas policiais dos jornais, Por outro lado não é possível negar que aumentou muito o número de pessoas que acessam a boa informação e o acesso a redes alternativas de informação está mais disponível. Nas últimas décadas, o desrespeito a lei tem sido identificado com o crime comum, mas não com o crime. O desrespeito a lei eleitoral, por exemplo, se espalha pela sociedade como um todo. A venda de meninas, a escravidão de homens, o assassinato sumário de lideranças religiosas ou desafetos partidários, são outros exemplos de crimes que grassam pelo Brasil a fora. Tipicamente carioca é o desrespeito a padrões morais que dizem respeito a regras de civilidade. Porém, nos últimos anos temos assistido a ampliação do espectro do fenômeno do desrespeito a lei, sobretudo entre os mais jovens. Entre os delitos cometidos podemos exemplificar o envolvimento de crianças e adolescentes com drogas, crimes e mortes violentas, principalmente os jovens entre 15 e 20 anos, rapazes da periferia, de cor e pobres. Por outro lado, a ampliação das desigualdades sociais, a nova imagem da pobreza, como locus do banditismo (Zaluar, 2004), e a convivência de estratos sociais diferenciados, levou os

sujeitos a não se sentirem pertencendo a uma coletividade, fenômeno que Reis (1998) chama de falta de “solidariedade cívica”.

A sociedade, no mesmo momento em que a ditadura acabou, vê sendo aumentado os índices de violência. Isso fica patente em toda literatura. Cada autor atribui esse aumento a uma causa mais específica ao ângulo que ele olha, mas todos concordam que os dois processos foram concomitantes, mesmo que não seja possível identificar uma linha de continuidade entre essas duas coisas. Além disso, a década de 80 foi marcada pelo aumento das desigualdades sociais. Todas essas coisas deram origem aos problemas que vivemos atualmente. Mas também criaram instrumentos de análise e de intervenção nessa conjuntura.

A ampliação das distâncias sociais inicia um processo de separação e não reconhecimento de identidades diferentes, que se tornaram concorrentes em função da escassez dos recursos. Nesse cenário é que crescem os índices de violência. Em alguns contextos, esses crimes atingem muito duramente uma parcela da população. Mas outras parcelas podem conseguir se defender bem, é preciso fugir das interpretações fáceis que associam as populações faveladas ao caos. Peralva associa o aumento dos índices de violência ao aumento das distâncias sociais e a disseminação de uma ideologia igualitária e na desvalorização do contexto de vida de amplos setores da sociedade. Essa distância dificulta o fortalecimento da cooperação.

Quanto maior a capacidade de uma coletividade em reconhecer a importância da cooperação para agir sobre si mesma, quanto maior sua capacidade em vincular o interesse social e coletivo, menores são as chances de que ela se veja a braços com violências extremas (Reis, op. cit., 21).

Já Dowdney (2003) associa o aumento dos índices de violência, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, nesse mesmo período, ao surgimento das organizações que atuam no comércio de drogas ilegais e ao aumento exponencial dos lucros com a entrada no mercado nacional da cocaína. O aumento da violência também se explica pelo crescimento da indústria

de armamentos leves. A indústria de armas leves foi uma das mais bem sucedidas em lucros e inovações tecnológicas.

Os crimes violentos se relacionam aos comandos que ocupam os territórios de moradia dos grupos menos favorecidos e a atuação dos comandos só se sustenta por suas conexões com a economia formal e com o mercado de mercadoria política, que é a mercantilização de uma coisa que deveria ser de uso exclusivo do estado, aqui entendido como o guardião do bem comum. Pode-se pensar mesmo em retomar a discussão travada por Polanyi (2000) para perguntar se o mercado está ampliando um pouco mais suas dimensões por sobre elementos que não deveriam ser vendidos e comprados de forma privada. Os agentes do governo e os bandidos do crime organizado vendem e compram prerrogativas governamentais.

Muito dos valores legítimos na economia formal são também válidos no mundo do crime organizado e mesmo o sistema judiciário e de segurança termina por ter que dialogar articuladamente com esse mundo.

Focalizando uma outra dimensão da mesma problemática, o significado do lugar do pobre que era romantizado e considerado como de intensa densidade relacional - berço do samba, morada da poesia, que era passado – que servia de modelo para os jovens, foi mudando à medida que os comandos foram ocupando os espaços públicos nos territórios de moradia das populações de baixa renda. Paralelo a isso se verifica na comunidade uma intensificação de conflitos intergeracionais: pais que se ausentam por diversas razões, até porque trabalham muito, e não têm com quem deixar os filhos, os próprios moradores reconhecem esse como um dos motivos do envolvimento dos jovens com as drogas (Zaluar, 2000). Além dos itens mencionados antes, os conflitos intergeracionais também são influenciados pelo uso de armas por jovens. Coisa que os moradores alegam que não acontecia antes, anos 50, 60 e 70. O fato do jovem estar armado muda a relação dele com os

outros adultos da comunidade. Os próprios rapazes reconhecem que quando se é jovem se é embalado: toma-se determinadas atitudes no embalo dos colegas, sem pensar.

A noção de jovem nesse contexto precisa ser apresentada de forma mais detalhada. Para um rapaz que pode morrer antes dos vinte anos, ou que pode ficar preso até virar homem feito, o significado de ser criança é bem diferente. Nesse contexto se entende o porque da idéia de preparação (Dowdney, op. cit.) surgir para organizar a compreensão da realidade. Crianças armadas, coisa que há 20 anos atrás não existia, e jovens embalados, que se contrapõem ao ideal de “bandido formado”, que é mais velho e mais responsável, deixam de ser vistos como pessoas em desenvolvimento para ganhar a categoria de “formados”, prontos para a atividade no crime. Os fatos nas comunidades são analisados a luz da verdade contextual do lugar, são certos e do errados a partir daquilo que os moradores entendem. È errado ser sanguinário, é errado querer aparecer, é errado trair os amigos, é errado não respeitar os trabalhadores, a família, ser covarde, mentir, valores antigos como base. Reduto da moralidade antiga, que, mesmo que não seja desrespeitada, ainda serve de modelo.

Mas, o significado da pobreza e das comunidades foi mudando no imaginário da cidade e a própria tradição foi sendo relativizada. Por outro lado, a convivência com o consumidor de drogas, no geral jovens e adultos jovens das classes médias e altas, acirra a percepção da desigualdade e dissemina a necessidade por um estilo de vida jovem modelado pela capacidade de consumo desses grupos sociais.

Na verdade a pobreza não explica a criminalidade ela está exposta ao mundo do crime organizado e serve como causa para que o significado de “bandido” nos centros urbanos seja dirigido ao criminoso pobre.

Para Misse (1995) a relação entre pobreza, miséria e empobrecimento e um certo tipo de criminalidade é antiga no imaginário social e já chegou mesmo a se tornar um lugar-comum. E mesmo na sociologia brasileira essa relação tem sido constantemente discutida.

A relação entre pobreza e crime sempre foi facilitada pela imprecisão com que os conceitos de pobreza e crime têm sido tratados, o que os torna mais abrangentes ou estritos, dependendo do contexto ao qual estão referidos.

Principalmente a partir da década de 80, com o aumento dos índices de violência urbana e a consolidação da atuação dos comandos do tráfico, que passaram a ser considerados como o modelo de crime e criminosos, a produção sociológica sobre o tema tem tido como tônica a relação causal entre crime e pobreza – estabelecida na percepção social, principalmente dos estratos médios urbanos, vítimas mais comuns dos delitos.

Misse aponta três críticas principais a essa associação. Na primeira delas a própria pobreza é um desdobramento da estrutura que gera também o crime, e sendo assim ela não pode explicar coisa nenhuma por si só. A outra crítica afirma que o crime se espalha por todas as classes sociais de forma igual, o que acontece é que determinados setores, por serem socialmente mais frágeis, são mais severamente punidos – poderíamos acrescentar que, considerando a discussão de Foucault (1989), que afirma que a estrutura de combate/punição ao crime é estruturante da criminalidade, quando ela se dirige a um determinado grupo acaba por funcionar como forma estabelecida de reprodução do crime dentre desses setores sociais. A terceira crítica se dirige às metodologias de obtenção dos dados que demonstram uma concentração maior de crimes entre determinados grupos – que tem uma visão típica de crime e de criminalidade.

Misse concorda com todas essas críticas, mas vai tentar aprofundar mais essa discussão, em busca da matriz que cria essa falsa relação e a torna lugar comum. Para ele é fundamental considerar que, como a pobreza ganhou tal abrangência e permanência na sociedade brasileira ela perdeu sua força explicativa, e, conseqüentemente, a noção de pobre se tornou estereotipada. É possível abandonar a linearidade da associação entre crime e pobreza, e ainda perceber que há uma relação entre esses dois fenômenos que pode ser

produtiva de ser enfrentada pela teoria. Ou seja, é possível associar de forma produtiva, um certo tipo de criminalidade a um certo tipo de características conjunturais. Podemos associar a criminalidade pobre à pobreza. E são esses criminosos pobres que estão presos nas penitenciárias brasileiras – mais uma vez ilustrando a afirmação de Foucault (op. cit.), para quem a prisão é o lugar onde uma classe social aprisiona a outra.

O trecho a seguir que apresenta características da população carcerária brasileira explica melhor o que Misse está afirmando:

... o Censo Penitenciário do Brasil, (...), descreve e confere: 97% homens, 95% pobres, 68% entre 18 e 25 anos; 89% sem trabalho fixo, 76% analfabetos ou semi-analfabetos, 65% negros ou mulatos (op. cit., p. 85).

Há uma relação entre pobreza e criminalidade pobre, e entre a criminalidade pobre e a prisão. Mas os sujeitos descritos acima não se configuram necessariamente nos criminosos estereotipados que pertencem ao crime organizado ou praticaram os crimes mais violentos. Considerar que, de fato, é o criminoso estereotipado que está na cadeia ajuda a analisar o problema na sua especificidade e abre espaço para que análises menos fundamentadas em valores culturais tidos como universais. Essa atitude facilita a compreensão científica da relação entre pobreza e criminalidade.

A relação entre pobreza e aumento de criminalidade pode ser problematizada quando percebemos que no Brasil os estados mais pobres são os que apresentam os menores índices de aumento de criminalidade. A violência tem como cenário as grandes cidades. É nas grandes cidades que o confronto entre ricos e pobres, entre diferentes estilos de vida, se acirra, por causa da proximidade e da distância.

Segundo Zaluar (2004) o aumento dos índices de pobreza na cidade do Rio de Janeiro, que foi a cidade que mais empobreceu a partir de 1988, aconteceu quando a taxa de homicídios já havia dobrado. E São Paulo, outra cidade significativa na problemática do aumento da violência, manteve o mesmo número de pobres. O aumento dos índices de

violência também não acompanhou o aumento populacional das periferias urbanas. Rio de Janeiro, São Paulo e Recife foram as três metrópoles onde os índices de violência mais cresceram a partir da década de 80 e as que menos cresceram na periferia.

Para Zaluar (op. cit.) o aumento dos índices de violência a partir da década de 80 se vincula a uma crise moral e a incorporação dos ideais de sucesso e consumo pela segunda geração dos imigrantes que chegam às grandes cidades. A crise moral é um produto de disseminação do individualismo e do hedonismo que retiram os freios parciais dos sujeitos que se sentem no direito de fazer o que quiserem. Ela se manifesta no questionamento de padrões e modelos tradicionais de conduta e na existência de padrões concorrentes, que implicam em uma sociedade sem direcionamento. Não há um conjunto coeso de idéias que se transformem em práticas sociais aceitas. A crise moral torna os conflitos mais agudos por que relativiza os acordos que sustentam as relações sociais da forma como elas estão estabelecidas. Para Offe (Apud Zaluar, op. cit.) o hedonismo passa a ser uma característica da cultura ocidental a partir da II Guerra Mundial. Com isso o prazer tornou-se o objetivo mais importante da vida dos sujeitos, principalmente os mais jovens. A liberdade individual perdeu seus limites. Para Zaluar no Brasil essa busca pelo prazer se encontra com os sinais de falta de direção da sociedade, que estão por toda parte. Por isso os sujeitos se tornam mais consciente dos conflitos e das contradições que existem a sua volta. O bandido seria o sujeito que ocupa o espaço onde a moral enfraqueceu e o Estado não ocupou seu lugar com instituições. E isso também enfraquece a sociedade, principalmente em lugares como o Brasil em que a sociedade responsabiliza o Estado pela promoção do bem comum e da integração social<sup>4</sup>.

O enfraquecimento dos padrões tradicionais aumenta o campo de ação dos indivíduos na hora de combinarem as diversas ideologias concorrentes, entendendo ideologia como um

---

<sup>4</sup> O terceiro setor pode ser uma outra via considerando esse aspecto. Ele socializa a gestão pública.

sistema de idéias que buscam o consenso e a naturalização, que se expressa na condução das condutas individuais (Zaluar, 2000).

Ele [o bandido] está onde, na alternativa entre o Estado e o mercado, a sociedade é esfacelada porque não mais conduz suas relações morais nem tem a garantia, pelo Estado, de seus vários direitos (Zaluar, op. cit., 47-48).

A opção pela criminalidade como estratégia de geração de renda deriva da combinação de diversos fatores. Entre eles a convivência de diferentes classes sociais, os novos padrões de consumo, a cultura do trabalho sem estabilidade, o hedonismo, a desvalorização da educação como meio de mobilidade social, a crise das instituições sociais e a ação do crime organizado. A adesão da juventude ao tráfico só pode ser entendida como um desdobramento da disseminação do valor de uma competição individual sem limites e da descrença nas instituições sociais como formas de resolver os conflitos interpessoais e garantir o acesso à serviços e direitos.

A ilegalidade é um dos componentes importantes do valor que as drogas assumiram no mercado atual. E a concepção individualista leva a sociedade a abordar esse problema a partir do foco no indivíduo e, no máximo, no seu grupo familiar - quer no caso dos usuários ou no caso dos traficantes. A dimensão social do problema, que congrega valores válidos, desagregação social, crise das instituições, não é enfrentada da forma como deveria ser. O jovem que se envolve com o movimento de drogas, que seja como usuário ou mão-de-obra, muitas vezes não tem a quem recorrer para enfrentar a violência e o vício e vê na adesão cada vez maior aos comandos sua única forma de proteção.

A questão da ocupação da comunidade é tão importante que ela se coloca como balizadora na elaboração das identidades locais. Para Zaluar “a separação entre trabalhadores e bandidos faz parte do processo social de construção da identidade de trabalhador” (op. cit, p.

51). Podemos supor que isso signifique que a identidade de bandido também seja elaborada dentro desse binômio.

Zaluar afirma que a identidade de trabalhador pobre é elaborada no contexto da comunidade nos encontros nos espaços públicos e na convivência cotidiana, já que sobre a classificação de trabalhador encontramos diferentes tipos de sujeitos, alguns desempregados e biscateiros, outros que trabalham por conta-própria. No contexto da família esse sujeito se sente um trabalhador, alguém que se opõe a figura do bandido, ou do malandro, para os mais antigos. No contexto do consumo ele se percebe pobre, em oposição aos ricos.

A pobreza também é fundamental na construção da identidade do bandido, aquele que, segundo as justificativas dos jovens, potencializou a revolta contra as desigualdades sociais. Até mesmo os não infratores compreendem o roubo como forma de geração de renda e em contraposição ao tráfico, atividade mais perniciosa na visão desses entrevistados. Os infratores consideram roubar como uma decorrência de sua condição de privação e de existência de grupos ricos. Também está associada a essa justificativa dada do roubo a crença, comum na comunidade, de que o rico tem a vida fácil, que ele é mais feliz. Que ele se apropria indevidamente do que é dos outros – na concepção dos meninos. O rico e o patrão, que é o explorador, se confundem na visão da comunidade.

O trabalhador também foi contraposto ao bandido pelos presidiários investigados por Ramalho (1983). No imaginário dos presos o trabalhador era o homem corajoso que enfrentava as dificuldades sem medo e sem procurar subterfúgios e caminhos fáceis.

Ramalho estava analisando o discurso de adultos. Os jovens acreditam que o trabalhador é moralmente superior, mas têm uma concepção contraditória. Por que também acham que ele é “otário” por que aceita as regras de um jogo onde não é respeitado pelos poderosos e pelos ricos. O trabalhador é aquele que não se revolta.

O aumento dos índices de violência na cidade a partir dos anos 80 pode ser percebido pelo aumento do número de homicídios e pela militarização dos comandos, indicados pelo número crescente de apreensões de armas de fogo de grande poder de destruição. Na verdade o aumento dos índices de homicídios coincidiu com o aumento dos índices de mortes causadas por armas de fogo de uso militar e armas leves. Segundo Dowdney em 1980 foram registrados oficialmente 35,5 homicídios por 100.000 habitantes. Em 89 esse número cresceu para 64,9 e em 2000 registraram-se 53,6 homicídios por 100.000 habitantes na cidade. Dessas mortes, em 1980, 79,1% foram provocadas por armas de fogo. Em 89 o número de mortes com armas corresponde a 90,5% do total. Em 2000 as mortes por armas de fogo totalizaram 84,5% das mortes.

O número de armas de fogo apreendidas pela polícia acompanha esse crescimento. Em 1960 a polícia apreendeu 841 armas, enquanto que em 1999 o montante apreendido foi de 11.633. Os revólveres, armas leves, muito usadas pelas crianças e jovens, tiveram um crescimento exponencial. Segundo Dowdney, enquanto no período compreendido entre 1960 e 1969, a polícia registrou apreensão de 3.891 revólveres, entre 1990 e 2001 esse número atingiu o montante de 53.526. As armas pesadas, com potencial letal muito maior, como fuzis, metralhadores e submetralhadoras, também passaram a circular muito mais pela cidade, principalmente a partir da criação dos comandos. Enquanto em 1981 o número de fuzis apreendidos foi apenas quatro, em 1998 houve 430 apreensões desse tipo.

Na cidade do Rio de Janeiro a violência relacionada com a droga e com as disputas territoriais pode ser considerada o principal fator para o aumento de 40% de mortes provocadas por armas curtas entre 1979 e 2000 (Dowdney, op. cit.). Esses números ganham um significado muito particular quando percebemos que os índices de violência se concentram em regiões determinadas da cidade.

O aumento da violência no Rio geralmente é visto como um fenômeno que nega a lógica social mais ampla. Ele aparenta ser um fenômeno localizado em territórios determinados que comprometem o curso normal das rotinas da cidade como um todo. Além disso, alguns setores da sociedade são considerados perigosos, entre eles os moradores das periferias onde se situa a ação dos comandos. Nas análises que circulam na mídia que tentam explicar esse fenômeno a relação entre o comércio varejista de drogas ilegais e as comunidades é pensada a partir da matriz da exclusão e da falta de eficiência do estado (Machado, 1999; Misse, 1999). O aumento da violência seria um subproduto das condições de pobreza e do envolvimento de agentes de segurança com o crime. Na verdade, apesar de ser considerado como um corpo estranho produzido pela exclusão social, o aumento da violência na cidade está baseado em práticas e hierarquias sociais estabelecidas, e os jovens das comunidades ocupadas estão sendo socializados em contextos onde as facções e os agentes de segurança disseminam uma sub-cultura do combate, e onde o espaço da sociabilidade está esvaziado. A adesão da juventude ao tráfico só pode ser entendida como uma interpretação específica do valor da competição individual sem limites e da descrença nas instituições sociais como formas de resolver os conflitos intersubjetivos, e como uma resposta de setores da sociedade à concentração da riqueza e ao empobrecimento. Mas isso não afeta a todos os moradores das comunidades, que não podem mas ser consideradas como reduto da pobreza (Peralva, 2000) e já afeta os estratos médios urbanos.

Isso posto se destaca a capacidade dos sujeitos, que no jogo de forças real e político, estabelecido no cotidiano, criam, recriam, e significam o mundo social. É na situação vivida, diante das interdições e possibilidades presentes nos encontros, nas rotinas, na encenação do real, que cada sujeito e grupo constrói a vida coletiva.

A opção por atividades ilegais como forma de geração de renda é feita por um número significativo de crianças e jovens, principalmente adolescentes, nos contextos ocupados pelas

facções de droga. Mas é preciso entender como essa opção se vincula a questões sócio-culturais mais amplas.

#### A infantilização e a juvenilização da mão-de-obra do tráfico

A crescente violência que as mudanças que a chegada da cocaína e a organização e militarização dos comandos imprimiram aos negócios, mudaram muito a relação dos comandos com a comunidade, e foi acompanhada pela diminuição da idade dos sujeitos que atuam no movimento. Os índices de violência praticada por jovens e adultos jovens no Rio de Janeiro aumentou bastante durante a década de 90. O número de infrações cometidas por jovens cresceu 50% em 1997, comparando com os números do ano anterior. O envolvimento com o comércio varejista de drogas cresceu o correspondente a 35,5% do montante das infrações registradas.

Os moradores das comunidades afirmam perceber uma diferença muito clara entre o comércio varejista de drogas nos anos 70 e atualmente. Entre as mudanças percebidas eles apontam o fato de que os traficantes respeitavam o morador e os valores familiares mais do que hoje. O respeito pelo morador se refletia na proibição da venda de drogas nas ruas da comunidade e no cuidado com as famílias. Os traficantes também eram mais velhos e egressos das comunidades onde atuavam. As quadrilhas eram menos organizadas às crianças não era permitido trabalhar, e, quando eram aceitas, não podiam usar armas. À medida que o movimento de drogas foi ficando mais complexo, a idade cronológica deixou de ser um critério para o recrutamento de mão-de-obra. No seu lugar surgiu a concepção de “preparação”. O sujeito está preparado para trabalhar no tráfico quando é percebido como alguém que já está contaminado pela “maldade”. Enquanto os moradores iam assistindo ao distanciamento da atividade dos comandos em relação aos valores aceitos nas comunidades,

os estudiosos iam percebendo a diferenciação interna das funções e a militarização dessa atividade.

A estrutura dos comandos possui três níveis. No primeiro estão os atores sem facção que fornecem drogas e armas. No segundo nível estão os “donos” das bocas. No terceiro, exclusivamente baseado nas favelas, estão os “gerentes”, vendedores diretos, vigias e soldados<sup>5</sup>. Quase que exclusivamente crianças, jovens e adultos jovens. Essa estrutura pode ser encontrada em todos os territórios ocupados pelas facções, mesmo que com pequenas variações decorrentes de características da comunidade, do volume de negócios e do estilo de liderança do dono. Da mesma forma que as estruturas organizacionais nas diferentes comunidades são semelhantes, não há diferenças culturais e sociais entre os grupos que atuam no comércio varejista de drogas ilegais sediado nessas comunidades.

O mercado atacadista de drogas é internacionalizado, descentralizado e possui pouca hierarquização. O papel dos “donos” das bocas é supervalorizado pela imprensa, que quase nunca se reporta aos personagens e processos envolvidos no primeiro nível dessa estrutura. O foco das preocupações da sociedade também recai quase que exclusivamente no terceiro nível de organização dos comandos, aquele que está baseado nas comunidades.

Os “donos” representam o segundo nível da estrutura e atuam como uma rede de apoio mútuo, mesmo dentro do sistema penitenciário. As facções podem ser vistas “como grupos de donos independentes, ligados por alianças frouxas e de interesse mútuo” (Dowdney, op. cit., 45). Um dono não está subordinado a outro.

O terceiro nível é onde existe maior diferenciação entre as funções e os cargos ocupados - apesar de que em uma situação de conflito todos sejam considerados soldados na defesa da ocupação e do controle do “dono” ao qual o grupo está vinculado.

---

<sup>5</sup> Em entrevista dada os meninos se referiram a uma nova função: radinho, que é o garoto que fica olhando e segurando um rádio de comunicação. Tecnologia a serviço do negócio.

O nível três da estrutura organizacional dos comandos, com base exclusiva nas favelas, é a parte menos lucrativa e sofisticada da atividade do narcotráfico. E mesmo os lucros dessa atividade não ficam nas favelas, são apropriados pelos “donos” e pelas outras esferas da estrutura organizacional. É nesse nível que a mão-de-obra jovem é fundamental.

Há uma tendência mundial no retraimento do mercado de trabalho formal e isso é sentido mais profundamente pelas populações jovens, principalmente pelos jovens das camadas menos favorecidas da população. Em determinados estratos sociais, as famílias têm recursos e sentem menos a retração do mercado de trabalho. E os jovens podem ficar fora do mercado de forma produtiva: estudando, qualificando-se. Nas camadas menos assistidas a pressão para a entrada do jovem no mercado de trabalho é muito maior, até porque há um alto índice de jovens que já são pais ou que têm sua própria família - 15% dos jovens entre 15 e 24 anos já é pai, enquanto que na cidade como um todo o índice é de 6,7% (Machado, 2001).

A renda dos chefes de família vem se retraindo o que pressiona o grupo doméstico a precisar dos filhos como estratégia de sobrevivência. Mas esse jovem que passa a ser fundamental para a reprodução sócio-biológica do grupo doméstico encontra as piores condições de trabalho no mercado. Como consequência a atratividade do mercado para os jovens é baixa. Esse quadro é mais dramático quando o jovem está inserido em um contexto de elevado risco social: a exposição ao comércio varejista de drogas ilegais e ao conflito armado em torno da questão da apropriação dos bens gerados por essa atividade – guerra entre facções com o envolvimento de quadros do sistema de segurança - gera uma sub-cultura do combate e uma naturalização do crime e da morte.

Segundo dados levantados pelo IETS (Organização Internacional do Trabalho, 2002), durante as últimas décadas o mercado de trabalho na região metropolitana do Rio de Janeiro sofreu uma retração da força de trabalho com menos de 30 anos, e a situação é mais grave

entre os adolescentes entre 15 e 17 anos. Por outro lado, os empregos formais também diminuíram. Os empregos informais constituem 17% dos postos de trabalho enquanto que os trabalhadores autônomos representam 27%. O número de trabalhadores autônomos cresceu 30% na década de 90 enquanto que os trabalhadores formais se retraíram em 14%.

A situação do emprego nas comunidades de baixa renda é ainda mais grave. A maioria da população nesses lugares é jovem (52% com menos de 25 anos), faixa etária mais atingida pela retração do mercado de trabalho. Ainda segundo o IETS, a taxa de desemprego nessa região é de 12,4%, mais alta que a média metropolitana e a média dos salários da população que trabalha e menos que a metade da média da cidade.

Apesar de na cidade como um todo a taxa de participação dos jovens no mercado de trabalho estar diminuindo, nas áreas de baixa renda os índices de participação dos adolescentes entre 15 e 17 anos são, em média, quase o dobro dos índices da cidade, e em algumas comunidades esses índices são ainda mais elevados.

Os dados dessa pesquisa apontam três fatores que explicam os altos índices relativos de participação dos jovens no mercado de trabalho nas comunidades de baixa renda: os elevados índices de desemprego dos chefes de família, a baixa renda per capita da população e a baixa escolaridade dos adultos.

Se compararmos dados levantados pela OIT (Organização Internacional do Trabalho, op. cit.) no final da década de 90 com dados da 2ª Vara da Infância e da Juventude no início dessa mesma década, a questão da relação entre a ocupação dos comandos e o envolvimento de jovens com o crime se destaca. Em 1993, 73,51% dos delitos eram contra o patrimônio e apenas 9,58% dos jovens estavam envolvidos com entorpecentes. Os índices de envolvimento dos jovens com as drogas ilegais cresceu, enquanto que outros percentuais, como sexo, nível de renda e escolaridade, se mantiveram constantes. Ou seja, a problemática que envolve o menino e sua família se manteve inalterada, mas o tipo de estratégia para garantir a

sobrevivência mudou: os jovens migraram dos crimes contra o patrimônio para o envolvimento com o comércio varejista de drogas ilegais. A situação social descrita pelos dados se agrava com a exposição dos jovens e de seus familiares a atividade do crime organizado e a guerra de facções e de setores do sistema de segurança e do governo pela apropriação do lucro dessa atividade.

A precariedade do mercado de trabalho vem modificando o significado tradicional dessa atividade. A partir da dificuldade de se estabelecer uma cultura do trabalho estável, que implicaria em valorizar o trabalho como fonte de realização pessoal e consolidação de laços sociais, o trabalho se reduz ao seu significado instrumental e imediato (Bajoit & Franssen, 1997). O trabalho ilegal, em seus mais diferentes matizes, faz parte do cotidiano da cidade. E muitas vezes esse trabalho, de camelôs, de transportes alternativos irregulares, por exemplo, está misturado com a estrutura do tráfico. Além do trabalhador ilegal, diversas formas de geração de renda ilícitas são praticadas: loteamento clandestino, ocupação de lugares públicos, entre outras. A concepção de trabalho formal e estável está cada vez mais distante da socialização da juventude dos estratos menos assistidos da população. Isso altera o significado do trabalho e reforça a cultura do trabalho de risco (Zaluar, 2004). A convivência com a contravenção em Acari deu origem a uma feira muito conhecida na cidade, onde os habitantes, inclusive de outras regiões, vão comprar peças de carros e outros utensílios. A origem reconhecidamente ilegal desses artigos se explicita no nome popular da feira: “Robauto” (Alvito, 2004).

Os jovens são socializados em uma imagem de trabalho como algo transitório e precário, onde ele vai desempenhar tarefas pouco significativas e maçantes, que não vão lhe abrir perspectivas de ascensão social. A precariedade e o imediatismo da situação vivida no mercado de trabalho são confirmados pelo desempenho dos jovens e de seus familiares no sistema escolar. Sem ver saída pela via da escola ou pela via do trabalho o jovem desenvolve

uma concepção imediatista de vida, onde não há muito sentido em se projetar o futuro em bases realistas. Essa falta de expectativas e de projeção para o futuro foi considerada por Abramovay (1999) como uma das condições da consolidação de um sentido do trabalho onde as atividades desempenhadas no tráfico aparecem como alternativas de vida. Para Alvito (Zaluar & Alvito, 2004, 181-205) além de serem alternativas viáveis, os postos de trabalho no tráfico ainda têm a vantagem de estarem acessíveis para os jovens nas comunidades.

### O tráfico e sua relação com a comunidade

Existem três comandos atuando no comércio varejista de drogas ilegais no Rio de Janeiro: o Comando Vermelho, a mais antiga das organizações, o Terceiro Comando Puro<sup>6</sup> e os Amigos dos Amigos. As facções não atuam de forma centralizada, atuam como grupos independentes que garantem apoio mútuo em conflitos contra a polícia e contra outra facção. Apesar de independentes, a situação dos comandos e as formas como eles se organizam é semelhante em todas as comunidades, mesmo entre comunidades ocupadas por grupos inimigos.

Segundo Misse (1999) o que caracteriza o movimento de drogas na cidade é a sua relativa organização, o poder que ele tem nos territórios onde se estabelece por força das armas, por capitalizar o resgate da dívida social com as populações de baixa renda e pelo fato dele se constituir em redes de proteção mútua. Para Misse a organização das redes do tráfico no Rio tem como base inicial os esquemas fragmentados montados nas comunidades de baixa renda em torno das bocas de fumo e de seus donos.

Até a década de 60 nas comunidades encontrávamos somente o varejo de maconha, que tinha como consumidores grupos marginais à sociedade. A cocaína era consumida apenas pelas elites econômicas, mas de forma pouco significativa. É quando o comércio varejista de

---

<sup>6</sup> Terminologia usada pelos jovens desse comando em entrevistas realizadas durante o ano de 2006 em uma instituição que atende adolescentes em conflito com a lei em regime de internação na cidade do Rio de Janeiro.

drogas baseado nas comunidades periféricas encontra os consumidores dos estratos médios e superiores da sociedade que o negócio da venda de drogas ilegais cria as bases para se constituir na força que ele hoje representa.

Além da mudança de perfil dos consumidores, de grupos marginais para os estratos médios e altos, o negócio de venda de drogas ilegais com base em territórios periféricos se potencializa com a venda da cocaína a baixo preço, que foi possibilitada pela consolidação de rotas internacionais do tráfico que ligavam os países consumidores, Estados Unidos e Europa, aos países produtores, passando pelo sudeste do Brasil (Procópio, 1999). Desde a criação dessa rotas, o país aparece como principal entreposto, posição que é ocupada até hoje. Mas, a partir da década de 80, o Brasil além de entreposto passa a ser o segundo maior consumidor de drogas e produtor de produtos químicos envolvidos na fabricação da coca.

Foi na base incipiente montada nas bocas de fumo e nas relações clientelistas estabelecidas entre seus donos e as comunidades da baixa renda que a cocaína chegou às periferias urbanas com preço acessível para ser consumida pela classe média, principal grupo consumidor. Segundo Procópio (op. cit.) é a concentração de muitos profissionais bem remunerados, entre eles os funcionários públicos, que explica a rentabilidade que a venda de drogas tem nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e no Distrito Federal. Em Brasília, por exemplo, o índice de consumo no Lago Sul é muito mais representativo do que os índices apresentados pelas cidades satélites. Em pesquisa realizada em parceria pela UERJ e pela FIOCRUZ (NEPD & CLAVES, 2000) também ficou evidenciado que o uso de drogas entre os estratos sociais A e B é duas vezes maior que o uso nos estratos C e D.

Na década de 80 o comércio varejista de drogas ilegais já estava estruturado a partir dos dois principais comandos que existem hoje: o Comando Vermelho, derivação da Falange Vermelha, grupo de articulação dos presos comuns dentro dos presídios, e o Terceiro Comando – ainda não denominado como “puro” -, derivado da Falange do Jacaré (Misse, op.

cit.). Com o aumento da lucratividade dos negócios a partir da entrada na cocaína no esquema do varejo com base em territórios periféricos, e com o interesse demonstrado pelos atacadistas internacionais, o tráfico começa a atrair agentes de segurança pública em busca de ganhos fáceis e o investimento de grandes e pequenos empresários brasileiros.

Paralelo ao comércio de drogas e armas, outra mercadoria importante no esquema do narcotráfico são as mercadorias políticas, oferecidas pelos agentes de segurança pública e quadros da máquina estatal em todos os níveis e poderes. Compreender a constituição do movimento de drogas implica em compreender a sobreposição de dois mercados ilícitos diferentes: o primeiro baseado na compra e venda de mercadorias privadas resultantes de apropriação ilegal, e o segundo baseado na compra e venda de bens públicos, que deveriam ser de monopólio estatal, como proteção, livramento de prisão, armamento das forças armadas e do sistema de segurança, documentos, informações, entre outras coisas.

A existência do comércio de drogas ilegais também “exige a criação de um mercado paralelo e concomitante de produção de violência explícita ou potencial, tão próspero quanto o da droga, cujo valor é agregado ao produto ilícito” (NEPAD & CLAVES, op. cit.), e que aumenta a procura pelas mercadorias políticas monopolizadas pelo estado. A sobreposição desses dois mercados também cria uma demanda por segurança privada com um mercado específico. O crescimento do negócio da segurança privada acompanhou o aumento dos índices de violência a partir da abertura política. Segundo Procópio (op. cit.), em estudo realizado no final da década de 90, existem 270 mil pessoas oferecendo serviços de segurança no Brasil, quase o dobro do contingente total das forças armadas na ativa. E esse serviço só veio a se especializar. Hoje podemos contratar escolta particular ou um carro blindado, a preços que variam em torno de R\$ 600,00 por cada quatro horas de serviço. Ou pode contratar um segurança de motocicleta ou de carro, por aproximadamente R\$ 300,00 a hora<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> *O Globo*, 1º caderno, p 48, 3/11/2006.

E aquele mercado paralelo de segurança retro-alimentava a criminalidade na medida em que era comum o envolvimento de seus profissionais em assaltos a banco e desvios de carga. Por outro lado, as iniciativas privadas que tentam compensar as ações do Estado no setor de segurança reforçam e ampliam as diferenças sociais, colocam em curso novos meios violentos e desmoralizam a autoridade pública.

O comércio mundial de drogas movimentava aproximadamente 500 milhões de dólares por ano, mais de 8% do comércio internacional. O tráfico movimentava mais ativos que a indústria automobilística, o petróleo, e o comércio de ferro e aço, isoladamente. Mas é na aplicação dos lucros na economia legal e no transporte da cocaína fabricada nos países latinos que se concentram os maiores ganhos do narcotráfico. Até a década de 80 o Brasil figurava apenas um corredor por onde a droga passava em direção aos seus consumidores americanos e europeus. Hoje somos o segundo maior consumidor do mundo, atrás do Estados Unidos, mas, mesmo assim, o narcotráfico brasileiro fica com 5% a 10% de todo o montante arrecadado mundialmente. Segundo Magalhães (2000) no Brasil 200 mil pessoas estão diretamente envolvidas com o narcotráfico. Enquanto Procópio (op. cit.) afirma que, considerando os envolvidos diretos e indiretos, esse número sobe para um milhão. Existem diversas formas de se relacionar com o negócio do tráfico em bases econômicas, diretas e indiretas, muitos sujeitos nas comunidades são beneficiados por essa atividade. Paradoxalmente as drogas atuam como agente e vetor de uma “integração regional paralela” na América Latina, através de seus vínculos com estruturas econômicas e políticas (Procópio, op. cit.). Essa integração paralela se dá também pela cooperação técnica e pela divisão do trabalho de preparo e distribuição das drogas, que envolve diferentes países e classes sociais, cada um desses grupos desempenhando um papel específico. Além dessas conexões é importante lembrar que a globalização econômica facilitou o processo de lavagem de dinheiro ilegal e aumentou ainda

mais a atratividade do negócio do tráfico. Ainda como produto da lógica da globalização, os lucros com o comércio de cocaína não ficam no Brasil ou em qualquer país sul-americano, eles são apropriados pelos EUA e pela Europa, países que abrigam as máfias organizadas e onde se encontram os principais investidores e mercados consumidores, excetuando-se o Brasil.

O território é fundamental no esquema do negócio da venda das drogas ilegais ao consumidor, seja pela topografia das comunidades, seja pela situação de isolamento com relação ao restante da cidade, incluindo outras comunidades, seja pelas já estruturadas relações de reciprocidade. O poder de controle social dos comandos na cidade do Rio de Janeiro é bastante significativo. Para Dowdney, variando conforme o grau de organização e a rentabilidade dos negócios, “as facções controlam a ordem social por meio de punições por desobediência, na maioria das 800 favelas do Rio de Janeiro. Isso significa mais de 1 milhão de pessoas, cerca de 20% da população da cidade” (2003, 73).

A ocupação das favelas pelos comandos repousa em estruturas sociais preexistentes de controle social e proteção. Os comandos se mantêm enquanto força sociopolítica através de coerção encorajadora e violência. Antes da criação dos comandos nas comunidades já existiam personagens que se aproveitavam da ausência de representantes do poder público para desenvolverem relações de reciprocidade forçada com os moradores. Os “donos” eram figuras fortes que mantinham a ordem através do uso da força, em uma versão romântica do “bom bandido”. Essa relação, por sua vez, tem como base social mais ampla a estrutura de poder autoritário e o clientelismo. Com o fortalecimento do negócio das drogas e a estruturação dos comandos, os “donos” das comunidades se tornaram exclusivamente figuras do tráfico.

A reciprocidade estabelecida entre os “donos” e os moradores está baseada em relações sociais básicas, como o parentesco, a amizade e a vizinhança; no respeito às regras,

na troca de favores pessoais, em investimentos em bens e atividades comunitárias e no uso da violência. A comunidade deve respeitar o código de silêncio e as leis e as hierarquias do tráfico e os bandidos devem respeitar um código de certo e errado baseado em valores morais tradicionais, que já foram mais fortes quando a questão geracional não era tão delicada. Mas, mesmo o bandido está sob o controle das relações sociais. Como no corte de Luís XIV, onde os sujeitos para além de serem o que eram, precisam se comportar de acordo com a posição ocupada (Elias, 1994).

No Palácio de *Versailles* o rei e sua família chegaram a receber 10.000 pessoas. Membros da corte e sua criadagem particular. Ociosos, se divertindo em festas e jogos às custas do rei. E ele se aproveitava dessa proximidade para vigiar e bisbilhotar os hóspedes a procura de fatos que pudessem beneficiá-lo em qualquer disputa política. Mas para ter essa prerrogativa o rei tinha que receber a todos em sua residência na corte. Havia toda uma arquitetura de gestos e palavras. Um controle rigoroso sobre o corpo e seu posicionamento (Giddens, 2003) diante dos outros.

Na sociedade francesa da época, as moradias se chamavam “*hôtel*” ou “*palais*”, de acordo com o tamanho e a categoria do proprietário. “*Hôtel*” era a denominação da casa da alta aristocracia. Mesmo que depois esse termo tenha decaído e passe ser usado para se referir às casas de profissionais da corte.

A vida na corte é uma vida tipicamente urbana, mas as casas são construídas com grandes pátios, com estábulos, paios, uma casa de fazenda na cidade. Uma espécie de balneário para nobres. Em *Versailles*, no pátio, onde carregam e descarregam coisas e as carruagens e criadagem circulam, as mulheres cozinham. O rei para garantir e demonstrar que garante seu lugar naquele contexto, precisa executar uma política de estabelecimento de relações e encenações de rituais de confirmação de prestígio. O nobre:

Por nascimento, ele está inserido num complexo funcional de estrutura bem definida; deve conformar-se a ele, moldar-se de acordo com ele e, talvez, desenvolver-se mais, com base nele (Elias, op. cit., 21).

O mesmo modelo de relações de poder baseadas em monitoramento reflexivo (Giddens, op. cit.) e auto-regulação (Elias, op. cit.), isolado por Elias em Winston Parva (2000), pode ser encontrado nas comunidades ocupadas pelos comandos. O que não significa que as duas figurações (Elias, 2001) sejam iguais. Nas comunidades, dentro de alguns contextos específicos, mas afetando a todos, o desrespeito a uma determinada categoria de regras pode levar ao uso da violência. Até porque a comunidade entende os motivos que levam a “rapaziada” a tomar uma atitude no caso de injustiças, covardias e traições e reconhecem a eficácia do uso da violência na resolução de alguns conflitos. Zaluar (2000) discute incidentes ocorridos na Cidade de Deus durante a década de 80, quando os moradores articulados com os bandidos atacaram supermercados, em resposta ao aumento de preços que não foi acompanhado pelo aumento dos salários. Um ato politicamente orientado que demonstra a força de articulação das famílias e grupos da comunidade e indica que pode haver uma identificação possível entre bandidos e trabalhadores que se baseia na questão da moradia e da convivência. Hoje nas comunidades temos notícias sobre a justiça sumária de policiais e bandidos, mas não vemos relatos de invasões ou outras iniciativas articulem os diversos grupos existentes e atuantes nas comunidades. A comunidade está com a circulação de pessoas comprometida, assim como a sociedade como um todo.

Os negócios do tráfico incrementam a economia comunitária, gerando empregos diretos e indiretos, e colocando ativos em circulação, aumentando o consumo de alimentos, bebidas, imóveis, entre outras coisas. Apesar de que, Alvito (2004) presenciou esse fenômeno da falta de emprego e de dinheiro em circulação, mas também viu os espaços públicos serem ocupados pelas pessoas, adultos e crianças em atividades de lazer tradicionais: carteados, jogos de bola, amarelinha, pipa. A venda de drogas nas comunidades de favela e o combate a ela,

dificultam a ocupação dos espaços públicos, em um lugar em que já existem poucos espaços de convivência. Os comandos também investem em atividades culturais e de lazer, que atraem pessoas de fora da comunidade e dinamizam a economia local. Por outro lado, o fato do comércio varejista de drogas ilegais empregar muitos moradores da comunidade, facilita o estabelecimento de relações de confiança no sistema de segurança montado pelos comandos e amplia a capilaridade desses grupos com as famílias e os grupos existentes nas comunidades ocupadas, principalmente no caso das crianças e dos adolescentes, faixa etária onde se concentra hoje a maior parte dos trabalhadores do movimento.

As regras e os valores que sustentam a reciprocidade, forçada e provisória, estabelecida entre os comandos e os moradores estão disseminados nas comunidades e são conhecidas de todos. Para Alvito as relações estabelecidas entre as quadrilhas locais e a forma dessas quadrilhas se relacionarem com a comunidade, os conflitos e alianças, influenciam na elaboração das identidades locais; constituem a cultura através da qual os sujeitos se relacionam com o mundo. Essas regras e valores não estão escritos, mas funcionam como balizadores das condutas porque são difundidos através das interações cotidianas, nos encontros face a face, principalmente através da ameaça implícita do uso da violência.

A ocupação da comunidade se constitui em uma rede de troca de favores, às vezes diretos, compra de bens e empréstimos, ou indiretos, através das redes de parentesco, amizade e vizinhança – mesmo que alguns apontem para o comprometimento dessa rede de proteção pelo crescimento da sensação de insegurança. No caso da comunidade, o que ela oferece nesse sistema de trocas é o respeito das hierarquias e das normas, e o reconhecimento da força e do poder das figuras do movimento.

Assim como são tênues os limites dessa geopolítica [entre o movimento e as organizações que atuam na comunidade], são confusas as relações de favor e contrafavor de inúmeros moradores do morro com o “movimento”, principalmente entre os mais jovens. Assim como existem os sistemas de reciprocidade diretos – pelos quais o narcotráfico financia o

casamento ou o enterro, garante o tratamento e saúde, subsidia a compra de cimento etc., estabelecendo um compromisso face a face -, há inúmeros meios indiretos de reciprocidade que podem ser acionados sem que a pessoa venha a ter intenção ou consciência da relação. As redes de amizade, vizinhança e parentesco, com o sistema recorrente de ajuda mútua que os moradores estabelecem entre si, dificilmente estão incólumes, havendo sempre algum membro com “passagem” no “movimento” (Mafra, 2004, 280).

Para Mafra a reciprocidade entre o tráfico e as comunidades ocupadas é tão importante que viver nesses territórios demanda envolvimento com essas redes, ou seja, “a própria sobrevivência (...) faz do morador um sujeito ‘poluído’ pela contravenção e o poder paralelo” (ibidem). A “poluição”, ou “envolvimento” do morador se estabelece pela interlocução obrigatória com as figuras do movimento e através de relações econômicas e sociais. A questão do parentesco, e de outras relações sociais básicas, é fundamental na estrutura do tráfico e na relação dessa estrutura com a comunidade. A fronteira entre quem está e quem não está envolvido com o movimento é sempre transposta por parentes, amigos e vizinhos, que vão estabelecer uma ponte entre o morador e o tráfico.

Segundo Dowdney “para todos os efeitos práticos, as facções se tornaram um poder sóciopolítico legitimado dentro das favelas que elas dominam” (op. cit., 62), mas o poder de normatização das prescrições do movimento vai depender do poder de organização da facção e do volume de negócios.

O movimento é um interlocutor investido de autoridade na organização do espaço local. Ele funciona como um grupo de poder e como uma rede relacional baseada em relações sociais básicas, como o parentesco, a amizade e a vizinhança e que se constitui enquanto grupo de proteção e convivência. O tráfico que se estende nas comunidades atua enquanto força social através da violência, da força gerada pela coesão entre os seus membros e do controle direto sobre as condutas, os bens imóveis e os espaços públicos da comunidade.

As regras que garantem a ordem, através do controle sobre as condutas, podem ser agrupadas dessa forma: não é permitido roubo na comunidade, nem agressões físicas entre

moradores, as crianças e mulheres são protegidas, não são permitidas relações com a polícia e os moradores não podem possuir uma arma sem os traficantes saberem. Além dessas regras, mais definidas, qualquer perturbação da ordem pode gerar repressão por parte das facções. É importante destacar que o conceito de criança nesses contextos ganhou um componente novo, porque o menor de 12 anos envolvido com o movimento deixou de ser visto como criança quando no grupo aquele sujeito é considerado “preparado”, ou seja, quando já tem maturidade para desempenhar as atividades que o movimento envolve. E essa maturidade é aferida na convivência diária desse menino que circula em torno das atividades do movimento até se oferecer para trabalhar e ser aceito (Dowdney, op. cit.). O “preparo” envolve a capacidade de manusear armas, de obedecer a ordens e a disponibilidade para matar, mesmo que a vítima seja conhecida ou amiga.

A idéia de “preparação” que substitui a idade cronológica como critério de entrada nos negócios, resolve entre todos a questão da proteção devida às crianças e a questão de se saber se esse é um trabalho adequado ou não para menores de 12 anos. As crianças que circulam em torno das atividades do tráfico, fazendo pequenos favores para vizinhos e amigos, com os quais convivem naturalmente desde muito pequenos, aos poucos vão sendo preparados para se juntarem ao grupo. E a partir do momento em que são considerados “preparados” eles ganham o status de adultos e são considerados responsáveis pelos seus atos.

Os traficantes também são obrigados a cumprir regras. A principal delas é o respeito pelo morador, principalmente ao morador que trabalha - qualidade dos sujeitos moralmente superiores. O respeito pelo morador é fundamental para a atividade dos traficantes e para a defesa desses sujeitos contra a polícia e as facções rivais. Por outro lado, a comunidade muitas vezes vê os comandos como única alternativa de garantia de ordem, principalmente diante do significado que os agentes de segurança pública têm nesses espaços. Os traficantes demonstram um interesse mais efetivo na resolução dos problemas da comunidade, mesmo

que as soluções oferecidas sejam pontuais e que o respeito ao morador hoje não seja igual ao de antigamente.

O controle das comunidades pelas facções e o conflito constante para garantir a ocupação do território afetam as comunidades de diversas formas. Os moradores das comunidades são envolvidos nos conflitos armados entre as facções e contra os agentes de segurança pública e, muitas vezes, são confundidos com os comandos até pela população da cidade. Além disso, o controle do tráfico e a imposição dos seus quadros como interlocutores diretos e indiretos dificultam o fortalecimento de uma sociabilidade mais orgânica e democrática. A cultura das comunidades foi modificada. Anteriormente considerada como grupamento de muita densidade relacional, hoje os espaços públicos estão esvaziados ou ocupados pelas atividades de venda ou de defesa do negócio. Os moradores estão aprisionados na lógica de defesa dos comandos e não há trânsito livre de pessoas entre territórios ocupados por facções diferentes, mesmo quando são regiões de uma única comunidade.

A associação e a não associação com o tráfico são elementos de mediação nas relações intersubjetivas e interinstitucionais (Mafra, *op. cit.*), por isso são usadas como forma de fortalecer ou enfraquecer pessoas, grupos e iniciativas na comunidade. Ser acusado de envolvimento com o tráfico ajuda ou pode dificultar as coisas. Enquanto que a qualidade de trabalhador, quando é atribuída a uma pessoa, alça esse sujeito a um lugar de destaque moral na comunidade, justamente porque ao “trabalhador” se opõe o “bandido”.

O movimento de drogas se articula com bastante capilaridade e se faz presente na comunidade através da imposição e do reconhecimento de seus bens, valores e hierarquias. O valor das proximidades com a rede do movimento, materializado nos sujeitos que a compõem, é ampliado por causa dos conflitos armados que acontecem na comunidade. O movimento se

fortalece no estreitamento dos laços sociais e ocupa o espaço vazio deixado por laços que se romperam.

A presença do narcotráfico na comunidade é fundamental para a forma assumida pelas relações sociais de maneira geral por que essa presença cria uma situação tensa, onde as pessoas se sentem inseguras, e porque o movimento se impõe como interlocutor a quem a comunidade e cada sujeito e grupo, isoladamente, deve responder. Em função da capilaridade da ocupação, tentar descobrir quem é e quem não é, ou quem está ou não está envolvido com o tráfico é uma falsa questão. Para se viver nos territórios ocupados é preciso se relacionar com as facções, mesmo que essa relação se materialize apenas no reconhecimento do poder das figuras do tráfico e na aceitação do esquema de venda e proteção dos negócios (NEPAD & CLAVES, *op. cit*; Mafra, *op. cit*). As formas de relacionamento variam em graus de vinculação, mas para qualquer morador e seus familiares a presença das facções precisa ser considerada no momento de elaboração das estratégias de organização do cotidiano, ou seja, as rotinas do comércio varejista de drogas e da defesa do território se impõem sobre as outras rotinas, até as mais simples como levar o filho na escola ou decidir onde vai permitir que o filho passe seu tempo livre.

Todas as instituições comunitárias estão sob a influência dos comandos o que agrava, ainda mais, o estreitamento dos laços sociais e empobrece as teias da sociabilidade, retirando dessas teias a capilaridade necessária para fazer frente à ação desarticuladora das facções. O tráfico canaliza para si o diálogo coletivo, e se impõe como mediador e interlocutor obrigatório. No caso das associações de moradores, que abrigaram as demandas sociais pelo exercício legítimo da política durante o processo de abertura no Brasil, à ação dos comandos foi bastante significativa. A partir de 80 muitas vezes a sede e os membros das associações foram cooptados pelo tráfico ou o representante do movimento foi eleito através do voto (Zaluar, *op. cit.*). A sobreposição do tráfico as associações de moradores coincidiu com

aumento dos lucros com a venda de cocaína, a militarização dos comandos e a organização do comércio de drogas ilegais enquanto aparelho. Para o mesmo período em que Mafra afirma que os comandos se impuseram como interlocutores no espaço coletivo das favelas em detrimento da liderança política das organizações civis de moradores, Dowdney apresenta dados da comissão contra Violência e a Impunidade, que demonstram que entre 1992 e 2001, 100 líderes comunitários foram mortos e mais de 100 foram expulsos das suas comunidades por não aceitarem as bases do acordo imposto pelos traficantes.

#### Tecido social, desigualdades e ação dos comandos

A sub-cultura do combate, que se cria a partir da presença das facções e das lutas pelo domínio do território, contra a ação de comandos inimigos e de agentes de segurança, e no isolamento e na interdição presentes nos contextos de atuação dessas facções, dificulta a estruturação de laços sociais mais amplos que interliguem as famílias e os indivíduos dentro das comunidades e que possam interligar cada comunidade com a sociedade. Ela dissemina um clima de insegurança, revolta e desconfiança, que compromete a relação dos indivíduos com as instituições e entre si. A ação dos comandos funciona como um buraco negro que suga as energias sociais e esvazia os espaços de relacionamento. Os espaços da comunidade, que deveriam ser ocupados publicamente, são ocupados pelo tráfico. Nas comunidades hoje as pessoas estão fechadas no seu próprio grupo doméstico, em pequenos territórios - ruas, conjuntos de apartamento, regiões delimitadas - que se comunicam com dificuldade e em grupos restritos de convivência, pequenas sociedades.

Para Reis (1998) o estreitamento dos laços sociais não é um problema circunscrito aos territórios de favela, mas um fenômeno que atinge todas as grandes cidades da América latina, e tem como determinação fundamental a elevada desigualdade social.

A autora toma como ponto de partida o conceito de “familismo amoral” elaborado por Banfield para analisar o fenômeno da dificuldade de integração social e do estabelecimento da solidariedade em um pequeno povoado da Itália. Segundo Reis a desigualdade social tem como um de seus subprodutos o retraimento da esfera pública, como fenômeno que se desdobra a partir do foco das identidades subjetivas na família e do estreitamento das fronteiras da comunidade, porque “agudas disparidades nas experiências de vida geram diferenças tão grandes nas orientações cognitivas, que sentimentos de pertencimento simplesmente não podem se fixar” (Reis, op. cit, 134).

Os indivíduos confrontados com contextos de elevada desigualdade e com os problemas que essa situação provoca, restringem o sentimento de pertencimento e a solidariedade à família. Nesse contexto os sujeitos têm dificuldade para se envolver em projetos coletivos que se estendam para além do seu círculo familiar porque restringem o sentimento de confiança mútua ao seu círculo pessoal mais íntimo. A falta de confiança generalizada leva os indivíduos a considerar mais lógico situar os investimentos no seu grupo familiar. Os indivíduos não acreditam que valha a pena adiarem seus ganhos imediatos em nome do bem comum.

Para a autora é importante investigar porque em determinadas condições de escassez não se desenvolve o sentimento de solidariedade e vai pensar essa questão a partir da ordem pública: para ela a anomia social está atingindo uma parcela crescente da população. O mesmo foi observado por Zaluar (op. cit.) para quem o comércio varejista de drogas e armas se articula com uma série de atividades de geração de renda ilegais, camelotagem, ferros-velhos, feiras de objetos roubados, e essa economia fora-da-lei expressa uma fraqueza institucional. Peralva (op. cit.), por sua vez, afirma que a força de uma sociedade pode ser medida pela eficácia de suas instituições responsáveis por promover a coesão social. Para elas estamos vivendo em uma sociedade que está enfraquecida.

A força de uma sociedade traduz-se particularmente na força de suas instituições susceptíveis de produzir integração social, ao mesmo tempo em que se mostram capazes de lidar com o desvio (Peralva, op. cit., 13).

No caso da América Latina a tarefa de promover a integração social ficou sob a responsabilidade de Estado, e a definição de uma identidade nacional se deu em bases que negavam as diferenças em nome de uma concepção holística de sociedade e de uma crença equivocada de que o estado resumia os interesses particulares como um corpo orgânico, o que impediu que as sociedades latinas enfrentassem de frente a questão das identidades concorrentes e da integração social. A cargo do Estado, a integração social seria promovida pelo desenvolvimento, que iria incluindo setores sociais cada vez mais amplos.

Para Reis a concepção “que entende os interesses privados como aglutinadores do tecido social é estranha às ideologias do consentimento que definem a sociedade civil” (1998, 124) justamente porque partimos de uma visão idealizada de sociedade, onde as aspirações de integração são dirigidas ao Estado. Por ideologia de consentimento devemos entender um tipo de *ethos* que subordina os interesses particulares à idéia de solidariedade cívica.

Nos contextos atravessados por profundas desigualdades sociais, onde se acredita que seja do estado a tarefa de promover a integração social, a solidariedade cívica, que implica na percepção de que os indivíduos vivem em sociedade e em interdependência, é substituída por concepções de altruísmo e boa vontade, dirigidas às elites, ou seja, aos indivíduos que estão em um patamar superior, que não são afetados pelos problemas conjunturais e, por isso, podem ajudar aos necessitados com seu “trabalho social” – nesse caso o termo “social” se dirige aos sujeitos que demonstram incapacidade de resolver seus problemas no nível individual. As expectativas sociais com relação à participação dos grupos menos favorecidos nos esforços de integração não existem, já que esses setores são considerados como

prisioneiros do imediatismo envolvido na busca da sobrevivência diária. Isso cria um terreno fértil para o elitismo, o populismo e o clientelismo.

Essa restrição do empenho para promover a integração social ao Estado, e as teias que ligam os sujeitos entre si serem restritas à filantropia e aos movimentos que tentam atender demandas de pessoas necessitadas, concepções influenciadas pela idéia religiosa de caridade, de boa vontade, demonstra uma fraqueza da esfera pública, política por definição, porque não explicita o fato de que a sociedade é formada por grupos de interesses diversos e autônomos, porém interdependentes. Em outras palavras, a caridade não está baseada na igualdade e na dependência mútua, que une os sujeitos em contextos democráticos onde a gestão pública foi socializada, mas na dependência de um grupo em relação ao outro e na diferenciação dos sujeitos.

Para Reis a principal dificuldade para o estabelecimento de uma identidade social mais ampla, que pudesse sustentar a difusão de uma solidariedade politicamente orientada é o fato dos sujeitos considerarem os riscos que os projetos coletivos envolvem altos demais. Pode-se acrescentar ainda, partindo do que a autora aponta na sua discussão, uma concepção cordial da vida coletiva, onde a unidade é a pessoa, e não o indivíduo, onde o Estado figura como o pai, e os sujeitos não se sentem responsáveis pelos espaços externos ao seu círculo pessoal. Os sujeitos não estão dispostos participar de interações com estranhos e restringem a dimensão social da sua vida, e as relações políticas seguem modelos clientelistas, como os que são estabelecidos nas comunidades com as figuras do narcotráfico e na sociedade de maneira geral.

A violência generalizada e o alastramento da corrupção, entre outras coisas, são manifestações de falta de solidariedade cívica, que é o sentimento de integração experimentado por sujeitos que pertencem a uma mesma sociedade. A solidariedade cívica é a base para que surja nos indivíduos a disposição para participar de projetos coletivos que

visam o bem comum, mesmo que esses projetos impliquem no adiamento do atendimento de demandas particulares.

Ao enfraquecimento das teias de solidariedade cívica, vão se juntar, como determinações na problemática da força que o narcotráfico assumiu diante das comunidades e da sociedade como um todo, a massificação cultural, o incremento do individualismo, do consumismo e do hedonismo e da cultura da violência, disseminados pela mídia, como fenômenos que isolam os indivíduos e enfraquecem as instituições sociais responsáveis pela formação do senso de cidadania e da consciência moral.

Enquanto as camadas menos favorecidas enfrentam os problemas provocados pelas profundas desigualdades sociais através do estabelecimento de reciprocidades clientelistas, inclusive com as facções do tráfico, as elites procuram soluções privadas, que se realizam no mercado. No caso do aumento dos índices de violência, determinado pelo esvaziamento do espaço coletivo, mas que retroalimenta esse esvaziamento, os grupos se fecham em pequenas sociedades, ampliam as distâncias sociais e empobrecem a esfera política. O aumento das distâncias sociais provoca desconfiança na utilização do espaço público e provoca um recuo para a esfera privada.

Nas comunidades ocupadas pelos comandos essa desconfiança e o recuo para a esfera privada fortalecem ainda mais o medo e a sub-cultura do combate, disseminados pela ação dos comandos e pela guerra pela posse do território e pelos ganhos com a venda de drogas. Nas comunidades, assim como na sociedade como um todo, estamos assistindo ao progressivo estreitamento dos espaços de confiança mútua (Reis, op. cit.).

A ocupação dos comandos e a visibilidade que essa ocupação tem, são fontes de identificação dos moradores das comunidades perante a sociedade e as instituições, apesar da atividade do tráfico atravessar todas as classes sociais, ter organização empresarial e não ter sustentabilidade sem o apoio das agências públicas de segurança e repressão. Por isso,

justificam-se para a população da cidade os abusos das autoridades dos sistemas de segurança pública. Mesmo que as drogas não sejam vendidas exclusivamente nesses lugares, o significado das comunidades ocupadas pelos comandos está vinculado aos produtos dessa ocupação. Um outro atributo dessas populações no imaginário da cidade é a pobreza, apesar dela não estar mais circunscrita ao território de favela. Segundo Peralva os indicadores sócio-econômicos demonstram que não é possível diferenciar os moradores de favela dos moradores de outros bairros, mas, mesmo assim, elas estão configuradas como guetos no imaginário da cidade e sua população é associada à pobreza e ao crime, já que no imaginário da cidade a pobreza foi criminalizada. Em função dessa imagem e da ocupação dos comandos a ação da polícia nas favelas é muito mais letal. Segundo Dowdney “as ações de polícia dentro das favelas são tratadas como se uma unidade militar entrasse em território inimigo durante uma guerra” (2003, 84). Por isso, a polícia mata seis vezes mais nesses lugares do que em outras regiões da cidade. E esses dados não incluem as mortes extrajudiciais.

Ao invés de combater as causas mais profundas de deterioração da qualidade de vida e enfrentar o problema do narcotráfico no seu subsistema mais poderoso (ou seja, todo complexo de ilegalidade e violência que envolve o comércio atacadista, a importação e a exportação), a militarização do problema penalizou mais quem vivia nas áreas dominadas pelo tráfico (NEPAD & CLAVES, op.cit., 48).

Paralelamente a crescente guetificação das populações faveladas, a própria cidade está se fechando em territórios, em alguns casos, fortemente guardados, e o sentimento de sociabilidade urbana foi se deteriorando. Para Souza (Apud NEPAD & CLAVES, op. cit.) o agravamento da situação urbana está provocando uma alteração no plano psíquico-social da população do Rio, que comprometeu a tradicional imagem da cidade como um lugar aberto à livre circulação e ao estabelecimento de contatos interpessoais.

A confiança que é necessária para que o sujeito se disponha a participar de investimentos coletivos, está abalada e os sujeitos preferem concentrar seus investimentos –

morais, afetivos e materiais – na sua família e em grupos fechados de convivência. As igrejas evangélicas crescem em contextos de violência em comunidades ocupadas pelos comandos justamente porque elas se apresentam como estilos de vida alternativos (Zaluar, op. cit., Mafra, op. cit.). As congregações evangélicas, principalmente as neo-pentecostais, funcionam como grupos de convivência e proteção social que fazem frente às redes do tráfico (NEPAD & CLAVES, op. cit.). Mas, paradoxalmente, Mafra consegue perceber semelhanças entre as formas de organização social desses dois conjuntos de indivíduos: o discurso dogmático, que não permite diálogo, baseado no reconhecimento de hierarquias, no estabelecimento de relações clientelistas e em uma concepção maniqueísta do mundo. O discurso e a organização tornam esses dois grupos, grupos de poder e onde a fonte do poder são as relações sociais, a reciprocidade e a necessidade.

Na maioria das vezes as análises dos teóricos sociais focalizam a questão da dominação no campo econômico e o poder político é pensado como uma derivação desse campo econômico. Mas Elias (2000) discute a questão do poder a partir da forma assumida pelas relações interpessoais em um contexto de interdependência. Ele encontrou em Winston Parva um paradigma empírico para isolar a idéia de dominantes e dominados, estabelecidos e *outsiders*, que não se baseia em elementos econômicos ou sociais, mas sim em diferenciais de organização grupal, que se consolidam na ocupação de cargos importantes na administração pública. A dominação de uns sobre os outros é vista como a dominação dos melhores sobre os piores. Os estabelecidos têm poder porque controlam o contexto onde estão em interdependência com os *outsiders* em função das posições que os membros desse grupo ocupam na comunidade. E esses diferenciais de coesão grupal se destacaram em Winston Parva justamente porque do ponto de vista social e econômico os moradores são todos iguais, mas isso não impede que um grupo se sinta superior ao outro e que esteja em condições de impor essa sua superioridade no cotidiano.

Esse diferencial de poder se expressa na capacidade de alguns sujeitos, por questões que podem até independem da vontade deles, em alguns contextos particulares, controlarem, mesmo que parcialmente, o desenrolar de determinadas situações. Esses sujeitos controlam situações de encontro com outros sujeitos determinados com os quais estabelecem uma relação de dominação. Para Zaluar (2000) as identidades sempre se constroem em contato com outras, nesse caso, a identidade de estabelecidos e de outsiders também se constrói em antagonismo e complementaridade. E essa relação de poder é importante para a reprodução do contexto das relações de força nele estabelecidas.

Ao enfraquecimento das teias de solidariedade cívica, vão se juntar, como determinações na problemática da força que o narcotráfico assumiu diante das comunidades e da sociedade como um todo, a massificação cultural, o incremento do individualismo, do consumismo e do hedonismo e da cultura da violência, disseminados pela mídia, como fenômenos que isolam os indivíduos e enfraquecem as instituições sociais responsáveis pela formação do senso de cidadania e da consciência moral.

#### Vida comunitária e ideologias concorrentes

Segundo Zaluar (2004) uma onda conservadora se fortaleceu na América Latina em reação ao aumento da criminalidade, essa onda torna a discussão sobre as drogas e o tráfico maniqueísta, demoniza os criminosos e segrega ainda mais as populações pobres. O trabalho ganha uma dimensão moralmente superior e religiosa. A principal corrente de combate ao mal, personificado nas drogas, vem das igrejas evangélicas. Na sociedade atual o cenário do aumento da criminalidade tem como seus componentes o moralismo autoritário, que demoniza os envolvidos numa abordagem individual, e o liberalismo anti-social que acredita que nada deve impor limites a vontade individual.

Nesse discurso os bandidos são possuídos pelo demônio e as formas de enfrentar o problema são dirigidas a cada indivíduo em particular. A luta entre o bem e o mal, entre Deus e o tráfico, se dá no íntimo de cada sujeito, que precisa ser convertido, exorcizado para mudar da vida. Para a autora há uma estratégia de conversão dirigida aos traficantes. Uma das saídas dessa vida é o caminho da conversão às crenças evangélicas, principalmente aos neo-pentecostais.

As congregações evangélicas, principalmente as neo-pentecostais, funcionam como grupos de convivência e proteção social que fazem frente às redes do tráfico (NEPAD & CLAVES, 2000). Mas, paradoxalmente, Mafra consegue perceber semelhanças entre as formas de organização social desses dois conjuntos de indivíduos: o discurso dogmático, que não permite diálogo, baseado no reconhecimento de hierarquias, o estabelecimento de relações clientelistas e uma concepção maniqueísta do mundo. O discurso e a organização tornam esses dois grupos, grupos de força onde o poder deriva das relações sociais, baseadas na reciprocidade e na necessidade.

A igreja tem um de seus ramos se favorecendo dessa situação. A congregação que consegue ser reconhecida como uma entidade neutra dentro da comunidade pode estabelecer comunicação entre áreas em conflito, a procura de jovens e no desenvolvimento de atividades. A congregação religiosa aparece também como uma alternativa ao estilo de vida que se deseja abandonar: o crime, o roubo, o vício, o desemprego.

Os evangélicos são o grupo religioso que mais cresceu nos últimos 20 anos. No início da década de 90 um grupo de pesquisadores ISER realizou um levantamento sobre eles. Os dados desse estudo foram publicados no livro Novo nascimento. Os Evangélicos em casa, na igreja e na política (Fernandes, 1998). A pesquisa envolveu 40.172 domicílios e 1.332 entrevistados. A maioria da amostra, 66%, era composta por fiéis da Assembléia de Deus, Batista e Universal. Os Batistas se destacam pela intensidade do seu associativismo e já a

Universal é a que apresenta os menores índices de participação na vida da congregação. A maioria dos fiéis em todas as denominações é mulher: 31% contra 69%. Até 65,7% dos evangélicos recebem mensalmente até dois salários mínimos. Mas índices parecidos foram encontrados também entre os católicos e os umbandistas.

O Rio de Janeiro é o Estado menos católico do Brasil. Na década de 90 foram criadas mais de cinco novas igrejas por semana no Brasil naquele período em 1990 e 1992. E entre as 710 igrejas criadas no Rio de Janeiro 91,26% são pentecostais e 80% delas se localizam nas periferias. Isso significa que no Rio de Janeiro, quanto mais pobre é uma área mais pentecostal ela se tornou nos últimos anos.

Apesar de não podermos dizer que o evangelismo cresce apenas entre os pobres, não podemos deixar de mencionar que determinadas denominações agregam mais pobres do que outras. O evangelismo recruta sua população nos mesmos territórios onde o tráfico recruta seus trabalhadores e no mesmo lugar onde as escolas públicas recrutam seus alunos. Apesar da onda evangélica soprar em todas as direções, parece que nas periferias o carisma pentecostal é o que mais se expande: o crescimento exponencial dos evangélicos é consequência de uma escolha feita pelos pobres.

A evolução do evangelismo no Brasil foi dividida por Fernandes em três períodos: 1910 – 1950, expansão das igrejas Assembléia de Deus e Congregação Cristã do Brasil. 1950 até 1970, o pólo irradiador foi São Paulo, com as igrejas Quadrangular, Brasil para Cristo e Deus é Amor. Depois de 1970 a expansão veio através do Rio de Janeiro, com a Casa da Benção e a Igreja Universal.

O interesse pela população evangélica se explica pelos seguintes motivos: crescimento notável na América Latina, a visibilidade que é um desdobramento da prática do sacerdócio universal, cada adepto é um pastor em potencial, seu impacto transformador de

comportamento, sua presença na vida pública para além da religião. Sua penetração nas classes pobres e nos bairros perigosos.

Em 1980 os evangélicos correspondiam a 6,6% da população, em 2000 passaram a contabilizar 14,6% - segundo dados do IBGE. No início da década de 90 foram encontradas 55 denominações, em 2002 esse número passou para 68. Alguns teóricos atribuem esse crescimento associado ao crescimento dos não religiosos – 1,6% para 7,3% - ao deslocamento dos fiéis da igreja Católica no Brasil – acompanhada pela evasão dos fiéis dos cultos afro-brasileiros. Outra explicação relaciona o aumento do neo-pentecostalismo ao agravamento da situação econômica de amplos setores da sociedade.

Entre os evangélicos há uma concentração maior de sujeitos de baixa renda entre os pentecostais e de renda mais alta os não pentecostais. Quanto ao nível de escolaridade, os pentecostais também apresentam o pior desempenho. O pior desempenho é observado entre a Assembléia de Deus e a Congregação Cristã do Brasil.

No Brasil existem dois grupos: os históricos e os pentecostais - esses últimos acreditam que seja possível ter acesso aos dons e carismas do Espírito Santo. Entre os históricos temos as igrejas Batista, Metodista, Presbiteriana e Luterana, que chegaram ao Brasil com os emigrantes. Os pentecostais chegaram ao Brasil em 1910 vindos dos Estados Unidos. Em 1910 o italiano Luigi Francescon criou no Recife a Congregação Cristã do Brasil em 1911, os suecos Daniel Berger e Gumman Virgen fundaram em Belém a Assembléia de Deus. Além das históricas e das pentecostais outras denominações surgiram da ruptura e inovação nos primeiros anos do protestantismo europeu, que chegaram aqui na sua vertente americana do norte. Outras vieram no início do século XX: Assembléia de Deus e Congregação Cristã do Brasil. Outras nasceram no Brasil como derivações das igrejas mais antigas: Deus é Amor, Nova Vida e Universal. Outras nasceram dos movimentos carismáticos

como a Wesleyana, e a Maranata. Existe uma série de iniciativas mais restritas que são autônomas.

Muitos evangélicos vêm do catolicismo e da Umbanda e Candomblé – essas últimas perdem seus fiéis para a Universal. Para Novaes (2004) as três principais características do campo religioso brasileiro hoje são: a diminuição dos católicos, o aumento dos sem religião, mas que podem acreditar em Deus, e o crescimento dos evangélicos.

Os evangélicos são os religiosos que mais participam da vida congregacional (Fernandes, 1998). Aliás, a religiosidade é vivida em congregação. Apesar da participação na igreja poder ser apontada como um exercício de participação política, e, na verdade, os índices de participação de evangélicos em atividades como o questionamento de seus representantes eleitos, serem mais altos que em outras igrejas, a vida associativa é completamente vivida na igreja. Os evangélicos freqüentam menos associações esportivas e culturais do que a população em geral.

Ao se converter, portanto, o novo evangélico passa a fazer parte de uma congregação da qual deve participar ativamente, cumprindo uma série de obrigações. Dentre elas, a primeira, de estar presente. Desta forma os evangélicos promovem uma intensa sociabilidade em torno ao culto, fazendo da igreja uma forma de associação voluntária (Fernandes, op. cit.,41).

A moral evangélica rompe com a tradição e sataniza genuínas manifestações da cultura popular brasileira: como o carnaval, o futebol e as festas. Os evangélicos eliminam as situações propícias a expressão dos costumes herdados. Casa, igreja e trabalho completam a rotina dos fiéis. Os evangélicos se percebem em luta contra um inimigo metafísico: o demônio, que pode, inclusive, se manifestar em outras religiões. 95% dos evangélicos entrevistados acreditam que a Umbanda e o Candomblé são manifestações demoníacas.

Algumas denominações evangélicas, sobretudo as neo-petencostais, consideram as religiões e manifestações culturais populares tradicionais do Brasil como atividades que

contrariam princípios bíblicos. Eles não se sentem identificados com nenhum partido político. 11,6% acreditam que a igreja é a principal fonte de informação política, enquanto que apenas 6% afirmaram que fizeram sua escolha eleitoral a partir de informação de jornais. E a escolha partidária deles está vinculada ao apoio de autoridades religiosas em 19,1% dos casos.

A igreja também é vista como uma instituição que dificulta a compreensão mais ampla do problema da criminalidade porque focaliza o indivíduo e as questões conjunturais são abordadas de forma pragmática. O mal, que pode estar materializado no desemprego, doença, ou conflito, é atribuído à influência do demônio. Como saída possível, a igreja apresenta a participação na vida congregacional e o respeito aos preceitos estabelecidos. A partir daí ela está em condições de exercer um controle muito rígido sobre os membros da congregação.

Elias (2000) desenvolve uma discussão sobre a contrapartida individual para poder fazer parte de um grupo que se considera seletivo em relação a um outro e poder gozar do prestígio que esse pertencimento confere. Uma dominação que se estabelece a partir de uma relação de interdependência e que é vivida pelos dominantes como o poder dos melhores, no estilo de uma aristocracia. Pertencer a esse grupo implica em aceitar um controle rigoroso sobre a conduta. Na comunidade também a igreja estabelece em alguns contextos, controle rigoroso sobre a vida de seus membros. A obediência a essas regras e interdições garante o direito a frequentar um grupo específico que se apresenta como um grupo seletivo que tem um estilo de vida melhor do que os outros com os quais convive e concorre. Através do respeito às regras o fiel tem acesso a benefícios materiais e simbólicos. Um controle multiplicado que envolve o controle de um conjunto de indivíduos sobre os outros, em um crescente que sai da criança e chega ao homem maduro que sustenta sua família.

Mafra desdobra a análise da similaridade entre as congregações evangélicas e os comandos e conclui que a proximidade entre as duas redes sociais de proteção, convivência e controle social, se dá pela organização de relações de reciprocidade baseadas em referências

particulares e sem pretensões de universalidade. Ações que reforçam a contração dos laços sociais e dificultam a solidariedade cívica. Ambos são sociedades dentro da sociedade, que se formaram em função do estreitamento dos laços sociais agravados nesses contextos pela ausência de políticas públicas e pela subcultura do combate.

Onde os laços se estreitam por falta de confiança e de disponibilidade para o envolvimento em projetos coletivos, a família passa a ser o foco dos investimentos morais, sociais e econômicos. Quando a coesão social está frágil a possibilidade de haver controle sobre o cumprimento da lei fica muito distante. Peralva (op. cit) ao analisar o fenômeno do aumento dos índices de violência, retoma o conceito de anomia no sentido durkheimiano, como decomposição das normas e dos vínculos tradicionais e a introdução de um individualismo destruidor, que se traduz no sucesso e no dinheiro e no poder como fins particulares. E isso reforça os valores do acervo cultural vinculado à atuação dos comandos.

A atuação dos comandos dissemina a sub-cultura do combate e essa sub-cultura está presente na socialização da juventude nesses contextos. Muitos jovens de comunidades ocupadas pelo tráfico, mesmo quando não estão diretamente envolvidos com o comércio de drogas ilegais, são capazes de identificar modelos diferentes de armas de fogo, inclusive demonstrando conhecimento de fabricantes (Dowdney, op. cit.). E, em estudo realizado por Assis (1999) com jovens em conflito com a lei e seus familiares, brincar de “boca de fumo” aparece como um dos jogos infantis. Zaluar (2000) identificou uma brincadeira comum às crianças da Cidade de Deus: “bandido e bandido”, em uma nova demonstração de como as formas de conviver influenciadas pela atividade do tráfico têm penetração no dia-a-dia das crianças e jovens. Nessa brincadeira o território era dividido em territórios e a polícia participava da disputa pelo pedaço e pelo lucro.

Outro exemplo de difusão da sub-cultura do combate é o baile *funk*, onde podemos perceber a representação da luta entre grupos inimigos em torno do controle sobre o espaço onde se dança.

Em estudo realizado a respeito dos bailes no Rio de Janeiro Cecchetto (2004a) identificou três modalidades de baile: os de corredor, os bailes normais e os bailes de comunidade. Nesses bailes a excitação fazia parte do jogo do lazer e era controlada por seguranças que proibiam o uso de armas e a invasão descontrolada.

Nos dois primeiros existia e uma ritualização de lutas, com regras específicas, mas nos de corredor o confronto entre galeras era o centro de gravidade do baile. Esses bailes tinham organizadores não envolvidos com o movimento e era proibida a entrada de crianças. Paradoxalmente, nos bailes de comunidade promovidos pelas facções, toda a comunidade podia entrar, inclusive crianças, mas a presença ostensiva de traficantes armados era o que garantia a paz e o ambiente familiar. Nesses bailes, como no movimento, a idade prevalente dos jovens ficava entre 15 e 17 anos. Apesar de serem campo de luta, esses bailes costumavam ser realizados em clubes, CIEPs e em quadras de escolas de samba, o que demonstrava a naturalidade com que esse estilo de lazer era encarado. A tensão nos bailes era ampliada pela música, “pancadão”, e pela dança guerreira.

Dito de outra maneira, no baile percebe-se a representação simbólica de processos complexos que organizam hoje a vida social das favelas (...). Isso pode ser observado no forte estímulo à competição territorial, na referência decorrente aos “comandos” das comunidades e no emprego da lógica da guerra na divisão do território do baile (Cecchetto, op. cit, 163).

Para Cecchetto essa forma de interação juvenil estava baseada na afirmação de um estilo violento de lazer, onde era valorizada a disposição para brigar e um *ethos* guerreiro. As galeras *funk*, a exemplo das facções, estavam circunscritas ao seu território e a frequência ao território inimigo era evitada por que esses são considerados perigosos. Os jovens que mais se

destacavam nos confrontos do corredor se consideravam “pichados”, conhecidos, das outras galeras e só circulavam em lugares neutros ou no território amigo.

Nos bailes de corredor no centro do lugar onde ocorre o baile havia uma divisão entre o território ocupado por cada grupo de oponentes. Na fronteira ficavam seguranças do evento para controlar o embate entre as galeras no corredor onde elas se confrontavam. Nessa linha os componentes das galeras se apresentavam para enfrentar os “alemães”, considerados inimigos.

Os funkeiros dançavam e lutavam ao mesmo tempo. O objetivo do confronto era invadir o território “alemão”. A linha de frente do confronto o grupo de jovens mudava de tempos em tempos. Os guerreiros se apresentavam para o combate direto, se destacavam do grupo e distribuíam socos e pontapés, e, depois, se protegiam no grupo maior e outros guerreiros se apresentavam para o combate. No corredor o confronto era constante. A galera segurava o corpo dos combatentes da primeira linha para que não fossem levados para o território inimigo onde serviriam de “bucha” ou “saco de pancada”. Os melhores lutadores se tornavam líderes.

A valorização da disposição para a briga, a coragem, a capacidade de machucar o adversário e a capacidade de resistir à dor e continuar no combate eram valorizados pelos freqüentadores do baile. A identidade que se antagonizava com a do funkeiro bom de briga era a do *playboy* considerado medroso.

A galera, a exemplo dos comandos, dava proteção aos seus membros dentro e fora dos bailes. Ela também tinha capilaridade na sua comunidade, já que seus membros, no geral, se conheciam desde a infância. Os adversários de baile também eram velhos conhecidos. As rivalidades entre as galeras raramente tinham uma explicação objetiva. Muitas vezes elas nasciam de fatos corriqueiros, outras vezes os jovens se referiram a rixas que existiam desde o tempo do pai ou de algum parente mais velho.

Quando as galeras se encontravam no corredor, antes das invasões de território ter início, cada galera entoava seu grito, que exaltava a comunidade onde moravam e o comando do tráfico ao qual se sentiam vinculados. O importante era expressar o pertencimento a um território específico, que podia ser uma favela, uma sub-região de favela ou um conjunto habitacional.

As lutas nos bailes às vezes extrapolavam a invasão do território inimigo e com armas cedidas pelo tráfico, os jovens se enfrentavam fora dos clubes. Na verdade o pretexto era sempre a vingança de uma afronta sofrida e o resgate de uma ofensa a honra da galera. Cabia ao líder da galera organizar esse resgate e vingar a honra do grupo. Muitas vezes vingar a morte de algum jovem com a morte de outro.

Apesar dos funkeiros afirmarem que as galeras não estavam envolvidas com o movimento de drogas e de existirem galeras inimigas que pertenciam a territórios de uma mesma facção, o comportamento das galeras nos bailes, suas alianças e amizades, eram influenciadas pelas guerras entre as facções. Alguns funkeiros deixavam de ir ao baile por causa disso, por saber que não podiam demonstrar solidariedade a uma galera do território de um determinado comando, ou para não entrarem em confronto com amigos de baile.

Nos bailes de comunidade, promovidos pelos comandos, não havia luta e só as galeras dos comandos amigos podiam comparecer. Além da segurança, as facções forneciam os ônibus para transporte das galeras. Nesses bailes também eram cantadas as versões proibidas dos *raps*, que homenageavam traficantes mortos ou valorosos. Não existiam confrontos, mas os jovens do movimento, que garantiam a segurança, expunham suas armas. Nesses bailes também circulavam pessoas de classe média. Era um baile para dançar e não para brigar, mas a presença do tráfico era real, nos homens e jovens armados e nas músicas de exaltação aos comandos.

O baile *funk* é uma das principais formas de lazer da juventude das favelas no Rio. Apesar de a maioria desses bailes se concentrarem nos subúrbios da Zona Norte eles estão se espalhando por diversas regiões da cidade. O *funk* como música é largamente consumido por jovens de todos os estratos sociais, mesmo na sua versão “proibida”, que faz apologia aos comandos e à violência. Mesmo que atualmente os bailes de corredor estejam sendo substituídos por bailes de comunidade.

A disposição para a briga também se vincula a um modelo de masculinidade bastante valorizado entre os jovens das comunidades. Segundo Cecchetto (2004b) a masculinidade é uma configuração de condutas que se referem a um contexto em uma época determinada. A vida pessoal e a estrutura social se interconectam e as práticas sexuais são determinadas por processos históricos. Os modelos de masculinidade dominantes estão sempre relacionados a identidades masculinas marginais ou dominados. E esses modelos se vinculam a fatores como posição social, etnia e território.

No caso das comunidades podemos contrapor a identidade masculina do macho-disposição, a do bandido formado e a do pai de família, como identidades mais valorizadas. Como identidades subalternas temos a do *playboy*, considerado fraco, a do otário, que muitas vezes é atribuída ao trabalhador pelos mais jovens, a do sanguinário, e a do presepeiro, o homem fraco que finge ter poder ou que se vale da arma para se impor aos outros. Esses modelos de homem circulam nas comunidades e servem de parâmetro para que os mais jovens construam o seu projeto de masculinidade. Mas, nos bailes *funk* o ideal de masculinidade mais valorizado é o do macho-disposição.

Esse tipo de baile é um dos elementos do que está sendo chamando de sub-cultura do combate. Os confrontos vividos nos bailes são um subproduto do cotidiano das comunidades, com sua rotina de conflitos armados e o combate entre as facções pelo domínio do território inimigo. O baile é uma ritualização da violência real e expressa o não reconhecimento do

outro como um igual. Nele os jovens reiteram a metáfora da guerra entre “alemães” e “aliados”. As galeras se misturam com os comandos e reproduzem a lógica da honra e do valor baseados na força, na vingança e na capacidade de destruir o inimigo. A excitação reproduz também a rotina do comércio de drogas onde a adrenalina é experimentada ao máximo e está associada ao prazer. Frequentar um baile *funk*, de corredor, normal ou de comunidade é entrar em contato com um sistema simbólico constituído a partir da vivência dos valores que sustentam os comandos. O baile do corredor é um evento onde o embate entre grupos rivais é ritualizado, com agressões e atos violentos. As rivalidades das galeras, muitas vezes sem explicação definida, se estendem para fora do baile e não é raro que algum adolescente morra por causa dessas rivalidades. No baile da comunidade a segurança e a ausência do ritual da luta são garantidas pela presença de quadros do movimento ostensivamente armados.

As galeras também têm capilaridade na sua comunidade, são jovens que se conhecem desde a infância e conhecem seus adversários de baile. Assim como no tráfico as mulheres têm a função de ficar na retaguarda, cuidando dos objetos do seu namorado. Nos bailes, como no movimento, a idade prevalecente dos jovens é entre 15 e 17 anos. Esse grupo de jovens revive a valorização da vingança e a crença na necessidade de se manter a honra e a lealdade a qualquer preço. O jovem das galeras se mistura com os jovens envolvidos com o movimento, mas dentro da lógica da comunidade eles não são bandidos.

O bandido é alguém marcado, porque está fichado na polícia e porque entrou na engrenagem da vingança, e é também alguém revoltado que decidiu romper com o destino que estava reservado para ele. A população percebe que ele será julgado pelas leis gerais da sociedade e do crime, mas avalia sua atitude a partir da moral e das regras locais de reciprocidade. O bandido é do pedaço, ele é pobre, sofre as mesmas dificuldades que o trabalhador. Mesmo assim ele é uma força política e um agente de poder local.

Mas o trabalhador também percebe por debaixo das regras e da moral comunitárias que o bandido é alguém que faz a opção pelo dinheiro fácil e pelo poder das armas. Ele deseja os bens da sociedade de consumo; não rompeu com a lógica que oprime o trabalhador, e tem com o estilo de vida aquele que é atribuído ao rico: que só faz o que quer, ganha muito dinheiro e gasta em ostentação.

A sociedade, porém, não vê diferença entre bandidos e trabalhadores ou funkeiros, até em função da distância social das comunidades de favela. Esse estigma é percebido pelo jovem e o coloca em uma posição de se sentir na beira da criminalidade. E esse lugar é sedutor por que envolve riscos. As galeras são uma expressão dessa fronteira. E a imagem elaborada pela sociedade, a partir de um ponto de vista distante do contexto onde a reciprocidade entre a comunidade e as facções de drogas se dá, também compõem o quadro da reprodução da estrutura do crime nas comunidades. A mistura entre trabalhadores e bandidos implícita na imagem que fazem das populações faveladas alguns setores da sociedade não reflete a verdade contextual vivenciada nesses lugares.

A “justiça ilegal” que se manifesta no assassinato sumário de bandidos e suspeitos, sem arbitragem instituída, que se dirige aos jovens e moradores das periferias identificados com os bandidos, por um lado, consolida a imagem de classes perigosas, e, por outro, banaliza nesses espaços e na cidade as formas mais extremas da violência. A justiça ilegal tem como principais vítimas as crianças e os adolescentes pobres (Peralva, op. cit.).

Por outro lado, a ação da polícia e dos “justiceiros” e a impunidade quando os moradores são violentados fortalece o sentimento de revolta e insegurança, constitutivos dessa sub-cultura do combate, e alimenta a reciprocidade estabelecida entre as facções e os moradores por que difunde uma sensação de abandono e de desconfiança no sistema de segurança oficial. A associação os comandos e os agentes de segurança cria nos jovens, principais trabalhadores do tráfico, a imagem da sociedade e da polícia como inimigos e

naturaliza ainda mais os crimes violentos o que estimula e justifica a militarização crescente por parte dos comandos.

O estreitamento dos laços sociais se associa à ocupação dos comandos e os conflitos envolvidos no desenvolvimento dos negócios da droga e da corrupção e acabam por fragmentar o tecido social, separando territórios e grupos de indivíduos e alimentando as distâncias sociais. Nas comunidades de favela a ação da ocupação dos comandos sobre as relações interpessoais é bastante significativa.

#### A atuação dos comandos em comunidades cariocas: algumas análises

A favela Santa Marta, iniciada em 1940, sempre conviveu bem com os moradores de Botafogo. Essa integração foi desenvolvida através da ação da igreja católica e de senhoras que atuavam junto aos moradores da comunidade. Nos depoimentos recolhidos por Peralva muitas foram as menções a essa relação amistosa no passado do bairro. Mesmo a política de erradicação das favelas das áreas nobres da cidade, implementada nos anos 60 e 70, que cria a Cidade de Deus, não foi capaz de retirar o Santa Marta dali, em função da capilaridade estabelecida entre os diferentes grupos de moradores, que reforçava a idéia de bairro. A partir da década de 80, com a consolidação da ocupação dos territórios pelo crime organizado, as relações internas na comunidade e no bairro foram se deteriorando. Em 1989 o narcotráfico coloca seu representante como líder da associação de moradores. Em um processo que envolveu a morte de três líderes comunitários. A vida associativa local, que havia sido responsável pela manutenção da favela e pelo seu processo de urbanização, durante os anos de 1982 e 1989, foi se desarticulando. O associativismo orgânico foi perdendo sua representatividade e as lideranças locais não conseguiram mais funcionar como interlocutores com o poder público.

No final da década de 80 a guerra entre quadrilhas pelo controle do território toma conta do morro. De 1989 e 1990 foram 15 batalhas. As relações entre a favela e o bairro ficam comprometidas e o envolvimento da polícia nos negócios do narcotráfico faz com que em outubro de 1992 mil moradores do morro enfrentem policiais na rua São Clemente.

As guerras entre as quadrilhas foram substituídas pela violência policial. Durante o ano de 1994, a favela foi repetidas vezes metralhada por helicópteros e invadida pela polícia em ações que não eram reconhecidas como legais pelo poder público, mas que nem por isso deixaram de acontecer. Os moradores viveram dias de guerra civil em meio ao combate de verdadeiros exércitos, como em um conflito declarado entre nações, ou facções políticas que se enfrentam pelo poder de um estado. No final de 1994, o estado ocupou a favela em uma operação que ficou conhecida como Operação Rio, realizada por soldados do exército.

A Operação Rio pôs fim ao estado de sítio instaurado no morro e no bairro pelos traficantes, em resposta a ofensiva policial. Com isso a população do Santa Marta e o bairro, voltaram a normalidade. Em fevereiro de 1996, a visita de Michael Jackson ao Santa Marta é negociada entre os representantes do cantor e o grupo de Marcinho VP, um dos mais importantes chefes de morro da história da cidade. Os seguranças do cantor e de sua equipe foram contratados pela Associação de Moradores sob a supervisão do chefe de tráfico. Nesse fato fica demonstrado o reconhecimento do poder desse personagem e a falta de gerência do poder público sobre os territórios ocupados.

Para Alvito (2004) as relações estabelecidas entre as quadrilhas locais e a forma dessa quadrilha se relacionam com a comunidade, os conflitos e as alianças, influenciam na elaboração das identidades locais. Esse autor estudou as subdivisões do que se convencionar chamar, na mídia e pelos agentes do governo e de segurança pública, como Complexo de Acari em busca de compreender as identidades das diversas localidades que compõe esse complexo.

Durante seu estudo Alvito pode avaliar a importância do tráfico para a economia local. Em 1996 a polícia ocupou a favela, impedindo a atividade da venda de drogas, e com isso diversos estabelecimentos comerciais fecharam suas portas. O tráfico era importante para a compra e venda de imóveis e de alimentos e bebidas, gerava empregos diretos e indiretos e atraía para a comunidade uma grande população de consumidores de drogas, que alimentavam o comércio nos arredores das bocas. Segundo Alvito, após a ocupação da favela, o assunto nas conversas dos bares e nos pontos de encontro das localidades do complexo de Acari era a falta de dinheiro e muitos moradores tiveram que vender seus eletrodomésticos para recompor a renda. O número de desempregados também aumentou. Além disso, os moradores eram beneficiados com o financiamento de atividades culturais como o futebol, festas e churrascos e o baile *funk*.

Alvito também pode assistir a influência das facções sobre a liderança comunitária local, que se viu obrigada a trocar de partido para atender a uma ordem do chefe do tráfico que estava descontente com o partido que ocupava a favela com a polícia como estratégia de campanha.

A paz, representada pela ausência dos conflitos em torno do comércio varejista de drogas, trouxe para os espaços públicos da favela antigos personagens e atividades: o jogo de bola, o carteadado, e toda sorte de modalidades de lazer popular.

Para Alvito as relações de parentesco, amizade e vizinhança eram usadas pela estrutura organizacional do tráfico para facilitar o estabelecimento das relações entre as facções e a comunidade. Os laços que ligavam membros das quadrilhas, principalmente jovens, com seus familiares e vizinhos, que os viram crescer, foram preservados pelo movimento e usados na economia simbólica que alimentava as relações de reciprocidade entre os moradores e figuras do movimento. Em Acari moradores torciam pela prisão de homens que mataram uma das lideranças considerada dentro de uma das microrregiões da favela.

Além dos laços que as facções estabeleciam, elas utilizavam laços e identidades pré-existentes na comunidade e nas micro-áreas para fortalecer seus vínculos. No caso do líder morto, dentro da sua micro-área ele era considerado como um irmão, um amigo e um vizinho. E o afeto dos moradores por ele demonstrava o seu cuidado em preservar esses laços. Para Alvito, o uso da violência pura e simples não conseguia explicar a forte ligação entre os moradores e os membros do tráfico. As relações pessoais precisaram servir de base para o recrutamento dos jovens e a estabelecimento da reciprocidade entre moradores e facções em Acari.

Alvito cita o caso de um outro chefe de quadrilha que afirmava que na favela não seria preso por que, como tinha muitas mulheres, tinha muitas sogras. Ou seja, se sentia seguro pela sua ampla teia de parentesco. Essa teia também possibilitava a ocupação de funções privilegiadas nas instituições comunitárias por amigos e parentes de traficantes, o que fortalecia um grupo de moradores em detrimento de outros. As associações de moradores foram o alvo de muitas investidas do movimento. O que fortalecia a arrecadação dessas associações que tinha na sua presidência e diretoria sogras, esposas e parentes dos chefes das bocas – um grupo que goza de prestígio na comunidade em função do poder que ele representa e que busca ocupar os espaços de decisão, como as associações de moradores.

Nessas situações, há um entrecruzamento de lealdades, solidariedade e pertencimentos que torna extremamente espinhosa a questão de perceber até onde vai a vizinhança e onde começam o medo e/ou o interesse (Alvito, op. cit., 202).

Em um estudo realizado no início da década de 80 na Cidade de Deus, comunidade localizada na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, Zaluar (2000) propõe uma aproximação com os moradores nos seus locais de convivência como forma de compreender o processo de elaboração da identidade comunitária. Um processo no qual, segundo ela, os moradores

lançavam mão de elementos diferentes, simbólicos e materiais, para garantirem a sobrevivência a partir da adequação a valores relativos à realidade vivida.

Pensar a realidade da Cidade de Deus partindo de referenciais abstratos, tais como clientelismo e alienação, não implica em observação da ação social e, por isso, impossibilita a compreensão das práticas e dos sentidos que estão em jogo, porque as pessoas na Cidade de Deus, que se identificam como trabalhadores pobres, têm na vivência cotidiana a fonte das categorias de análise a partir das quais pensam a sua realidade. As formas de relação e organização social que se baseiam nas relações de tipo pessoal e informal, encontrados por Zaluar na Cidade de Deus, são típicas dessas populações, mas podem não ser opções culturais cristalizadas. Para a autora elas funcionam como maneiras de canalizar recursos possíveis dentro de um determinado contexto; fazem parte de um acervo de conhecimentos disponíveis dos quais os sujeitos lançam mão em função de vivências em contextos reais.

Entre os moradores se valorizava o indivíduo que “corre atrás”, que luta, pelo que quer, entre as estratégias de “correr atrás” se encontrava a procura dos contatos com políticos ou outras pessoas importantes. A comunidade esperava que, em busca de benefícios para o coletivo, o sujeito fosse em busca de favores de pessoas influentes e a obtenção do benefício era valorizada como uma demonstração de generosidade de quem tem mais. Nessa ótica Zaluar incorpora um elemento positivo nas chamadas relações clientelistas, considerando o sujeito que recebe o benefício como ativo na conquista do que necessita e avaliando essa atividade através dos valores válidos na comunidade, que não condenam quem usa de todas as situações disponíveis para conseguir vencer as dificuldades do dia-a-dia. Na ótica do morador o cliente não é moralmente inferior, mas alguém que lança mão do que está a sua disposição. Zaluar também demonstra que o cliente joga com todos os personagens existentes e por isso, não se torna cativo de nenhum deles.

Ao negar o valor da população autônoma dos grupos de trabalhadores pobres urbanos, não percebemos suas formas próprias de protesto e suas estratégias próprias de sobrevivência e resistência diante do Estado e em relação ao contexto vivido, comparando-os com uma elite pretensamente autônoma. Mas podemos pensar em uma linha de influências onde essas elites estão sendo influenciadas pela cultura e as formas de organização que vieram de outros países e foram consumidos pelas elites nacionais como alimentos simbólicos de valor.

Para Zaluar a exploração e discriminação a qual os pobres urbanos estão expostos criam formas de resistência, que não se parecem com as formas de luta criadas em outros contextos. Eles são diferentes e isso aponta para a necessidade de buscar as suas justificativas tentando entender a lógica que elas guardam e tendo como base a crença na racionalidade dessa produção.

A identidade de trabalhador pobre, atribuída si mesmo pelos moradores da Cidade de Deus, se formava a partir de um contexto mais imediato. Já que o trabalhador pobre encontrado naquela comunidade era heterogêneo na sua inserção no setor produtivo, na sua forma de viver a religiosidade, e carregava diferentes tradições culturais, mas se homogeneizava nas suas condições de vida e convivência. Na Cidade de Deus pobreza e trabalho estavam associados.

A identidade de trabalhador estava vinculada ao contexto de família, e significava que o sustento do grupo doméstico estava garantido, ou tinha chances de ser garantido, pela atividade produtiva do sujeito. O termo trabalhador, que nesse caso se opõe ao de bandido, e era motivo de orgulho. A identidade de pobre lançava o sujeito a uma outra comparação, com o patrão, o rico, e nesse contexto, o do consumo, o do mercado, da sociedade mais ampla, o sujeito se percebia como um desprivilegiado. Rico e patrão assumiam o mesmo sentido. O rico também era visto como o sujeito que fazia o que queria, que não recebia ordens.

Toda identidade social constrói-se opondo-se a outras num caleidoscópio de identificações que ficam longe da idéia de identidade como algo igual a si mesmo, uno, completo e definitivo (Zaluar, op. cit., 87).

Os jovens, diferentemente dos adultos, associavam a identidade de trabalhador a de “escravo” e “otário”; sujeitos que não se revoltavam. Nesse contexto superior era o rico que podia ter prazer porque não levava uma vida sacrificada e oprimida. O jovem via o sacrifício dos chefes de família que para garantirem o nível de renda e a dignidade de serem os responsáveis pelo sustento substancial – a casa e a comida – precisavam conciliar diversas fontes de renda, trabalhando por vezes 50 horas semanais para não cair no padrão social e deixar de ser pobre para ser miserável – aquele que não tinha o que comer e lugar certo e protegido para morar.

Por outro lado, os moradores percebiam que os esforços para garantir o sustento do grupo doméstico afastavam os filhos da escola e as mães de casa, onde deveriam desempenhar um papel fundamental como agentes de socialização e proteção contra as investidas no tráfico. Essa distância entre adultos e jovens também acirrava o conflito intergeracional. Na análise dos entrevistados, na Cidade de Deus a falta de controle dos pais sobre os filhos é um dos componentes da escolha do jovem pelo crime.

Os grupos de crianças e jovens que permanecem no local de moradia ou enfrentam juntos as dificuldades do biscate na cidade fortalecem-se tornando-os infesos à atividade educadora dos adultos. Isso abre caminho a outras influências, como a dos traficantes de tóxicos, o que gera um sistema de reprodução de atividades negativas diante do trabalho, encaminhando-os para uma via “alternativa”: a da “revolta” (Zaluar, op. cit., 96).

Outro fator significativo para a compreensão da Cidade de Deus é o significado atribuído ao trabalho. Entre os moradores, jovens e adultos, trabalhar não envolve realização pessoal. O trabalho é vivido por todos como forma de ganhar dinheiro e manter o grupo doméstico dentro da linha da pobreza. Por isso também é que para fugir da disciplina rígida

do trabalho ou por não se sentir capaz de realizar as expectativas sociais a respeito dele, os homens adultos muitas vezes optam pela alternativa de beber ou de abandonar o lar, enquanto os jovens abraçam a carreira no crime.

Mas a identidade do trabalhador, apesar de se construir em oposição a do bandido, mantinha com essa uma relação complexa e ambígua. Muitos foram os pontos de contato encontrados por Zaluar entre esses dois sujeitos típicos nos relatos e nas observações. Além da convivência em lugares comuns e das relações de parentesco, ambos estavam conscientes de que haviam sido submetidos às mesmas condições difíceis de vida. Por isso as atitudes dos bandidos não eram julgadas segundo uma classificação abstrata de crime, regida pelas regras do direito e da moral vigentes na sociedade mais ampla, elas eram avaliadas dentro do contexto de proximidade e diferenciação que unia trabalhadores e bandidos no mesmo grupo de pobres urbanos das periferias da cidade. E, a partir dessa “verdade contextual”, eram estabelecidas as regras de convivência e avaliadas as atitudes de ambos.

A primeira aproximação entre bandidos e trabalhadores no contexto público da comunidade era a região de moradia ou atuação. Os bandidos do pedaço do trabalhador eram humanizados pela convivência. As explicações que os trabalhadores criavam para justificar ou entender as suas escolhas passavam pela compreensão de que eles também “eram gente”, tinham seus problemas e optaram pela vida do crime em resposta a um quadro de dificuldades conhecido de todos que moravam no mesmo pedaço.

O bandido do pedaço do trabalhador tendia a ser visto como “bandido formado”, aquele que respeitava o morador e mantinha uma moral no crime, não se envolvendo em brigas e mortes desnecessárias ou covardes. A morte “necessária” era aquela que estava inserida no contexto da defesa da própria vida, ou da vida de parceiros, da defesa do território, ou da defesa da honra.

Mesmo os trabalhadores assumiam rivalidade entre as áreas. Os bandidos do território de quem falava era sempre visto como formado, enquanto que a “rapaziada” do outro território era considerada sanguinária, ladra, esculacha, viciada e sem moral.

A revolta era sempre marcada pela arma que era exibida na cintura e expressava uma opção feita pelo sujeito. Mas, o termo revolta estava sempre vinculado a opção pela vida do crime no caso dessa opção ser considerada justificada. Mané Galinha, exemplo de “bandido formado”, era considerado na Cidade de Deus. Para os moradores ele “revoltou” em legítima defesa da sua honra em resposta as agressões de Zé Pequeno, que tinha inveja de seu sucesso com as mulheres. Zaluar ouviu muitas histórias sobre ele e sua simpatia e respeito, os sambas que fazia e sua destreza no futebol. Ele era considerado por ser defensor do seu pedaço contra as investidas dos inimigos e da polícia e porque garantia a segurança contra “pivetes” e “estupradores” – outras figuras emblemáticas nesse contexto.

Como “formado” que era, Mané Galinha conseguia transitar legitimamente das teias de convivência do mundo do crime para as teias de sociabilidade que uniam os trabalhadores – contrariando uma regra que geralmente separa os dois grupos nas atividades sociais locais. O bandido era afastado e se afastava das atividades locais de sociabilidade em função dos conflitos que sua opção envolvia, já que estava sempre a espera de um revide ou da polícia, ou pelo fato do jovem não aceitar o controle dos mais velhos e desrespeitar as regras em função do poder que sua arma lhe dava.

Nesse contexto onde as relações pessoais e a convivência são o palco onde tudo acontece e a partir do qual as atitudes são avaliadas, a capacidade de conversar é bastante valorizada. O bom bandido, o bom policial, o bom pai, é aquele que não humilha, não dá “sugestão”, conversa, vence na “moral”, na justiça. Isso se acentua quando a arma pode ser usada como forma de convencimento.

Também é nesse contexto relacional, sem regras rígidas e abstratas, que é avaliado o comportamento do traidor e do “presepeiro”. Personagens que se contrapõe ao que é valorizado: a lealdade e a humildade. A traição é duramente punida em função de que apenas a lealdade pode conferir legitimidade aos negócios e segurança para os negociantes.

As condutas na Cidade de Deus eram avaliadas e reguladas a partir desse equilíbrio que os sujeitos deviam manter entre a defesa da honra e a covardia, a morte e o roubo justificados e a “presepada” ou o descontrole sanguinário. Mesmo o trabalhador tinha que saber se comportar para não se envolver em disputas com os bandidos, nem perder a sua moral diante dos outros – era fundamental preservar a moral masculina que estava já bastante abalada pelas humilhantes condições de trabalho as quais os homens adultos eram expostos.

Entre os bandidos também era preciso saber avaliar a quem enfrentar ou não, respeitando uma hierarquia em busca da consolidação de sua lenda pessoal. Trocar tiros com pivetes e trabalhadores não era o que se espera de um “bandido formado”, que conhecia o seu lugar e as regras do jogo.

Apesar dessas aproximações, entre trabalhadores e bandidos existia um campo de diferenciação profunda em relação ao trabalho e a forma de garantir o consumo. O bandido era o sujeito que queria vida fácil e dinheiro rápido, e o trabalhador era o otário que aceitava ser humilhado. Os trabalhadores se sentiam moralmente superiores aos bandidos. E os bandidos acreditavam que levavam vantagem na vida.

Entre esses dois exemplos cresciam os jovens que tinham uma escolha difícil para fazer: aceitar as condições do trabalho ou revoltar e seguir a “vida louca”, a vida “neurótica” do crime.

Nos relatos dos moradores que tentavam explicar a opção pelo crime de alguns jovens Zaluar encontrou muitas contradições. Quando o contexto da fala do morador era o trabalho, o bandido, mesmo o do pedaço, passava a ser um sujeito de maus vícios, que não gostava de

trabalhar. Mas quando a análise focalizava uma história de vida em particular, as explicações ganhavam componentes indeterminados: o azar de ser parente de alguém, de ter se envolvido com a mulher errada, de ter amigos no movimento, ter sido humilhado por policiais. O jovem ao mesmo tempo era visto como alguém que não teve escolha ou alguém que escolheu a vida mais fácil, ou alguém que cumpriu um destino traçado.

Os moradores percebiam que existia uma estrutura de reprodução da violência montada na comunidade, que conjugava elementos de responsabilidade do estado, da família, da sociedade como um todo e da atuação das quadrilhas.

A divisão da Cidade de Deus em sub-localidades reproduz um padrão vivido em comunidades de favela na cidade. O mesmo foi observado por Alvito (op. cit.) no complexo de Acari. Também na Cidade de Deus essas subdivisões antecederam a estrutura montada pelo tráfico. Mesmo que essa estrutura fosse incipiente e móvel – razão das muitas guerras entre quadrilhas. O tráfico usava dessas teias de convivência já montadas para construir a base local do seu poder sobre o território, já que cada “rapaziada” estava por moradia e/ou atuação, vinculada a uma dessas sub-regiões.

Em resumo, a atuação de crianças e adolescentes no comércio de drogas ilegais expressa as contradições e valores legítimos na sociedade brasileira atual e está relacionada com a perda do poder aquisitivo dos chefes de família da comunidade e com o enfraquecimento das instituições tradicionalmente responsáveis pela socialização. Mas, como afirma Peralva (2000) é preciso vencer as interpretações fáceis que buscam as causas do aumento dos índices de violência na pobreza. As populações menos assistidas, que vivem nos territórios ocupados pelos comandos do tráfico, estão exposta à violência, porque esse fenômeno, apesar de parecer caótico, é orientado pelas contradições e características da sociedade mais ampla, por isso ele afeta de forma mais direta os menos protegidos

socialmente: as famílias que dependem dos investimentos do estado e da sociedade para garantir sua reprodução biológico-social. Esses são os sujeitos expostos à força da falta de controle social sobre as ações das facções envolvidas com o comércio varejista de drogas ilegais. São dessas famílias, também, que saem a maior parte dos jovens envolvidos com prostituição, escravidão, trabalho insalubre, trabalho precoce, repetência e evasão escolar, entre outros tantos problemas que assolam a infância e a juventude brasileiras. Os grupos domésticos dos estratos sociais médios e altos podem fazer frente aos problemas provocados pela ineficiência do setor público, pelo aumento do desemprego, pelo enfraquecimento das instituições e pela disseminação do individualismo. Mas as crianças e jovens egressos das famílias que dependem de soluções coletivas ficam em situação de risco social porque têm dificuldade de encontrar saídas individuais, quer seja pela via mercado de trabalho, quer seja pela educação escolar. A naturalização da relação entre crime e pobreza também é responsável pelo fato da sociedade não dar a todos os níveis da estrutura organizacional do tráfico a mesma atenção que dá ao comércio varejista. O combate a violência é pensado como o combate a venda de drogas, a parte menos sofisticada e menos lucrativa dos negócios.

A desigualdade social provoca uma situação onde a sociedade perde a força e as novas gerações vão perdendo, aos poucos, a confiança nas instituições e nas pessoas. Formam-se sociedades dentro da sociedade, grupos que se tornam totais. No sentido de que todas as dimensões da vida coletiva são vividas em conjunto: lazer, casamento, festividades, a produção e o consumo de bens culturais particulares, mídias particulares, e bancada parlamentar própria. Grupos fechados de convivência, mais ou menos organizados enquanto grupo. Grupos com normas específicas, muitas vezes, autoritariamente impostas aos seus membros. Essas pequenas sociedades que estão geralmente submetidas a ameaças externas, da cultura externa, ou de agentes de controle social, impõe uma forte disciplina a seus membros.

A ocupação das favelas pelas facções do tráfico e a militarização dos negócios de venda de drogas ilegais no varejo já dura mais de 20 anos. Sendo assim, os jovens que atuam hoje no movimento cresceram em meio a essa influência. A situação de conflito faz parte do cotidiano das comunidades e os jovens são cada vez mais influenciados pelo envolvimento de membros de grupos de referência básico, como a família e os amigos que trabalham no tráfico. O fato dos espaços públicos das comunidades estarem ocupados pelo negócio do tráfico gera uma interação constante entre as figuras do movimento e os jovens das comunidades.

Na sub-cultura do combate disseminada nas comunidades ocupadas pelos comandos, as figuras do movimento são idolatradas e as facções são apresentadas como defensores da população contra seus inimigos. Além disso, as facções são consideradas como benfeitores e alternativas ao descaso das autoridades. A sub-cultura do combate é um conjunto de conhecimentos e valores que são produzidos no dia-a-dia do tráfico na sua relação com a comunidade e nos conflitos vivenciados que essa atividade envolve. Ela expressa a rotina da luta pela manutenção do território através da disseminação do ódio pelo inimigo, pelo traidor e a crença no valor da facção como protetora dos inocentes e dos mais fracos. No contexto dessa sub-cultura a identidade grupal dos membros das facções se constitui em oposição a um outro considerado covarde, sem princípios e merecedor da morte.

As atividades do tráfico, naturalizadas no cotidiano e na presença de parentes, amigos e vizinhos, fazem parte da rotina. Para muitos meninos os traficantes estão ali fazendo o seu trabalho e as mortes e a violência são provocadas, principalmente pela polícia, que por estar envolvida nos negócios, não é considerada como força de combate à ilegalidade. A ambigüidade da sociedade diante do problema da droga, que se expressa no envolvimento de autoridades e dos consumidores de classe média e alta, fortalece os vínculos da comunidade com o movimento. As facções acabam por ocupar o espaço de articulação política das

organizações civis comunitárias, dificultando a interação dessas populações com a sociedade mais ampla, na luta contra as desigualdades sociais e a violência dos agentes de segurança e das quadrilhas envolvidas na organização do narcotráfico.

## CAPÍTULO 4

### JOVENS EM CONFLITO COM A LEI NO RIO DE JANEIRO

O relato dessa experiência começa em uma oficina de artes realizada em 1988 na escola para adolescentes em conflito com a lei, Odilo Costa Filho. Na época, não existia nem o DEGASE nem o CRIAM. Os jovens que recebiam medida sócio-educativa de internação eram encaminhados para as instituições da Ilha do Governador.

O clima da Odilo Costa Filho era bastante diferente do que o que existe hoje na unidade do DEGASE que se destina ao mesmo grupo de jovens. Em primeiro lugar os meninos com os quais convivi eram na sua maioria ladrões e não se dividiam em comandos. Os crimes cometidos eram crimes contra o patrimônio. Mas, da mesma forma que hoje, roubar não era um crime em si mesmo. Em função da análise da situação real, da “verdade contextual”, os envolvidos nesses delitos podem ser considerados inocentes, mesmo que a partir desse ponto a pessoa passe a pertencer a um universo diferenciado de interações. Antes de apontar culpados e inocentes é preciso analisar o comportamento da vítima e a situação como um todo. E, 1986 já não era errado roubar os ricos, porque os ricos, nesse caso os “patrãozões”, as “patroazonas” e os *playboys*, ganham muito dinheiro, fazem só o que querem, trabalham pouco e dão ordens humilhantes para seus subordinados, no geral trabalhadores pobres como o menino e sua família.

Apesar de não ter realizado nenhuma investigação sistemática pude perceber que os jovens participavam de diversas oficinas e em algumas delas até recebiam pelo trabalho realizado. Não havia um conflito muito expresso entre eles e os funcionários. Lembro-me de ter chegado ao portão da escola e encontrar um adolescente evadido em conversa na porta. Os adolescentes hoje são muito controlados e as relações interpessoais estão mais explosivas,

entre meninos de comandos inimigos e entre meninos e funcionários. Além disso, com a criação dos comandos, eles estão vivendo em situações muito mais críticas.

Depois dessa minha primeira experiência com os meninos. Fui trabalhar em um projeto da Prefeitura chamado “Recriança, ninguém na reserva”. Eu era arte-educadora e atuava com jovens em comunidades de baixa renda. Trabalhei em três comunidades cariocas: uma na Praça Seca, outra no Campinho e a última em São Cristóvão. Nas duas últimas convive com a organização do tráfico, em duas situações distintas. Depois fui trabalhar na Fundação Municipal Lar Escola Francisco de Paula – FUNLAR, e estive durante os anos de 1997 até 1999 atuando como supervisora de uma equipe interdisciplinar de reabilitação dentro de comunidades em todas as regiões da cidade: zona norte, sul, centro, região da Leopoldina e região oeste. Ao todo trabalhei em 113 das comunidades existentes no Rio de Janeiro.

No Morro do Campinho e Fubá, conheci uma figura do tráfico que hoje quase não existe mais. Um homem de meia idade que não andava armado e era considerado um benfeitor. Seu Carlinhos era um líder mais carismático, em termos weberianos, do que os jovens de hoje, quando o “pai”, o “protetor”, o “genro”, foi substituído pela “rapaziada”, por vezes “embalada<sup>8</sup>”. O carisma do malandro e do bandido formado, como Mane Galinha na Cidade de Deus (Zaluar, 2000), foi substituído pela violência e pela ameaça de violência como forma de controlar o curso das ações.

Em 1988 Seu Carlinhos era o guardião das crianças e dos jovens, a quem a comunidade dirigia suas demandas. Ali já havia uma mistura entre esse personagem e a associação de moradores. Não vi uma arma sequer nessa comunidade, nem soube ou vivenciei nenhuma cena de violência. Ele tinha mais de uma mulher, o que funcionava como estratégia de segurança porque aumentava a teia de sociabilidade e proteção familiar.

---

<sup>8</sup> Com esse termo os rapazes designam os jovens que vivem a vida intensamente, na “balada” e se embalam com o calor das situações. Os meninos do Terceiro comando me disseram que o adolescente embalado não pensa no que está fazendo. Muitas vezes eles participaram de cenas de violência no embalo de outras pessoas.

No Morro do Tuiutí já encontrei uma estrutura do comércio varejista de drogas ilegais semelhante a que é relatada pela literatura. Lá convivi com jovens e homens armados e com famílias envolvidas na criminalidade. Lá também conheci um nordestino de meia-idade que se dizia matador do movimento e um menino que, por ser filho do gerente da boca, exercia liderança sobre os outros. Nessa comunidade encontrei uma estrutura do crime mais organizada, com maior diferenciação de funções, e pude observar o poder das armas na resolução de conflitos. O crime tinha maior visibilidade e as armas e a morte estavam presentes no cotidiano. Em função disso, a presença da polícia era mais regular e a manutenção da rotina diária já era atrapalhada pelas atividades da venda de drogas ilegais. Nessa comunidade a associação de moradores era usada pelo movimento.

O fato das atividades do projeto terem sido desenvolvidas no prédio da associação acabou estabelecendo o envolvimento com o tráfico como critério de participação nas atividades propostas. Nem todas as famílias deixavam seus jovens circularem por aquela região da comunidade. Mas isso só foi descoberto depois. Além do menino de 12 anos, filho do gerente da boca, também estavam conosco a irmã de um dos soldados e a filha e a sobrinha de um outro homem que não sabíamos qual era o cargo, mas que era uma figura importante do movimento. No Tuiutí também estava conosco um jovem que era da família de um contador do tráfico. O contador era um empregado adulto que não andava armado nem se envolvia com a segurança da boca ou com a venda de drogas ilegais.

Pude perceber também que os jovens viviam presos na comunidade. Além da questão da segurança que envolvia os meninos do movimento e seus familiares, mesmo quando não estão envolvidos com o crime, a pobreza, o estigma e o afastamento da escola, da igreja e de outras instituições sociais contribuem para o isolamento. Uma vez cheguei no morro e quando desci do micro-ônibus e um adolescente do movimento me chamou aflito. Ele queria que eu explicasse para os colegas que havia lugares em que a água quente saía do chão. Ele veio do

Centro Oeste e conheceu os gêiser e contou isso para os garotos que ficaram rindo e debochando dele. Uma outra vez fomos até o Estação Botafogo para assistir um filme. Nesse dia soubemos que os meninos e meninas não tinham andado de escada rolante nem de metrô. A Quinta da Boa Vista foi o único lugar fora da comunidade que os jovens afirmaram conhecer.

No Tuiuti os espaços públicos onde se desenrolava o negócio da droga eram apropriados pelo comando e o trânsito de pessoas estava comprometido. Essa outra forma de isolamento isolava ainda mais os jovens nas relações intersubjetivas estabelecidas no tráfico. A ação dos comandos no território amplifica o envolvimento dos meninos nas teias de sociabilidade que estruturam a venda no varejo de drogas ilegais nas comunidades de baixa renda. Na verdade, estruturam apenas o terceiro e menos lucrativo e sofisticado nível dessa atividade. As famílias que conseguiam controlar seus filhos afastavam seus jovens dessa localidade. A convivência dos jovens com a violência e a precariedade que envolve seus familiares os aproxima da turma de amigos da rua, mas essa turma da rua, na maioria dos casos relatados, está “poluída” pelo movimento. Como no caso do filho do gerente da boca que encontrava nos amigos da rua eco para sua participação nos negócios do pai. Muitas famílias se estruturavam em torno das atividades ilegais de seus membros. Na comunidade cada jovem se vê excluído dos benefícios oferecidos pela cidade. A falta de acesso aos serviços urbanos se configura em uma outra forma de isolamento a qual o jovem está submetido.

Depois do Projeto Recriação e do trabalho na FUNLAR entrei em contato com esse universo na instituição, estadual na época, que recebia meninas que deveriam cumprir medida sócio-educativa de internação quando desenvolvi minha dissertação de tese de mestrado. Trabalhei com elas por três meses, duas vezes por semana, desenvolvendo uma oficina de arte.

A primeira observação que pude fazer é que a infração é um universo masculino por excelência. As meninas que encontrei em 1993, com exceção de poucas, cometeram delitos leves, como roubar lojas de departamento, ou perambular pelas ruas em bando na falta de supervisão familiar. No depoimento da maioria delas pude perceber que viviam em um universo onde o fato de serem mulheres era mais definidor da identidade assumida do que a vida infracional. Muitas delas nunca assaltaram a mão armada, apenas uma estava presa por isso. Mas, nos seus relatos a vida comunitária era cheia de conflitos e brigas, assim como o baile, a principal diversão. Algumas já eram mães. Outras namoravam jovens do movimento.

Como alguns aspectos observados em 93 com as moças se relacionam com o material encontrado entre os rapazes hoje, vou retomar alguns aspectos discutidos naquela época. Os dados daquela pesquisa foram obtidos através de entrevistas individuais e em grupo com meninas e profissionais, através de material elaborado na oficina – desenhos, textos, cenas, etc -, e através da observação e da convivência na instituição.

Cheguei aquela unidade que na época era vinculada a FEEM no dia 2 de março de 1993. A instituição não era bem do jeito que eu imaginava, ela atendia meninas em conflito com a lei, que eram chamadas de meninas do 2º ofício, e jovens sem família internas na Fundação, as meninas do 1º ofício, ou meninas “lá de trás” – referência ao local ocupado.

Essa situação, que devia ser provisória, já durava quase dois anos. As garotas do 1º ofício foram para lá porque colocaram fogo na escola onde estavam. O texto a seguir, que foi redigido por uma das meninas do 1º ofício, expressa as dificuldades vividas por elas quando chegaram à instituição.

*Rio da Amizade  
Data da saudade  
Endereço da liberdade*

*Eu estou aqui nesse (nome da escola) muito tempo, quando eu cheguei aqui nesse colégio era uma barra pesada, nem sair do quarto a gente podia sair, ficava só trancada, tomava café no quarto, almoçava no*

*quarto, era tudo no quarto, só saía do quarto para tomar banho e ver novela das oito, mas não todos os dias, depois, passando tempo, aí que a gente saía do quarto para ficar pegando sol e sair pras refeições, as meninas do 1º ofício todos os dias passava no pátio e quando as meninas passavam era um tal de cola<sup>9</sup> com uma e com outra, e também, as meninas do pátio<sup>10</sup> pediam doce às meninas, e quem não desse, levaria porrada, não só uma pessoa que batia, mas sim a maioria; tem umas que fugiam e iam embora e voltava, mas ficava trancada no cubículo, de castigo duas semanas, e depois saía e iam pro pátio, essas são as meninas do 2º ofício, todas meninas que chegavam nova aqui, elas já queriam colar e quem não quer se colar saía rebocando, e não era só uma eram a maioria que partiam, essas meninas do 2º ofício, quando falava que ia pegar uma do 1º ofício, elas ficavam até com medo de passar no pátio pra almoçar, e pra não passar no pátio elas deixavam de passar pras refeições, e se uma delas passasse no pátio ia umas dez meninas do 2º ofício ajuntar nelas, malhava mesmo, não tinha nem dó, tinha dia que se uma do 1º ofício sumisse com alguma coisa, pagava todo mundo do 1º ofício de castigo no paredão, até aparecer quem foi que consumiu o objeto. Quem botava a gente no pátio era o funcionário, e era com a cara na parede, quem olhava pra trás, ele pedia pra ficar com a cara na parede, e quem não obedecia, aí que ele ia na base da porrada.*

*(Trecho de uma carta de uma menina do 1º ofício, onde ela relata a chegada do grupo à escola.)*

Entre os funcionários da casa, e mesmo para as meninas dos dois ofícios, esses dois grupos estavam misturados em diversos aspectos.

*- Sabe qual é a diferença entre os dois ofícios? As meninas do 1º ofício são infratoras que a polícia ainda não prendeu.  
(Depoimento de técnico da intuição.)*

### A instituição

O pátio ocupado pelas meninas em conflito com a lei era uma quadra de esportes toda fechada com grades e coberta com telhas de amianto. As meninas se espalhavam pelo chão, que não parecia ter sido varrido. O calor lá dentro era forte. Além das meninas e dos inspetores, havia apenas um tablado de madeira no meio do pátio. Acima desse tablado ficava a televisão. A esquerda do portão de ferro por onde entrei ficava o refeitório, todo feito de concreto, e a sala da inspetoria. Do lado direito existiam três salas de aula e, no final, a enfermaria. As salas de aula estavam fechadas. Elas não tinham janelas e a entrada de ar era feita através de uma veneziana de cimento que davam acesso ao pátio.

---

<sup>9</sup> Agarrar para namorar.

<sup>10</sup> As meninas do pátio eram as garotas do 2º ofício.

Antes de chegar ao portão que separava os dois escritórios, tinha um corredor dividido ao meio pelo acesso ao pátio. Nele estavam os dois quartos e o banheiro. Tudo ali fedia a urina. O banheiro estava alagado. Os quartos eram compridos e vazios. Algumas roupas de cama estavam pelo chão. Os colchões eram velhos e não existiam armários ou outros móveis. Essa falta de lugar para deixar as coisas fazia com que cada menina ficasse com seus pertences o tempo todo. As escovas de dente, por exemplo, eram usadas durante o dia como prendedores de cabelo. Assim os cabelos ficavam presos e a escova não desaparecia. O cigarro e outros pequenos objetos pessoais eram carregados em sacos plásticos ou no bolso da roupa.

O pátio das internas da FEEM me deu uma impressão pior que o anterior. Devia ter uns vinte metros quadrados e não era de cimento, era de barro e ao redor dele estavam os quartos. No canto direito da porta havia uma árvore grande. Uma lama fininha cobria todo o lugar.

As camas eram de cimento. Bancadas no formato de arcas serviam de penteadeira. Havia também espaços fechados com pesadas portas – antigos cubículos<sup>11</sup> - que serviam de armários. O banheiro era um lago fedorento.

A partir de abril a escola começou a servir de palco para rebeliões que sempre culminavam com a fuga de algumas garotas. A situação só foi piorando até que os diretores da casa foram exonerados e substituídos por um antigo diretor. Em maio já não foi possível circular pela instituição. Para chegar até a parte de trás, onde ficavam as garotas do 1º escritório, era preciso usar uma entrada lateral, que não levava ao pátio das meninas do 2º escritório.

Entre as meninas encontrei diversos relatos de envolvimento de familiares no crime. Inclusive havia duas irmãs internadas ao mesmo tempo. Além disso, ouvi histórias de falta de supervisão familiar.

---

<sup>11</sup> Solitárias, quartos para castigo.

Uma das moças vinha de uma família de pessoas envolvidas com o crime, sua irmã mais velha e a mãe já estavam freqüentando o sistema penitenciário. A irmã do meio estava naquela unidade do DEGASE. A menina mal sabia copiar o nome e não mantinha com a oficina o mesmo grau de vínculo de um encontro para outro; às vezes, se quer, aparecia no pátio.

Outra moça gostava de conversar e sempre contava para a gente histórias sobre seus assaltos. Aquela era a sua quarta entrada na instituição. Na primeira vez que foi presa, perto da Páscoa, estava roubando ovos de chocolate nas Lojas Americanas: encheu duas bolsas de plástico e tentou sair pela porta da frente. Na segunda vez, perto do Dia das Mães, ela e outra colega roubaram uma jovem que ia para casa levando um presente. Dessa vez a vítima foi agredida e a menina estava com um revólver de brinquedo. O último assalto foi a mão armada:

- O garoto que tava com a gente é que tava com o “rambinho” – diz ela rindo muito.
- *Mas o que é “rambinho”?*
- *Revólver, tia – falou de cabeça e voz baixas.*

Algumas meninas estavam mais envolvidas com o crime e a violência que existia em torno delas do que outras. Uma delas era uma negra baixa e forte. Faltavam-lhe os quatro dentes superiores da frente, perdidos num soco de um policial. Ela era uma pessoa arredia e agressiva no trato com os outros. Ao contrário das outras meninas, dizia que sua profissão era roubar. Ela nos mostrou um rap feio pela sua turma de rua.

*Crianças e jovens longe da sua companhia  
Na rua da cidade quase todos os dias  
Na porta do serviço ou na porta da escola  
começa com o vício de fumar e cheirar cola  
E as ofertas são oferecidas com maconha e cocaína  
São oferecidas por um homem de gravatinha  
A primeira é de graça, a segunda tem que pagar  
Se você não trabalha, seu pensamento é roubar  
No primeiro assalto você leva sorte*

*Escapa da polícia e também escapa da morte  
No segundo assalto, as coisas não vão bem  
Escapa da polícia e vai parar na FUNABEM  
No terceiro assalto seu destino está selado  
E pela polícia acaba sendo baleado  
Com uma bala na cabeça, outra no coração  
E é mais um fim de um ladrão  
Os que não morre começam a matar  
E por onde você passa todo mundo te critica  
Você anda assustado, com medo da polícia  
A polícia quando pega não pensa em te ajudar  
Te joga contra o muro e começa a te espancar  
E você ali sentado sem ter aonde ir  
Vira saco de pancada pra eles se divertir  
Isso é alguma coisa que eu tenho pra falar  
É do menor abandonado que não tem onde morar  
Suas casas são a rua  
Sua cama são o chão  
Os restos de comida são sua alimentação  
Eu conheço a fome  
Eu conheço o frio  
Assim são os menor abandonado do Rio  
Morro dos Prazeres só tem sangue bão  
Para se ter uma idéia e sentir qual é  
Subindo no Borel vai até o Sumaré.  
Essa é da turma da Saens Pena.*

Os funcionários se identificavam com as garotas em diferentes aspectos. Os depoimentos a seguir, dados por inspetores mostra isso.

*- Não tenho horário. Eu não venho aqui fora do meu plantão de jeito nenhum. Aqui é muito estressante. Um funcionário baixou psiquiatria por três anos. Não dá pra fumar um cigarro inteiro lá dentro, que elas pedem. Não dá pra tirar uma hora de almoço porque tem muito funcionário de licença, outros aposentados. Só quando o plantão ta completo é que é melhor. O trabalho com as meninas lá de trás é o mais desgastante. Elas são agressivas, elas gritam, não sabem conversar. Acho que é porque têm muitos anos de Fundação. As meninas do 2º ofício são mais amigas. Uma vez uma queria fugir, aí viu a outra atacando uma funcionária e voltou: “Essa tia não!” E olha que ela tava doida pra fugir! No fim de semana é mais tranqüilo porque não tem ninguém daqui da frente aí elas não ficam: “Tia, quero falar com a minha Assistente!”*

*- A gente teve que tirar o policial de cima da menina, ele não queria parar de bater. Eu não achei certo isso. Eu não achei certo o policial ter batido nela. Ela está no direito dela de fugir. Eu mesma não agüento ficar aqui até as sete da noite.*

*(Depoimentos de inspetores.)*

Entre as meninas do 1º ofício também encontrei relatos que justificavam a crença de que em muitos aspectos, os dois ofícios, eram semelhantes. Uma das meninas, por exemplo, que era de Salvador, em sua cidade freqüentava o sistema de atendimento para jovens em conflito com a lei por assalto a mão armada e envolvimento com entorpecentes. Ela nos contou uma história estranha sobre seus pais terem feito um pacto com o diabo. Segundo ela, o pai a ofereceu para o demônio, num ritual dentro de um matagal. E era por isso que em todos os lugares aonde chegava muita gente não gostava dela. Esse ritual também explicava sua situação de vida.

As internas da FEEM nos mostraram uma música que expressava a visão que tinham sobre a escola e sobre as jovens que viviam ali.

*Balanço da (Nome da escola)*

*Nesse balanço vai nós: meninas RAP do (nome da escola).*

*Oh, alô, pirão, boa visão.  
Vou pro baile, com o canivete na mão.  
No (nome da escola) são tudo gente fina.  
Vocês precisam ver a cara das meninas.  
Umas são santinha, mas só que estão juradas.  
Outras são briguentas, cai logo na porrada.  
Tem caolhas e pé-podres,  
Tem furdecas e babacas,  
Tem careca, porco-espinho,  
Cobra preta e zamacaca,  
Tem porca e chupa-pau.*

*Só que de baranga eu to legal.  
Só queremos bunitinha de corpinho violão  
Não queremos candanga.  
Muito menos malacão.  
Tem garotas que fazem tudo pra subir na vida  
Dão a boca, dão o rabo por um prato de comida.*

*Roubar é gostoso, roubar é uma delícia  
Mas só que quem vacila da cana na polícia.*

*Tem caolhas e pé-podres,  
Tem furdecas e babacas,  
Tem careca, porco-espinho, cobra-preta e zamacaca.  
Tem cruz-credo, Ave-Maria, Creio- em-Deus-Padre, sai pra lá.  
Tem até um funcionário com um baita de um buá<sup>12</sup>.*

---

<sup>12</sup> Mau hálito

As moças

Nos prontuários das meninas do 2º ofício encontrei relatos que revelavam a relação delicada daquelas jovens com sua família. Os papéis de cada jovem estavam confusos porque não havia uma organização cronológica dos memorandos.

Uma delas estava com dezessete anos e já havia dado vinte entradas no sistema de atendimento. Não tinha pai e começou a andar sozinha pela rua com sete anos de idade. A mãe dizia que a garota não conseguia ficar em casa por causa de uma disritmia acentuada. Várias vezes permaneceu na escola mais tempo que o previsto por não ter um responsável presente nas audiências com o Juiz.

Só encontrei um delito grave no seu prontuário: porte de arma. No mais, ela era sempre presa por causa de pequenos furtos em lojas de departamentos, ou por estar “perambulando” nas ruas. Sua primeira entrada foi em fevereiro de 1992, ela tinha quinze anos na época: estava roubando batons nas Lojas Americanas. Como o responsável não foi encontrado a menina foi encaminhada ao internato. Em abril do mesmo ano, sua mãe ainda estava sumida. A menina foi encaminhada ao CRIAM, de onde fugiu. Em julho, foi presa por assalto a mão armada – ela declarou que não havia arma, que era só mentira de sua companheira. Sua mãe foi encontrada no fim de junho, mas não compareceu à audiência, a menina teve que continuar no internato.

Depois disso, as fugas e as reentradas se sucederam sem que os delitos aumentassem de gravidade. A mãe da menina continuou ausente.

A menina que vem de uma família onde todos estão envolvidos com o crime nasceu em 1978 e era analfabeta. Sua primeira entrada foi por causa de um furto. Ela tinha onze anos na época, 1991. Sua irmã gêmea estava com ela. Seus pais não viviam bem juntos e as meninas moravam com a avó materna, em Santa Cruz, mas passavam a maior parte do tempo perambulando pelas ruas de Copacabana. Seus avós moravam em um prédio em construção

invadido por diversas famílias. No seu prontuário, de 1991 até 2002, encontrei sete entradas: seis furtos e um assalto com arma. Seu comportamento era atribuído pelos funcionários à situação sócio-econômica da família.

Outra jovem, freqüentadora assídua da oficina, era “cria” da Fundação. Ela nasceu em 1975, e em 1976 já estava internada. Deu entrada na FEEM com uma forte gastroenterite quando tinha um ano de idade. No prontuário, seu nome na época, era “Laís de Tal”, filha de pais ignorados. Em 1977 sua mãe foi encontrada, mas não compareceu à audiência com o Juiz e preferiu deixar a menina sob os cuidados do Estado. Em 1982 “Laís de Tal” passou a ser chamada nos memorando pelo nome de Rose. Já estava com oito anos e não queria morar com sua família. A mãe morava no Morro do Alemão e trabalhava vendendo cachorro-quente na praia de Copacabana. Vivia mal com o companheiro, que além de não ajudar nas despesas da casa, maltratava a ela e às suas três filhas, Laís/Rose e suas irmãs menores.

A partir desse ponto o prontuário da menina, que só começou a ser tratada pelo nome que eu a conheci a partir de 1983, estava cheio de fugas e reentradas em escolas da 1ª Vara do Juizado. Sua primeira entrada no 2º ofício foi em 1989. Ela tinha catorze anos e foi surpreendida roubando uma loja. Estava cursando a 5ª série do 1º grau e seus pais moravam na favela de Sampaio. Laís/Rose foi transferida da escola para um CRIAM em março de 1990. Aí recomeçaram as evasões e reentradas, sempre por causa de furto, de vadiagem e, uma vez, por causa de porte de drogas. Em setembro de 1992, a menina foi inserida no Projeto República das Crianças, por causa da ação de duas Psicólogas do Projeto Sempre Viva. Como não foi possível o ingresso definitivo nesse projeto, por causa da falta de vaga, ela foi encaminhada para o Projeto Casa das Meninas, onde permaneceria até completar a maioridade.

O tempo que estive comigo, foi justamente, no intervalo entre a internação por causa das drogas e o início do processo de saída para o Projeto Casa das Meninas.

A menina que não tinha os quatro dentes da frente nasceu em dezembro de 1975 e era analfabeta. Sua mãe morava na favela do Cantagalo e faleceu quando a menina tinha doze anos. Desde então foi morar com a avó. Sua primeira entrada foi aos catorze anos por furto: estava com o irmão roubando um relógio. Sua 2ª entrada já foi por causa de assalto à mão armada. No seu prontuário, a partir desse ponto, todas as entradas foram causadas por assalto a mão armada, e as evasões se tornam constantes.

As expectativas quanto ao futuro

As meninas dos dois ofícios se pronunciaram a respeito do futuro diferenciadamente. Enquanto as do 1º ofício foram mais realistas, as do 2º expressavam desejos bastante difíceis de serem viabilizados.

As meninas do 2º ofício quando representavam o lugar onde gostariam de estar dali a alguns anos, desenhavam casas de dois andares onde podíamos ver os filhos.

A menina que vinha de uma família de infratores nos deu o seguinte depoimento:

*- Se fosse para trabalhar eu queria ser dona de uma loja de roupa de marca e ter uma casa grande com três bicicleta!*

Apenas uma das meninas representou uma situação de trabalho nos seus projetos para o futuro. Ela desenhou sua família, marido e dois filhos, em um parque de diversões, e, ao lado dessa cena, desenhou a si mesma trabalhando numa loja de roupas femininas. Outra deseja estar casada e viver em uma casa de altos e baixos, mas acreditava que o futuro pertence a Deus. Com exceção dessas duas, nenhuma das outras expressou claramente a percepção da distância que havia entre o seu desejo e o presente. Por outro lado, apenas por duas vezes o futuro foi associado à morte, e apenas no depoimento da menina que perdeu os dentes ele foi associado à vida no crime.

Na verdade, naquele contexto, o futuro era vivido mais concretamente como o momento em que a maioria seria atingida e que seria necessário escolher entre o trabalho e

a penitenciária. Algumas garotas do 2º ofício já nem se assustavam com a possibilidade de irem para a penitenciária. Duas delas disseram que o único problema de ir para o presídio de adulto era que lá só se comia uma vez por dia.

O futuro mais distante só era encarado com realismo pelas meninas que, de alguma forma, acreditavam na possibilidade de mudança. Nenhuma outra garota falou do seu futuro como infratora, apesar de considerarem a infração uma profissão, a forma escolhida para ganhar a vida<sup>13</sup>.

A seguir alguns depoimentos de meninas do 2º ofício, onde elas se pronunciam sobre algumas estratégias de geração de renda possíveis no universo que conhecem.

*- Por quê eu escolhi roubar? Porque eu não posso ficar em casa e também não posso ficar dependendo dos outros na rua, né tia?! Para não acontecer esse negócio de eu ter que vender meu corpo, eu prefiro roubar.*

*- Você já fez sexo por dinheiro?*

*- Eu? Deus me livre! Para isso eu roubo.*

*- Eu sei lá, tia. A pessoa que não tem disposição pra roubar... mas tá tranquilo, eu também não critico quem faz [se prostitui], faz porque gosta, né? Mas, pô, pra mim não tem como não.*

*- Eu tô na pista, entendeu? Mas se aparece um dinheiro eu vou dormir, mas com meu dinheiro. Eu ia dormir no hotel em troca do meu corpo (...) eu nunca vou fazer isso, que eu acho que a garota que tem disposição pra roubar, rouba, mas nunca fica dependendo de um cara, porque sabe que o cara vai sair esculachando no outro dia.*

Muitas meninas do 2º ofício falaram da profissão de ladra e do roubo como forma de conquistar a independência da família e dos homens.

*- Eu acho que se a garota tem disposição pra roubar, rouba; mas nunca fica dependendo de um cara.*

*- Você roubava antes de fugir de casa?*

*- Não, não!*

*- E por quê roubou?*

*- Pra me sustentar.*

---

<sup>13</sup> Já os meninos que conheci na Odilo disseram que continuariam nessa vida e faziam planos de se tornarem bandidos importantes como o Escadinha.

- *Você veio de bucha<sup>14</sup>?*
- *Não, mas roubar em asfalto, só uma vez ou outra. Roubava mesmo é em mercado, mas dessa vez me ferrei.*
- *E por quê você roubava no mercado?*
- *Pra mim mesma, que eu não gosto de ficar dependendo da minha mãe.*
  
- *Meu nome é Fulana, tenho dezessete anos como uma menor de rua. Minha profissão é roubar mesmo. Só.*
  
- *Se tivesse que arrumar dinheiro tinha que arrumar dinheiro com a minha própria cabeça, com o meu diálogo: “É um assalto, passa tudo! Se não passar, eu te mato!”. Só assim mesmo é que eu falo: “Vai passar, não? Então eu vou te cortar todinha!” – assim eu falo pra elas. Aí elas pega, passa o dinheiro e as coisas que vale. Se elas não passa ... Agora, se elas reage, eu largo; aí eu saio correndo.*

Os meninos foram considerados mais fáceis de se trabalhar pelos funcionários da instituição e mais calmos pela equipe da 2ª vara da Infância e da Juventude.

- *Você prefere trabalhar com meninos ou meninas?*
- As garotas são menos sossegadas, elas dão chiquetes. Acho que é a parte emocional delas que faz isso.*  
(Depoimento de técnico da escola.)
  
- *As “infratoras” são diferentes dos “infratores”?*
- *As meninas são mais agressivas, mais violentas. Já aconteceu de uma menina jogar a cadeira na vidraça. Com os meninos, coisas assim não acontecem. Acho que é por causa da violência que elas sofrem. A mulher é mais violentada. São reprimidas sexualmente. Elas não se dão valor nenhum, não têm vaidade pessoal. A educação que recebe é machista.*
  
- *A mulher para garantir que será ouvida tem que falar mais alto. Por isso elas acabam mais nervosas.*  
(Depoimentos de membros do poder judiciário.)

## Os rapazes

Depois do mestrado trabalhei com os jovens em conflito com a lei em ocasiões diferentes, mas não de forma continuada. Em 2002 voltei a estudar esse tema, dessa vez para a elaboração da minha tese de doutorado. Estive na unidade do DEGASE que recebia os adolescentes que precisavam cumprir medida sócio-educativa de internação durante os meses

---

<sup>14</sup> Preso no lugar de outra pessoa.

de agosto até dezembro fazendo a primeira etapa das entrevistas. Na época eu tinha duas alunas de iniciação científica trabalhando comigo.

Nessa unidade do DEGASE os meninos estavam separados por comando. Recebemos quatro grupos de meninos para a entrevista grupal. Realizamos dois grupos focais com o CV e dois com o Terceiro e o ADA. A partir dessas entrevistas, que duraram mais de um dia com cada grupo, nós realizamos as entrevistas individuais. Nem todos os meninos que participaram dos grupos foram entrevistados. Além de não quererem, a instituição passou por uma rebelião no início de novembro que culminou com a morte de dois meninos do Terceiro Comando: um queimado e o outro perfurado com estoque – objeto perfurante feito com perna de mesa, cabo de vassoura ou qualquer outro pedaço de madeira. A partir daí não foi mais possível entrar no educandário. Em dezembro as entrevistas foram suspensas e comecei a ler os prontuários de rapazes que havíamos entrevistado individualmente. A seguir transcrevo algumas histórias.

No prontuário dos meninos encontrei muitas situações semelhantes as das meninas. O 286 estava preso por roubo e porte de armas, apesar de atuar no tráfico. Não encontrei registros de visitas ao menino. A família comparecia no educandário apenas para encontros com a equipe técnica e a direção. Seu pai biológico era do movimento e foi assassinado quando o menino tinha dois anos. Ele passou a viver com a avó. Mas, depois de um ano, foi devolvida para a mãe porque estava dando muito trabalho. Segundo sua mãe o menino desde os seis anos já demonstrava interesse pelas atividades do comércio de drogas ilegais e não parava em casa. A mãe informou aos profissionais do educandário que havia esgotado todos os seus recursos educativos: bateu no filho, amarrou-o no pé dos móveis ameaçou queimá-lo com o ferro elétrico, mas nada adiantou. Além do pai, o padrasto e dois primos do rapaz também foram assassinados por envolvimento com o tráfico. Apesar de tudo o garoto afirmava que tinha um bom relacionamento com a família. O 286 não frequentou a escola

nem trabalhou. Nos laudos os técnicos afirmam que a mãe era muito severa com o menino e não se fez presente na sua educação. O jovem é considerado como alguém que não está disposto a refletir sobre a vida que leva e é emocionalmente frágil.

Na entrevista que me deu 286 disse que era considerado em sua comunidade e que já tinha sua própria boca. Disse que sofreu muito para chegar aonde chegou e que gosta da adrenalina que seu trabalho envolve.

Outro menino, o que usava a blusa ao contrário, estava cumprindo medida de busca e apreensão porque fugiu do CRIAM antes de terminar o tempo previsto para sua medida sócio-educativa, mas já havia dado entrada no sistema por envolvimento com o tráfico. Na certidão de nascimento não consta o nome dos avós maternos. O pai veio do Ceará e a família frequenta a igreja Universal. O rapaz era visitado com regularidade. A mãe e pai do menino eram pessoas fisicamente frágeis e o pai era cardiopata. O menino também apresentava problemas psiquiátricos. O pai do rapaz se sentia sozinho para enfrentar o problema do filho e atribuía o envolvimento dele com o tráfico a influência de amigos.

Na entrevista que nos deu ele afirmou que nunca saiu de sua comunidade e que seu lazer é beber nos bares de perto de casa. Sua principal preocupação é a família e ele se sente sem amigos. Não consegue se lembrar do nome de nenhum dos seus professores e, apesar de ter ido a escola por dois anos, ainda é analfabeto. Nunca trabalhou fora e afirma que sua família tem uma situação financeira razoável. O orçamento inclui até o aluguel de dois imóveis. Outra forma de diversão era a briga nos bailes da comunidade. Com relação a influência dos amigos, ele também se considerava como uma pessoa de “mente fraca”, um “teleguiado”.

Outro garoto estava preso por tráfico e uso de entorpecentes. O pai ficou com os filhos na separação, mas deixou o rapaz com a avó e os outros filhos com uma irmã. O menino não se relaciona bem com pai, que não vai visitá-lo. Mas outras pessoas da família, parentes, estão

sempre presentes. O menino é religioso, da igreja Universal. Está cursando a 5ª série, mas abandonou a escola porque não achava importante estudar. Já havia trabalhado como vendedor de picolé. Um dia achou melhor passar a vender drogas porque dava mais dinheiro.

O material coletado em 2002 era muito rico e abriu várias frentes de investigação. Os dados foram analisados e com o auxílio da literatura especializada, foram definidas linhas de aprofundamento. Em 2006 voltei a instituição para realizar uma nova etapa das entrevistas focalizando mais detalhadamente. O foco da análise recaiu sobre as relações sociais estabelecidas nas comunidades ocupadas pelos comandos que culminaram com a entrada do rapaz para o mundo do crime.

Em 2006 estive na instituição durante os meses de fevereiro até maio tentando montar junto com uma pedagoga do DEGASE uma sala de leitura. Esse processo foi cheio de idas e vindas e só recebi permissão de falar com os rapazes no fim do mês de abril. Estive com eles na escola de ensino regular que existe na unidade durante o período das aulas. Recebi apoio dos profissionais da escola que me contaram histórias, indicaram informantes e forneceram material para análise que havia sido elaborado nas atividades do ensino regular. Também pude conhecer o prédio onde o educandário funcionava e ouvir histórias dos profissionais do DEGASE e de familiares em dias de visita. A seguir passo a transcrever alguns trechos do meu caderno de campo.

26 de agosto de 2002

A escola funciona no prédio de um antigo presídio. Algumas mães estão na porta. Os porteiros quiseram documentos, e pediram para que ficássemos de pé num canto. Somos recebidas pela pedagoga que informa que não vamos poder conversar com os meninos porque houve um incidente no fim de semana. A cada nova porta, mesmo em companhia da pedagoga, tivemos que explicar quem éramos e o que estávamos fazendo aqui.

Os meninos estão divididos em dois grupos. Sem ordem do diretor não vamos poder falar com eles todos juntos, nem nos alojamentos – celas onde cabem até três jovens. Tem aproximadamente 200 garotos aqui, 160 do Comando Vermelho e o restante do Terceiro Comando. Subimos para o andar dos técnicos que, como em todas as instituições que conheci, fica separado dos locais de circulação dos rapazes e dos agentes – grupo que atua diretamente com os garotos no cotidiano.

Uma advogada chega. A técnica adia mais um pouco a conversa. Os meninos estão nervosos, por isso não vamos poder falar com eles hoje. Os técnicos dizem que o fato de serem muitos internos impede a livre circulação pela instituição e passam a maior parte do tempo na galeria: corredor de onde partem outros corredores onde ficam os quartos, ou celas, nome que recebem na instituição.

A pedagoga dá sua visão rápida das causas do envolvimento dos jovens com o crime: mães solteiras que têm filhos homens e arrumam novos companheiros que querem as meninas, mas não querem os meninos; meninos “safados” que procuram emoção; meninos que viveram em situações violentas.

Muitas mães na saída. A instituição tem um esquema de visitação rotativa: três dias de visita, sexta, sábado e domingo, cada dia com um tipo de parente. Uma mãe nervosa se aproxima. Diz que precisa falar com a técnica. A pedagoga tenta diluir a emoção da mulher. Fala do fim de semana. A mulher não quer ouvir, diz que está chateada. A mãe faz gestos, caretas, está chorosa.

Vamos voltar sexta-feira.

30 de agosto

Fomos recebidas com mais intimidade. O porteiro perguntou pelo gravador. Fomos encaminhadas até uma sala. Esperamos os meninos. Estamos ansiosas.

O grupo de meninos chega até a sala. São 7 jovens do CV. Eles nos contam histórias sobre a vida no crime. Eles se sentem como membros de uma organização que os protege e que têm regras claras. A mesma organização protege a família de cada um. Em troca de proteção eles devem obediência a esta organização. O traficante é alguém que está sendo impedido de trabalhar por causa da polícia.

Os meninos valorizam muito a família. Também respeitam a Deus e ao trabalhador. Eles consideram que roubar dos ricos não é errado. Na visão deles errado não é matar ou roubar, mas sim faltar com o respeito as regras de proteção a família, ao inocente, ao morador e ao mais fraco e faltar com o respeito com as regras da reciprocidade estabelecidas entre a comunidade e as figuras do movimento. Eles roubam e matam, mas não “esculacham” suas vítimas. Esculachar é humilhar e torturar. Outra coisa importante é relação estabelecida entre trabalho e dignidade. Existe o mundo certo do trabalho e o mundo errado o mundo do crime. Mas existe também “o lado certo da vida errada”, forma como os rapazes se referem à facção a que pertencem.

6 de setembro

Outro porteiro abre a porta. Ele não nos deixa entrar como o anterior. Pedimos para que ele chame um dos técnicos. A pedagoga vem nos receber, mas o porteiro tenta dificultar nossa entrada. Ele diz que é dia de visita e que os garotos não podem conversar conosco. Também está preocupado com o gravador. Parece haver duas camadas de atendimento: uma dos técnicos outra dos agentes de segurança. Cada porteiro que saber quem somos e aonde vamos e a técnica precisa se explicar a cada nova porta fechada que encontramos. Quando finalmente chegamos na sala de entrevista, pedimos para que os meninos da semana anterior sejam trazidos.

Os meninos chegam, cinco hoje. Pedimos cinco porque a sala é pequena. Um deles esta com sua camiseta branca do lado do avesso e com a frente para as costas. Ele nos explica que dessa forma a camiseta dura mais: tem dupla face ao quadrado.

Um dos garotos está muito agitado, com raiva. Não deixa ninguém falar. Fala sem respirar. É difícil entender. Ele me dá medo. Entra e pergunta logo a hora. Pergunto pelos outros garotos que estiveram conosco na semana anterior. O menino agitado diz que os outros garotos não vieram porque não querem falar com a gente. Estou ficando irritada com este menino. Explico que os meninos disseram que era para chamá-los. Mas o menino está disposto a arrumar uma confusão conosco. Os garotos hoje estão bem defendidos. Este menino atrapalha. Ela fala alto, fala sem parar, responde todas as perguntas, mesmo as que não são dirigidas a ele e não quer dizer o nome. Outro menino diz que não vai falar nada no gravador. O menino 286, o agitado, quer saber se as entrevistas vão ser vistas pelo Juiz. Um outro pergunta pelo livro que escrevi sobre a Santos Dumont. O 286 quer saber se eu estive na JLC e na Santos Dumont. Ele afirma que apesar de todas as dificuldades está nessa vida porque quer.

Aos poucos o menino exaltado se acalma. Três garotos saem: um que recebe visita, o que não quer falar nada, nem o nome, e outro que diz que vai ouvir *funk*.

Tenho dificuldade para gravar a entrevista com os meninos. O garoto de número 286 passa a falar muito baixo quando aviso que o gravador está ligado. Ele está triste e revoltado pelo fato de ainda estar internado. Os meninos vêm por tempo indeterminado: de 6 meses até três anos. A saída do rapaz implica em laudos elogiosos dos técnicos do DEGASE – psicólogos e assistentes sociais. Os homicidas e os que cometeram latrocínio demoram mais a sair. A escola continua sendo um assunto que não os empolga. Apesar disso, um dos garotos está na sétima série e o outro na quinta. O 286 está na terceira.

19 de setembro

Não estivemos aqui na semana passada porque houve um problema em Bangu. Alguns chefes do tráfico foram assassinados na cadeia: Uê e outros dois. Todos do Terceiro Comando. O clima na cidade é tenso.

Hoje vamos entrevistar o menino 286. Ele está mais feliz que da outra vez, vai ser transferido para o Criad – cumprir medida semi-aberta antes de ser liberado. Está contente, mas continua desconfiado. A entrevista corre muito bem. Ele se levanta, improvisa cenas que vive no dia-a-dia do tráfico. Deita a cabeça nos braços para me ouvir falar. Hoje parece um menino. Afirma que é dono de uma boca e que foi através do sofrimento e da demonstração de coragem e lealdade que subiu no tráfico.

Não sabe dizer nada sobre si que não passe pelo tráfico. Pergunto se costumava ir a praia e ele me responde que sim – quatro vezes por mês. Não me parece que seja verdade. A diversão é a droga e o tiro, a adrenalina. Fica muito triste quando fala que o pai não lhe dá atenção, mas afirma que não liga. Seu irmão mais velho é uma referência para ele. Sua avó tem dinheiro, esposa de coronel. Ele não mora no morro, mora no pé do Borel. Ele diz que gosta de se juntar com os outros para falar do futuro para passar o tempo na instituição. Falar do futuro é um jogo, uma viagem, como se o futuro não fosse construído por ele.

Hoje vamos visitar a escola e a parte da instituição que abriga o Terceiro Comando. A primeira coisa que vemos é uma oficina do teatro do oprimido. Eles fizeram um convênio com o DEGASE e vão passar três anos trabalhando com os jovens e os profissionais de todo o sistema. O assunto é a festa de sábado. Não fica muito claro para mim quem é quem, mas alguém quer juntar os dois comandos – não é o pessoal da escola, nem o diretor, nem os meninos daqui de trás. Será que é o pessoal do Teatro? O juizado não permitiu, então a solenidade de abertura e assinatura do convênio vai ser apenas para as famílias do CV.

Conversamos com a diretora e uma professora da escola. Elas têm um discurso contraditório. A professora se diz aliada dos meninos, mas prefere trabalhar com presidiários porque eles não podem olhar para os profissionais. Os meninos, por causa do ECA, podem olhar os profissionais cara-a-cara e discordar do que dizem. Para ela isso prejudica o trabalho.

21 de setembro

A festa começou muito atrasada. Os meninos do Terceiro Comando não vão estar aqui no pátio. Alguns pais já chegaram. Um recreador está fazendo atividades com os irmãos dos meninos. Eles ainda estão nos alojamentos. As crianças desenham corações e a palavra “paz” aparece em muitos desenhos. Alguns têm armas também, um ou outro. Os corações e a paz aparecem em quase todos os desenhos. Chego até uma menina e ela me mostra seu trabalho.

- Olha aqui tia: *O Rio de Janeiro vai ter amor e paz* – está escrito no alto da cartolina.

- Por que você acha que é bom ter paz? Ela não responde, então eu pergunto:

- O que vai acontecer quando tiver paz no Rio?

- *Todo mundo vai ficar quieto, tia.*

A paz para ela é uma ordem para ficar quieto. Talvez os desenhos de corações sejam uma forma das crianças dizerem que eles estão se recuperando, afinal a instituição tenta disciplinar as famílias também. Como as mudanças estruturais não são discutidas, a violência acaba sendo tratada no âmbito privado de cada família, como consequência de seus problemas: se vocês soubessem fazer os filhos de você ficarem quietos...

Algumas mães fazem desenhos e frases para dar aos filhos. Eles entram no pátio. Os meninos estão diferentes na frente das visitas: uns mais meninos, outros mais velhos. Os que não têm visita se sentam nos cantos. Muitos não têm. Encontramos o menino seqüestrador e o tal do Presidente. Peço a ele o número para entrevistá-lo e ele diz que esqueceu. É claro que não é verdade. Digo para ele que é “caô”. Ele ri.

A família do seqüestrador parece encolhida, triste. Algumas famílias são mais vistosas e alegres. A pobreza de alguns pais salta aos olhos. Outros parecem viver situações financeiras de classe média. Um homem bem apessoado e galante chega e é procurado pelos meninos do teatro. Ele conversa com familiares de outros jovens e com funcionários. Um dos membros do Teatro do Oprimido também demonstra conhecê-lo. A pedagoga me diz que ele é pai de um dos meninos. Ela explica que todos gostam dele porque ele reúne os meninos para contar histórias sobre jovens que tomaram o caminho errado na vida. Vou entrevistar esse menino na próxima semana.

27 de setembro

Hoje estou entrevistando o menino seqüestrador. Este menino me decepcionou. Achei que seria um ótimo informante, mas ele não está a vontade sozinho comigo. Ele é primário. Não é difícil separar os meninos mais e os menos envolvidos com o crime. Esse menino além de ter com a escola uma relação melhor, tinha uma vida social mais rica em termos de lazer e contato com a família estendida e com grupos culturais comunitários. Só está aqui porque seqüestro é considerado como crime grave. Apesar de ter sido um seqüestro relâmpago. Ele me diz que estava andando de bicicleta e encontrou um colega do bairro que estava precisando de uma ajudante para cuidar de um cativo. Ele aceitou. Esse colega tinha comprado uma arma dias antes. Perguntei a ele se podia me explicar porque se envolveu com o crime e ele me disse que tudo aconteceu por causa do Paulo Coelho. Na visão do menino ele havia sido influenciado pelas vibrações misteriosas dos livros de magia, que começou a ler por causa desse escritor. O livro de São Cipriano foi o responsável. Ele e o colega estavam lendo um exemplar que tinha poderes mágicos e resistia ao fogo. No dia anterior ao seqüestro os meninos estavam com o livro. Suas respostas são monossilábicas. Depois da entrevista individual chamo alguns meninos do Terceiro Comando. Os agentes trazem três rapazes.

Eles chegam e querem participar. Falam muito. Parecem ter mais escolarização que os meninos do CV. Afirmam que entre eles é todo mundo do comando, mas que na parte do CV tem muito “bandido mendigo” que diz que é do CV porque tem que dizer alguma coisa. Eles afirmam que não têm presidente. Preferem organizar a vida na instituição a partir de assembléias por alojamento.

Um dos técnicos nos explicou a história da mistura dos meninos do CV: os meninos das comunidades ocupadas pelo Comando Vermelho, mesmo quando não estão vinculados ao movimento, dizem que são do CV para ocuparem uma posição melhor no educandário.

Os meninos do Terceiro Comando acusam os meninos do CV das mesmas coisas de que são acusados: esculachar, não respeitar o morador, estupro, roubar trabalhador, roubar ônibus, não respeitar a família. Para os dois grupos de jovens os inimigos são anômicos.

Outra coisa importante é que os valores são os mesmos. Os dois grupos valorizam a família, a humildade, a pobreza contra riqueza, o respeito pelo trabalhador e pelo morador, a fidelidade as figuras do tráfico e o respeito as regras de convivência dentro dos territórios ocupados.

Entre eles a pior coisa que pode acontecer também é morrer inocente. O primeiro mandamento do CV é não matar em vão, ou seja, não matar quem não merece morrer. Um outro jovem disse que a pior coisa que podia acontecer com um de seus filhos era morrer inocente. Matar e morrer só são errados quando quem morre é o inocente. Os jovens do Terceiro também valorizam muito o humilde e o diálogo – dar idéia.

Eles me perguntaram se eu tinha filhos e eu disse que sim, eles então disseram para eu dar está fita para minha filha ouvir para que ela se afaste da “vida errada”.

1 de novembro

Apesar da autorização e do tempo em que estamos aqui, o trânsito continua muito difícil. Todos fazem as mesmas perguntas, mesmo quem já nos conhece.

Vamos falar primeiro com os meninos do Terceiro Comando. Eles chegam em seguida. Eles dizem que não acreditam que alguma coisa possa fazer diferença para eles quando estão envolvidos com o crime. Eles tiveram seu momento de dúvida antes de entrarem para essa vida.

Ficamos conversando sobre como foi o momento em que eles se assumiram como do tráfico. Eles nos disseram que andavam com os meninos do movimento, jogavam bola, conversavam. Segundo eles muitos garotos do movimento dão conselhos para que os novatos se afastem desta vida, outros incentivam. As coisas vão se dando aos poucos, meio que naturalmente, pela convivência, todos foram crianças juntos, ali na favela. A pré-adolescência é o período crítico. Eles acham que o menino que me disse que está nesta vida desde os sete anos está mentindo, mas acham possível ficar por perto, olhando, gostando já com essa idade.

Eles vão embora reclamando, gostam de ficar conversando com a gente. Indicam quatro outros garotos, os melhores contadores de história. Peço estes garotos ao agente, mas só um deles pode vir. Um dos rapazes não quer responder perguntas. Diz que a vida dele é só da conta dele, mas não quer ir embora. Às vezes, quando a discussão esquentava, ele dava um palpite ou outro.

Uma nova categoria surge hoje: a de “bandido”, que é elaborada em contraposição a de “ladrão”. O “bandido” é o sujeito do movimento e o “ladrão” é o sujeito que rouba, mas não pertence a nenhum comando. Um dos meninos do Terceiro Comando se diz ladrão, mas não é do tráfico. Outro, que é do tráfico, diz que rouba. O roubo continua sendo dividido entre o organizado, contra ricos e proprietários e o mendigo, contra o trabalhador no ônibus e na rua.

Novamente surgem elementos de disciplinarização do corpo como forma de respeito a família. É proibido se masturbar depois da visita porque pode ser na intenção das mulheres da família de alguém.

Outro ponto interessante e novo: a compra de imóveis na favela como prática sistemática do tráfico – compra ou apropriação quando o morador é considerado merecedor. Nesse último caso o imóvel pertence a comunidade. O processo que define quem merece perder sua casa, o julgamento dos fatos, com o objetivo de avaliar o merecimento ou não das punições previstas, é do tipo sumário. Na verdade encontrar culpados, que serão publicamente, punidos é útil para o traficante, porque reforça seu poder e sua lógica de proteger o inocente, mas ser implacável com o culpado.

Um dos garotos falou que o traficante compra a casa para oferecer como favor para quem precisa e servir a outras atividades: depósito e lugar de fazer sexo com quem vai trocar droga por sexo. Neste caso a casa é da comunidade, na concepção do menino. O outro menino disse que no seu morro o traficante fica com a casa dos X9 para vender. Neste caso a casa é do tráfico. Há uma lógica, uma organização, mas a personalidade dos líderes do tráfico vai fazer com que suas atividades e relações com a comunidade e em geral sejam diferentes.

O menino que falou que a casa apropriada pelo comando é da comunidade, disse que os traficantes defendem a comunidade dos soldados do outro comando, que se ocuparem a favela vão esculachar o morador. A ideologia da guerra aparece na importância da defesa do território e nas funções ocupadas pelos jovens no esquema do movimento: a segurança é feita pelos “soldados do tráfico”.

3 de dezembro

Houve uma rebelião no início de novembro. Dois meninos do Terceiro Comando morreram. Os meninos do CV atearam fogo nos alojamentos do Terceiro. Três garotos

ficaram encurralados. Um deles se apavorou e passou no meio das chamas: ficou com 85% do corpo queimado. Os meninos que morreram tinham 17 anos.

Esse menino não tinha mãe e o pai não ia visitá-lo. Na sua certidão de óbito a palavra “ignorado” foi usada diversas vezes: pais ignorados, data de nascimento ignorada, residência ignorada. Segundo depoimento da equipe da escola, o pai se sentiu aliviado pela morte do filho. Disse que o menino morreu queimado porque já botou fogo em duas pessoas: um homem e sua filha pequena. Também afirmou que o filho havia estuprado uma moça. A única preocupação do pai era com a bolsa de alimentação. Ele queria uma bolsa de alimentação maior já que o filho estava no hospital. O pai do menino devia beber muito. Nas vezes em que esteve em contato com a equipe estava aparentemente bêbado. A equipe desconhece as histórias que o pai conta sobre o filho e fala muito bem do garoto. No caminho do hospital, no carro de uma funcionária, deitado no colo de outro, o menino não reclamava de dor e queria chegar logo. Chovia muito e ele disse para os funcionários que se fosse o filho deles eles já teriam encontrado a caminho do hospital. Ele apenas dizia que estava indo embora, morrendo.

O outro menino era do interior do estado. Sua mãe vinha visitá-lo sempre. Ele morreu no dia 6 em decorrência de golpes de estoque. O rapaz correu do alojamento tentando entrar na parte da instituição onde ficam os funcionários, não conseguiu e quando voltou o pátio estava tomado pelos meninos do CV. Eles se juntaram em cima do garoto. Ele foi jogado para cima e ferido várias vezes. Sua mãe veio buscar o corpo e não havia gasolina para levá-lo para casa. Os funcionários tiveram que se cotizar.

Quatro meninos foram acusados da morte deste último garoto. Dois deles já haviam completado 18 anos – ao completar 18 anos, se ainda estão cumprindo medida, os garotos continuam no educandário, pelos menos até os 21 anos. Mas nesse caso. Como os jovens cometeram um novo delito e já são maiores, eles serão transferidos para o presídio. Foram

condenados a 12 anos de cadeia. Ou seja, no mínimo, eles terão 30 anos quando forem libertados.

Entrevistamos individualmente dois garotos do Terceiro Comando. A questão da humildade voltou a aparecer. Todas as idéias básicas se repetiram. A pior coisa que pode acontecer com uma pessoa continua sendo “morrer enganado”, ou seja, no lugar de outro, morrer por causa de uma coisa que não fez – culpado por suspeita. Também reapareceu a questão das necessidades de consumo como motivo para entrar no crime. O dinheiro fácil garantindo as roupas de marca. Também apareceu a contradição básica: a mãe, ou outro adulto, ensinou o que é certo e errado, eles estão fazendo o errado, mas não merecem ser punidos pela sociedade.

17 de fevereiro 2006

Já faz mais de 3 anos que não venho aqui. Mas as coisas não mudaram muito. Dessa vez estou envolvida com a montagem de uma sala de leitura. Temos o espaço, cedido pela direção da casa. Uma aluna minha conseguiu o mobiliário e livros didáticos. Mas como tudo dentro desse tipo de instituição, a demora para a idéia sair do papel é grande. A autorização do juiz saiu em outubro. O DEGASE liberou minha entrada na unidade em dezembro. Não consegui falar com o diretor e não pude começar o trabalho. Um dia, por sorte, atendeu ao telefone uma técnica da unidade que resolveu me ajudar. Ela me recebeu e se dispôs a participar da atividade. O diretor está afastado por que está respondendo a uma acusação de uma mãe. Isso é comum nesse contexto. A sociedade pune os funcionários, mas quem vai punir o poder público por deixar a escola abandonada?

O educandário funciona ao lado de um manicômio judiciário. O prédio é grande e tem muitos espaços ótimos, como quadra aberta de futebol, vários alojamentos, banheiros, salas que podem abrigar oficinas, área para plantio de plantas de pequeno porte, mas o descaso e o

abandono da unidade pelo poder público e pela iniciativa privada fazem com que os garotos sejam amontoados em uns poucos alojamentos. A instituição está destruída: alojamentos sujos, banheiros alagados ou sem água, vidros quebrados, camas enferrujadas. A quadra descoberta está toda esburacada. Existem monturos de lixo por toda parte, e entulho. 70% do espaço está abandonado. Os meninos não têm uniforme de frio, nem coberta, nem colchão, sabonete, pasta de dente. O corpo dos rapazes está cheio de manchas, sarna, feridas. O lugar é opressivo. O trabalho é desgastante.

Aproximadamente 70% dos jovens continua sendo do CV. Os meninos do ADA e do Terceiro Comando Puro – denominação que surgiu nos depoimentos em 2006, ocupam o mesmo espaço na instituição. Segundo os entrevistados, em função do rompimento das relações amigáveis com o ADA, a palavra “Puro” foi acrescentada para significar “sem o ADA”.

17 de outubro de 2006

A demora para podermos começar o trabalho da sala foi grande. A única vantagem de ficar tanto tempo circulando pela escola sem poder dar início ao trabalho foi a possibilidade de acompanhar mais de perto a rotina da unidade e da escola estadual que existe lá dentro. A escola é do estado, mas tem educação fundamental. Os meninos freqüentam as aulas em quatro turnos: dois pela manhã e dois a tarde. Três desses turnos são ocupados pelos jovens do CV e um deles recebe os meninos do Terceiro Comando e do ADA. Durante o tempo que circulei pela escola, conversei com os professores e a equipe técnica. Pude ter acesso a trabalhos de sala de aula – redações, desenhos, murais. Além disso, participei de algumas aulas e pude conversar com meninos sobre assuntos variados.

Antes do diretor voltar para a unidade os meninos do CV se rebelaram. A diretora da escola nos contou:

*- Eles [os meninos do CV] pareciam um bando de não sei o que saindo pelo telhado dos alojamentos, todos com meias no rosto.*

Os garotos destruíram muitas coisas e, segundos depoimentos dos técnicos, só não mataram dois dos meninos do Terceiro por que alguns agentes entraram no alojamento e impediram. Um dos meninos ia ser explodido com um bujão de gás.

Muitos professores que trabalham na escola também lecionam em presídios. Eles nos contam sobre a rotina explosiva daquelas instituições. Como bem observou Zaluar (2000) a rotina nos contextos envolvidos com o crime é a falta de rotina. Nas conversas informais e durante a permanência na unidade pude observar mais de perto a realidade daquele lugar e conhecer melhor a dinâmica do atendimento.

Enquanto a sala de leitura não ficava pronta eu realizei minhas entrevistas. Estive com quatro grupos de rapazes: dois do CV e dois do Terceiro mais o ADA. Não houve necessidade de realizar muitas entrevistas por que as respostas foram se repetindo, e as histórias eram muito parecidas com as coletadas em 1993 e 2002 e as encontradas na literatura especializada. Considerei que o material havia tingido um ponto de saturação.

## CAPÍTULO 5

### ENVOLVIMENTO COM O TRÁFICO: ESCOLHA PESSOAL E DETERMINAÇÕES

A unidade do DEGASE que serviu de campo de investigação para esse estudo atende meninos de 16 até 18 anos que cometeram ato infracional. Por ser uma instituição que recebe adolescentes, a maioria dos jovens é reincidente. Outra característica marcante destes meninos é o envolvimento com o tráfico. Os meninos ocupam o prédio de um antigo presídio na região oeste da cidade. Na mesma rua, apenas alguns metros depois, estão duas outras instituições penais para adultos, entre elas um manicômio judiciário. O educandário também está próximo dos presídios de segurança máxima. Todos em Bangu.

- Agora vamos voltar a falar no assunto do trabalho no tráfico. É bom trabalhar lá? Vocês têm algum direito? Tipo aposentadoria, 13º salário...  
G1 – Pra mim é bom.  
G2 - Direito é se você for uma boa pessoa no tráfico. Aí, quando você vai preso o tráfico ajuda. Tipo assim, aqui pode entrar de tudo: sabonete, roupa, tudo isso; quando a gente é preso ele manda pra gente. Devido a gente trabalhar com ele, ele manda pra gente.

Dentro do educandário os garotos estão divididos em dois grupos: os do Comando Vermelho, quase 70% dos jovens internados; e os do Terceiro Comando e os garotos do ADA, Amigos dos Amigos – grupo que costumava ser aliado do Terceiro Comando, mas que durante as entrevistas de 2006 aparece como opositor, dentro e fora da instituição. Os meninos afirmam que dentro do educandário existe um outro grupo: o dos jovens do *seguro*. Na João Luiz Alves também havia um grupo como esse: meninos que passavam quase todo o tempo presos no alojamento a eles destinados porque estavam jurados de morte do lado de fora. É para o *seguro* que vão os homossexuais e os garotos que cometeram atos considerados errados: X9, molestadores de criança, estupradores e “ladrões mendigos”, que roubam trabalhadores. Esses jovens estão na cadeia da cadeia.

G1- Somos do Terceiro Comando por que eu moro na favela. Lá é Terceiro então tem que ser Terceiro. Eu moro lá.  
G2- Somos do Comando por que somos da comunidade. Por que quem vive na favela é difícil de escapar. Vai vendo dinheiro fácil, trabalhador passando necessidade.

Os meninos disseram que, comparada com outras unidades que conhecem, preferem a instituição onde estão porque se sentem sendo preparados para a vida na cadeia.

Aparentemente os meninos do CV estão em melhor situação no educandário do que os outros, do Terceiro e do ADA. A primeira observação importante foi que, apesar de se considerarem inimigos, os valores e as representações a respeito da vida e da sociedade são os mesmos nas três facções.

O grupo do CV é mais agressivo e pró-ativo, enquanto que os rapazes do Terceiro e do ADA são mais calmos, mas têm uma aparência pouco cuidada. As roupas do CV são mais novas e limpas. Os meninos é que devem lavar e cuidar de suas coisas. O grupo minoritário também costuma se comportar melhor na escola e nos alojamentos. Eles participam prontamente das atividades propostas pelos adultos. Talvez o fato de saberem que estão em desvantagem numérica dentro do educandário possa explicar essa diferença de comportamento. Isso não significa que os rapazes do CV sejam mal educados ou desrespeitosos com todos os funcionários. O que acontece é que eles se sentem mais seguros dentro do contexto institucional que, na verdade, em função da forma como o atendimento está organizado, é uma continuação da vida que os rapazes levam no “mundão”, na “pista”.

Na instituição os jovens ficam separados por facção e ficam ociosos a maior parte do tempo. A lenda pessoal trazida da rua, assim como os afetos e desafetos, é reconhecida e os rapazes convivem com amigos, vizinhos, parentes e inimigos. Eles resolvem suas questões entre eles, seguindo a lógica do certo e errado que aprenderam na comunidade. Acatam as hierarquias estabelecidas no tráfico e devem respeito, sobretudo, as famílias uns dos outros. Respeitam também a lei da lealdade ao seu comando, ou comunidade, que para eles se

confundem, e ao inocente – no contexto institucional qualidade atribuída as visitas e aos profissionais reconhecidamente comprometidos com o bem estar dos internos. Valorizam as atividades que “distraem a mente” como forma de lazer. Mas o principal é que continuam sob a influência da sub-cultura do combate: lutam contra seus inimigos - os agentes e os jovens dos outros comandos - e continuam com as suas atividades ilícitas. Eles formam grupos e planejam assaltos a mansões, seqüestros e vinganças. Também ficam longe de seus familiares e aprofundam o estreitamento dos laços de sociabilidade estabelecidos fora do contexto do mundo do crime.

Mas, o isolamento no internato e a permanência nas galerias propicia um campo fértil de criação e a rotatividade dos jovens entre as instituições do sistema cria um canal de difusão interna de saberes: os meninos fazem artesanato e ensinam-se uns aos outros, e em instituições diferentes as mesmas técnicas são usadas para produzir peças. A João Luiz Alves – JLA, é uma escola de tradição nisso. Conhecida pelos meninos como “Mansão”, ela fica na Ilha do Governador e se destaca na paisagem por entre uma fileira de palmeiras imperiais. Lá eles fabricavam uma cola a partir do sumo da laranja e faziam peças de galalite a partir disso. As peças de galalite coladas com sumo de laranja foram expostas no Centro Cultural Banco do Brasil no ano de 2004 por Rosana Palazyan, artista plástica que tem as situações de violência vividas por crianças e jovens como tema de sua arte.

O material mais usado pelos meninos é a garrafa *pet*. Com ela os rapazes fazem arranjos florais e outros objetos. O papelão serve para a confecção de barcos e outras peças.

Na escola que existe dentro do educandário os meninos discutem com os professores temas variados e produzem textos sobre essas discussões. O professor de história realiza muitas atividades semelhantes. Ele possui material riquíssimo que mostra um pouco da alma desses jovens, seus sentimentos e opiniões. Em um desses trabalhos a vida que levam, ou “vida torta”, é analisada a partir de uma perspectiva religiosa. Neles o menino recorre a Deus

como recurso para mudar de vida. Mas o que se acredita ser possível é um milagre, em uma profunda demonstração de falta de auto-confiança.

Os textos elaborados pelos rapazes, a partir de fotos de crianças em situações distintas, falam de falta de pais e dos efeitos da falta de supervisão porque os pais, principalmente a mãe, estão longe de casa por longos períodos. Como a escola não foi capaz de dar a supervisão necessária, o jovem que passa parte do seu tempo ocioso nas ruas das comunidades, acaba por entrar em contato com a rede de sociabilidade do tráfico. Em um desses trabalhos o rapaz conversa com Cristo:

*Cristo, gostamos da nossa vida. Mas gostamos também da paz. Mas não corremos da guerra.*

Nessa frase se expressa um dilema barroco: entre o amor a Deus e o prazer pela luta, que também é vivida como uma ocasião para se demonstrar a força e manter a lenda pessoal. A permanência da situação de combate e o envolvimento dos negócios da droga com a economia local, formal e informal, produzem uma concepção de vida coletiva onde a lenda pessoal se torna uma fonte de favores e benefícios, ou de isolamento.

Em outro trabalho, o jovem escreve sobre como a sua escolha pela vida no crime fez sua mãe sofrer, mas em um determinado momento, associa a defesa da honra e de comunidade à defesa do controle do território pelo seu grupo:

*Um dia eu também fui assim [foto de um menino de rua], e sofri muito. Era muito frio na madrugada por isso eu “revoltei” e não quis saber de minha vida e fui roubar. (...) depois que eu entrei para essa vida estou fazendo ela [a mãe] sofrer. (...) e eu estou pensando em sair dessa vida e ajudar minha mãe e meus irmãos menores. (...) vou sair dessa vida, mais se for preciso de meter a mão para ajudar minha favela eu vou ajudar.*

O jovem oscila entre o respeito e o cuidado pela mãe e a lealdade a sua comunidade, nesse caso representada pela rapaziada do movimento.

Outro garoto se diz envergonhado diante das outras pessoas e espera, em Deus, poder se sentir igual aos outros.

*No brilhar das pessoas eu me envergonho e tampo as vistas, mas quem sabe uma hora essa vergonha acaba, porque Deus está comigo e também no meu coração.*

Outro menino percebe que muitas crianças nascem e crescem em ambientes poluídos pelo crime e se vê como as crianças das fotos “na escuridão da vida errada”. Outro pergunta:

*Vocês acham que com esses sete anos de idade terei chance de ser alguém na vida? Por que já pequeno estou vendendo alguma coisa que pode matar. Eu queria ter uma família nessa vida.*

Os conflitos entre os membros da família aparecem em diversas redações: crianças abandonadas ou trabalhando para ajudar nas despesas, padrastos violentos, são personagens recorrentes na análise da realidade feita pelos jovens.

*Eu sou um menino sofredor. Um dia pensei em procurar minha casa, mas meu padrasto não me aceitou. Ele briga muito com a minha mãe e também não consegue largar a bebida. Por isso que eu continuo nas ruas.*

O grupo de amigos aparece como o “bonde”, jovens embalados em movimento e o tema da revolta é comum - “Maluco na revolta rouba!”. Um outro pensa no dia em que vai poder ficar com seu filho em uma situação financeira melhor. Ele sonha em dar um futuro para seu filho.

A realidade do internato também não é fácil. Nas entrevistas que fiz os rapazes informaram que passavam bastante tempo na cela – cômodo para até três pessoas. As celas não fechadas com um portão de barras de ferro. O corredor com várias celas se chama galeria. Às galerias, por sua vez, o acesso é por um outro corredor bem mais amplo. Nesse corredor dos dois lados ficam os solários, espaços abertos que servem de área para pegar sol e as galerias. Os basculantes das celas dão para os solários.

Ficar na cela sem direito a sair é um castigo muito comum naquela instituição. Os meninos me deram o seguinte depoimento sobre esse tipo de castigo.

G1 – QG é quarto pequenininho.

- Vocês ficam presos aí o dia todo?

G2 – Fica o dia todo. Só sai para almoçar.

- Na cela?

G1 – Não na galeria. Mas tem televisão.

- Tem televisão?

G2 – Televisão, ventilador.

G3 – Mas, perdeu tudo! Nós perdemos tudo na última rebelião.

- Na última rebelião o que?

G1 – Na última rebelião que teve o diretor tirou a televisão, tirou tudo. Perdemos tudo.

G2 – É porque traímos a confiança dele e a confiança da nossa família.

- Você acha isso?

G2 – Claro!

- Por que você está rindo?

G2 – É porque é a realidade mesmo

Todos os rapazes e funcionários conhecem o universo simbólico do “mundão”. A segurança, baseada na ameaça implícita de rebelião, que já deu provas de eficiência em várias outras ocasiões, faz dos rapazes do CV um grupo mais coeso e forte. A força do CV é reconhecida por todos. Outra diferença interessante é quanto a forma de organização. O grupo do CV é mais centralizado. Eles têm um presidente e obedecem a um conjunto de regras que está, segundo os jovens, afixado na parede das galerias.

Para me darem uma cópia destes mandamentos tiveram que consultar o presidente - um adolescente que foi escolhido, pelas suas qualidades, para cuidar dos negócios dos meninos dentro da instituição. O presidente precisa ser uma pessoa calma e equilibrada que consegue dialogar com as outras pessoas. Perguntei pela sua sucessão, já que a rotatividade dos rapazes é muito grande. Eles disseram que antes de sair o presidente escolhido aponta um sucessor.

G1- Tem favela que é mais amenizada. O pessoal tem mente. Tem uns cara mais cascudo, mais cabeça. Aí ameniza o problema. Na outra tem cara mais novo, mais embalado.

G2- O cara mais novo que está entrando no tráfico agora quer se engrandecer pro patrão, não tem nada a perder.

G1- Eu deixei de ser embalado por causa do meu filho, minha mulher. Antigamente eu não queria saber de nada. Só revolta de quando eu era pequeno.

G2- Todo mundo passa por essa idade. Não quer saber, é embalado mesmo! Depois amadurece a mente. Age tranqüilão. Trata no respeito. Mas tem gente que não se controla. Vê os outros batendo e sai pegando pedaço de pau e parte pra bater também...

Os mandamentos do CV se inspiram nos mandamentos cristãos. Apenas houve uma mudança nas prioridades e alguns itens foram substituídos. Os dois atributos pessoais mais valorizados pelos jovens de todas as facções aparecem nos dois primeiros mandamentos: a inocência e a humildade. Os meninos na nossa primeira entrevista em 2003 pediram ao presidente para que eu pudesse copiar esse conjunto de regras. São elas:

#### Os dez mandamentos do CVRL

- 1- Não matar em vão.
- 2- Ser humilde.
- 3- Não cobiçar a mulher do próximo.
- 4- Não bolir.
- 5- Não dar falso testemunho.
- 6- Não esculachar, porque o Comando Vermelho não esculacha, mata!
- 7- Ser fiel à sua pátria.
- 8- Respeitar o próximo.
- 9- Honrar a hora da visita/seu pai e sua mãe.
- 10- Amar a Deus acima de tudo.

Os meninos do Terceiro Comando não têm regras escritas, mas obedecem a um regulamento tácito que também valoriza a humildade, a lealdade, a família e o respeito pelo próximo. Organizam-se em torno de assembleias. Realizam reuniões por alojamento e depois uma reunião geral onde as decisões são tomadas.

O respeito pela família se expressa de maneira exemplar nos dias de visita na disciplinarização do corpo. Segundo os meninos dos dois grupos nos dias de visita é preciso estar atento a um conjunto mais detalhado de regras do que o rotineiro. Segundo os jovens do CV nos dias de visita é proibido sentar de perna aberta e olhar para a família do outro para evitar maus pensamentos. Também é proibida a masturbação, que pode ser na “intenção” de uma mulher da família de um companheiro. Nas entrevistas do Terceiro essa restrição ao corpo apareceu também na proibição de coçar a genitália no pátio.

O respeito ao próximo, para os dois grupos, se expressa na condenação do “esculacho”, tortura pública ou covardia, e do assassinato de inocentes. Entre eles a morte só é vista como um erro se a vítima não merecer morrer.

A relativização do crime de morte aparece no primeiro mandamento do CV. Quanto ao Terceiro, quando perguntei a um grupo destes meninos do que eles tinham mais medo a resposta foi: “morrer inocente”. Já um outro me disse a mesma coisa quando perguntei o que ele mais temia que pudesse acontecer com seus filhos.

O “inocente” é representado na figura da criança, do morador da comunidade onde os garotos atuam, na figura das mulheres, sobretudo a mãe, e na figura dos trabalhadores. Estes são os que não merecem sofrer.

Além do inocente outra figura fortemente valorizada entre os meninos é a do “humilde”. Quando pergunto qual é a característica de sua personalidade que o menino mais gosta, ou o que faz uma boa pessoa, ou qual é a melhor qualidade do pai e da mãe, a humildade é a qualidade mais citada. Ser humilde, no entanto, significa ser generoso, se preocupar com os outros, ter empatia. Outra coisa muito valorizada é a “compreensão”. As boas mães e os bons pais são considerados “compreensivos”. Essa também é uma qualidade implícita na idéia do bom líder. Quando perguntei para os meninos do CV o que era preciso ser para ser eleito presidente, eles disseram que o presidente tem que saber conversar: “Não pode sair logo esculachando, tem que dar uma idéia”. Saber ouvir, empatizar, dividir, são qualidades muito valorizadas pelos jovens dos dois grupos.

Na atuação no tráfico outros atributos se somam a esses. Nas atividades do dia a dia vale quem tem coragem e quem é leal. Vale também quem pensa antes de agir. Um dos meninos do CV me disse que tinha sua própria boca. Eu perguntei o que era preciso para isso e ele respondeu: “Sofrer!”. “Sofrer” significa arriscar a vida pelos companheiros durante os

embates com a polícia, ficar calado mesmo sob tortura e trabalhar desde cedo. Segundo ele, aos sete anos de idade já escondia armas para o movimento

- Por que vocês escolheram essa vida?

G1- Porque muitos de nós não teve estudo, certo, e ainda vai crescendo na favela. Aí vagabundo começa a se viciar aí não tem como comprar. Já vê os cara trabalhando, certo, aí você entra também junto. Eu queria dar um bagulho bom pra minha família, pra minha mina aí meti a mão mesmo. Não tinha condição.

G2- Começa pela condição financeira. Você quer ter uma coisa e não tem. Quer dar uma coisa pro meu pai, minha mãe.

G1- Não tenho condição, as pessoas do crime tendo o que você quer ter e não tem. Come só arroz e feijão, quando tem. Só arroz e ovo. E os outros já como, ué? Na rua com dinheiro, só gastando.

G3- Comecei com a revolta da morte do meu pai. Tinha que vingar meu pai.

Os rapazes também se diferenciam quando a forma de perceber a sociedade. Enquanto que para os do Terceiro a sociedade é o povo, para os rapazes do CV a sociedade é identificada com os inimigos disciplinadores. Como disse um deles:

*- A sociedade é a lei: promotor, juiz e a polícia. Outra coisa é o governo.*

Os meninos se sentem numa guerra. Eles estão em guerra pelo controle do território, contra a concentração de riqueza na mão de poucos e contra a polícia. Eles falam muito do merecimento das vítimas que não dividem o que tem: o “patrãozão” e a “patroazona”. Aqui neste campo é que aparece o “inocente” como o “trabalhador”: aquele que não merece ser roubado. A guerra aqui é pela distribuição de renda: “roubar é errado, mas até certo ponto”. Roubar trabalhador é errado, por isso eles não querem estar misturados com os “ladrões mendigos”.

Contra a polícia a guerra é pela liberdade de atuar como traficante. Eles ganham a vida vendendo drogas e lutam pelo direito de continuar. O “inocente” neste caso é o morador da comunidade que está envolvido numa guerra que não é sua.

Contra a outra facção a guerra se justifica no combate a anomia, ao desrespeito aos valores que definem as pessoas humanamente superiores. Os meninos dos três comandos se

acusam das mesmas coisas. Os membros da facção inimiga merecem morrer porque eles “esculacham”, estupram e não respeitam o morador, ou seja, não respeitam as regras que materializam a reciprocidade estabelecida entre os comandos e os moradores dos territórios ocupados.

Os meninos se comportam com relação ao pertencimento aos comandos como se esse pertencimento criasse uma teia de sociabilidade e proteção social que os defende das desigualdades sociais, da exploração e da humilhação que caracterizam as relações de trabalho que eles conhecem. Para os meninos a teia de sociabilidade que os protege, também protege a família e a comunidade. Eles se justificam, se sentem úteis por causa disso e porque ajudam quem pede ajuda.

- Falta de emprego, sei lá, muitas coisas, pessoas passando necessidade. Quando minha mãe tá precisando vai lá e pedi e eles fortalece.

Paradoxalmente, para o menino, o crime estaria atuando como rede de proteção ao indivíduo. O pobre organizado no crime estaria em luta contra a concentração da riqueza e a discriminação da favela, e aos abusos de poder.

G1- Ser honesto é ser esculachado. Vagabundo manda você ir lá pegar troço pesado no maior solzão.  
G2- Sendo esculachado pela sociedade, pelo que a gente era antes. A sociedade não vai te aceitar. Você pode tá trabalhando mas a sociedade vai passar do seu lado e dizer que esse cara era bandido.

Há também um sentimento de revolta que se canaliza para o crime. A convivência de estratos sociais diferenciados acirra as lutas distributivas. Mesmo que esse sentimento possa estar sendo usado como subterfúgio. Por exemplo, um dos rapazes disse que colocar o filho numa escola que custa setecentos reais é desnecessário e, por isso, era ofensivo. Para ele isso é ostentação, porque não consegue ver necessidade de uma escola ser tão cara. Na verdade todos reconhecem a “revolta” da qual os rapazes falam. Moradores, bandidos formados, X9, vacilões, todos são iguais diante das condições de vida. O fato real da injustiça justifica o

crime. Mas não há um sentido político de luta nessa “revolta”. Eles estabelecem vínculos entre os problemas que têm e a estrutura social. A abordagem é atomizada. O crime acaba por escamotear o conflito político porque lança falsas questões sobre segurança na pauta coletiva de discussões e não estimula a solidariedade cívica. O crime se sustenta em bases particulares e não universais, como a defesa de um pequeno grupo considerado como seu – de comandados ou moradores, ou turma de rua. A ação dos comandos despolitiza e esvazia as reivindicações. Os meninos querem resistir a super-exploração a qual os membros do seu grupo social estão expostos nas situações de trabalho, romper com o que está previamente estabelecido, mas fazem isso no domínio do privado, não do público. Por outro lado, os símbolos de ostentação são demonstrações da aceitação da ideologia do sucesso dominante na sociedade do consumo. Essa congruência entre o estilo de vida escolhido e os valores individualistas, por sua vez, piora ainda mais a imagem que a sociedade tem desses rapazes.

O “preparo” para o crime envolve também o aprendizado de expressões específicas. O “bandido” preparado também deve saber escolher suas vítimas e não matar ou atirar sem motivo:

- Os coroa o que? Como é que você falou para ele, patrãozão?

G1 – É.

- Porque “patrãozão”?

G1 – Cheio de milhão, cheio de sítio, cheio de ouro. Assim tipo empresário. Aí eu enquadrei ele, né: Qual é titio? Se você tem amor a vida passa tudo. Fui ao inferno e voltei. Minha vida não vale um real e nem o diabo me quer. Se não passar vou estorar seus miolos. Ele falou: Calma! Calma, filho da puta! Mete o pé. Vó matar esse coroa? Saí varado.

- Como é que você falou?

G1 – Aí titio, se você tem amor a sua vida... fui ao inferno e voltei (Ele riu e os outros meninos também). Minha vida não vale um real, nem o diabo me quer. Mas agora eu to roubando de revólver.

- Aonde você aprendeu esse negócio?

G2 - Nós cria. Assim como ladrão que rouba na mão. Só no ferro mesmo! Eu só roubava na mão, agora que eu to andando de revólver.

- Por que não andava antes?

G2 – Porque eu era muito... se alguém fizesse alguma coisa eu ia dar tiro. Ia matar uma pessoa assim à toa. Agora tá mais tranquilo.

O “bandido formado” também deve evitar a “vacilação” e estar preparado, também implica em saber cumprir ordens:

G1 – Vacilar é como roubar alguma coisa de um morador, insultar alguém, ou então roubar alguma coisa da boca. Isso é vacilar.

- Você matou porque o traficante mandou ou você matou porque quis?

G2 – Porque eu quis não. Tem que ter uma ordem.

Na verdade eles estão preparados para viver a vida que levam. Muitas vezes considerando esse como um destino inevitável, comum entre gente como eles. Outros dizem que querem sair dessa vida, mas não conseguem ver esse processo de mudança sendo conduzido por ele através de uma atividade sistemática - a mudança como a culminância de um processo. A descrença do jovem na sua capacidade de resistir as tentações do ambiente onde vive também contribui para a continuidade da vida tal como ela é. Eles encaram a vida de uma maneira muito imediatista. Além disso, os rapazes se ressentem de maus tratos e de humilhação nas relações de trabalho de maneira geral.

- Por que escolheram o movimento se roubar dá mais dinheiro?

G1- Porque gosta de ação. Na favela você fica na ação de fuzil na mão, troca tiro. Esperando os cara vindo pra mostrar que na favela quem manda é você.

G2- Na rua quem manda é os cara.

G3- Na favela é mais fácil, você fica tranqüilo, conhece todo mundo, você é cria, é onde tu mora.

G4- O tráfico é mais tranqüilo, você vive mais um pouco. O roubo é mais arriscado. Quando você roda você consegue dá um dinheiro. No tráfico você tem como defender sua vida na favela que você conhece.

A tranqüilidade não é uma experiência valorizada. O sujeito tranqüilo não é aquele que se matem afastado das atividades do crime, mas sim o que, como disse Drummond, consegue se equilibrar no caos. O gosto pela adrenalina, a aceitação do futuro incerto, como o presente, o costume, a revolta, a falta de emprego, a força das relações sociais básicas, são diversos os fatores que, sendo desencadeados pelo jovem ou aceitos por ele, refletem seu papel de agente de sua vida.

Ele tem poucos exemplos de pessoas que deixaram a criminalidade e sabem como é difícil realizar os sonhos de futuro que estão dispostos a alimentar. Um deles acha que o que poderia tirá-lo dessa vida seria roubar muito dinheiro e abrir um negócio só seu. Outro acredita que seria capaz de sair dessa vida se conseguisse um trabalho que lhe pagasse R\$500,00 (quinhentos reais) mensais. Ele sabe que isso não será fácil e considera sua situação

crítica também em função da “toxicidade” do ambiente onde vive. Um outro menino, que não pode voltar para sua comunidade porque trocou de comando e, então, está jurado, quer alguém que o apóie. Ele acha que se tivesse alguém para ampará-lo sairia dessa vida. Procurou o amparo na igreja neo-petencostal, mas acredita que não tem forças para viver dentro de disciplina tão rigorosa.

Na entrevista um dos rapazes me disse que conhece dois homens que saíram dessa vida porque fizeram um roubo grande e foram viver em outro lugar. O outro modelo de pessoa que saiu é o do bandido que se converteu.

O jovem é muito ansioso, facilmente “embalável, por isso não cogita seriamente a hipótese de conseguir as coisas que deseja aos poucos. Outra dificuldade é que ele condiciona sua mudança de vida, o rompimento da rotina estabelecida, a metas irrealizáveis. O mesmo foi encontrado por Assis (1999): falta de senso de realidade. Outros aceitam sua condição de vida com resignação. Um dos meninos me disse: “Prefiro aqui porque é igual à cadeia mesmo. A gente já está preparado”. Algumas metas envolvem a continuação no mundo do crime: sair da instituição e mudar de ramo de roubo, de roubo de carro para roubo de mansão, por exemplo, ou mudar de parceiros. Outros jovens aparentemente não se preocupam com o futuro ou têm uma concepção de tempo muito restrita. Um dos meninos me disse que não se importava de morrer e que se ficasse vivo até o filho completar seis, sete anos, ele já teria feito a parte dele. Para um jovem que acha que a prisão é máquina de fazer velhinho, que espera morrer antes dos trinta, uma criança de sete e anos já está pronta. Outro disse que não pensa muito sobre isso. Ele pareceu saber o que estava perdendo, mas que não estava a fim de ficar pensando nessas questões. Para ele os pais não podem fazer nada pelo filho que se envolve com a “vida errada” quando não estão empregados no mercado formal. Ele acha que se seu filho se envolver com o comércio de varejo de drogas ilegais baseado nas comunidades não vai poder interferir, da mesma forma que os seus pais não interferiram.

- E seu filho?  
- Eu acho que se eu tivesse um serviço, se eu não tivesse nessa vida eu podia fazer diferença na vida dele. Meus pais quando eu entrei nessa vida meu disseram: Você quer ir vai sozinho. É contigo, mesmo eu não vou poder fazer nada.

A crise do futuro, que se manifesta na descrença nas saídas disponíveis para sua vida é mais um fator que prende o rapaz a sua rotina no crime e o leva a aceitar sua realidade incerta e vertiginosa. A escola e o trabalho fracassaram como forma de inclusão desse menino e de seus familiares, assim como aconteceu com muitos dos seus vizinhos e amigos. Essas instituições falharam na sua dimensão instrumental e na sua dimensão sócio-cultural, como mantenedora da capilaridade das relações sociais estabelecidas na sociedade como um todo. A família, por sua vez, não está sendo capaz de supervisionar a socialização de seus jovens, nem responder aos problemas vividos por eles.

Os rapazes também estão em busca de adrenalina, querem diversão, emoção. O roubo é o crime mais valorizado porque envolve riscos maiores e não está montado em uma estrutura de proteção com base no controle do território pelas facções. O “ladroão” vai a busca do problema, atua independentemente e fica com o todo o produto do roubo. Mas o roubo também se estrutura com base no negócio de drogas. As facções se vinculam aos “ladroões independentes” como consumidores de produtos ilícitos. Elas também estão vinculadas a outros delitos: pirataria cultural, transporte alternativo, venda de peças de automóveis roubadas e compra do que Misse (1999) chamou de “mercadoria política”, que são prerrogativas do poder público: julgar, punir, libertar. Podemos mesmo dizer que enquanto o traficante puder pagar pela “licitude” do seu negócio, para alguns setores da sociedade é melhor a droga continuar ilegal. Porque essa é uma grande fonte de renda para muitos agentes do governo desde o nível municipal até o federal.

- Como pode mudar de vida?  
G1- É arrumar um emprego bom e trabalhar.  
G2- Eu não tenho estudo, eu acho que não vou conseguir.  
G1- Sair só se for fora da favela para eu poder mudar de vida, de repente dar uma sorte.  
G1- Queria sair daqui é ter onde trabalhar para ter minha dignidade, andar de cabeça erguida.

### Relações interpessoais na família

A delinqüência está muito associada às instituições de apoio ao jovem e ao grupo de convivência. Quando a escola, a família e o estado falham na tarefa de apoiar e proteger, o jovem fica menos protegido contra ela.

Os jovens em conflito com a lei entrevistados supervalorizam a família como grupo a quem devem respeito e em que podem confiar. Os jovens esperam ajuda de sua família, principalmente da mãe. Além da mãe outra fonte de apoio mencionada foi Deus. Os amigos também aparecem como pessoas em que se pode confiar. A característica mais apreciada é a compreensão e o carinho na escuta. Muitos jovens afirmam que não confiam em ninguém apenas neles mesmos. Nenhum jovem entrevistado mencionou como fonte de confiança qualquer instituição da comunidade ou da sociedade. A família foi a única instituição citada, em referência a irmãos, primos e a mãe.

Encontrei vários meninos que têm familiares no crime, que, pelo menos no Rio de Janeiro, está associado ao tráfico mesmo que seja como receptor de mercadoria roubada ou por colocar armas em circulação. Em contrapartida os jovens que “são do comando, mas não são comandados”, devem obedecer a uma rigorosa teia de troca de favores, devem reconhecer objetivamente o poder das facções. Existe um termo para isso: “fortalecer”. O “bom ladrão” é aquele que “fortalece” a comunidade, que sempre é identificada com a facção. Ou aquele que oferece bons negócios e presentes para a “rapaziada” da “sua” comunidade. É necessário

saber o momento de “fortalecer” a comunidade e não atrapalhar os negócios, atraindo policiais ou outros bandidos.

O envolvimento de parentes ou familiares com o crime, principalmente no caso do tráfico, é muito comum. Um dos rapazes disse que entrou nessa vida porque seu irmão lhe dava tudo, mas foi assassinado pela polícia. Ele então “revoltou” e entrou para o crime. Outro disse que não tinha ninguém da família dele nessa vida, só o irmão, que já estava saindo da cadeia, e o primo que morreu. O envolvimento do pai ou padrasto, ou de irmãos mais velhos, ou mais novos, primos, amigos e vizinhos foram mencionados em todas as entrevistas. Nenhum menino informou que entrou nessa vida sem ter sido influenciado por alguém próximo a ele, mesmo que fosse um amigo ou um conjunto de condutas comuns no cotidiano que foram observadas com interesse antes de serem seguidas como exemplo.

A maioria dos jovens foi criada em comunidades desassistidas, e declararam que os filhos eram importantes para o sustento do grupo doméstico na sua comunidade. O trabalho era instável para os jovens e seus familiares, que trocavam de emprego e passavam períodos desempregados. Os jovens relatam profundas dificuldades financeiras na infância, em alguns casos essa dificuldade atingia a alimentação e os jovens passavam fome, e reconhecem que nesse particular eles e os trabalhadores estão em igualdade de condições. Mas em alguns casos o que o jovem alegou faltar foram bens de consumo de luxo. Outro dado importante, é que como as famílias eram, geralmente, matrifocais, e por isso os filhos mais velhos trabalhavam, assim como a mãe e qualquer outro adulto para compor a renda, dentro de um contexto trabalhista explorador, os jovens declararam que ele e os irmãos passavam muito tempo sozinhos.

- A vida de vocês melhorou? Vocês estão tranquilos?

G1- Só naquela hora que tu ta ali curtindo com a mulher, se drogando. Só melhorou só de farra mesmo, pensar que se eu não tivesse essa vida de crime podia ter mais estudo, ser um advogado, ser alguém na vida. Mas to ferrado nessa vida do crime.

G2- A vida do dinheiro pode ter melhorado um pouco. A vida familiar piorou por que você ta roubando. Ali sua família não ta te aceitando como adolescente que você é. A minha família não me aceita como me aceitava antes. Por causa que eu virei um ladrão, um traficante igual meu pai: “Você podendo mudar de vida foi escolher a vida do seu pai!” Aí eu falo: “A vida não é a gente que escolhe não”. Eu vi meu pai morrendo e queria vingar a vida do meu pai. Aí me, entreti com aquele negócio e não consegui saí mais.

As relações interpessoais nos grupos domésticos se mostraram problemáticas. Alguns jovens acreditam que seus pais não eram felizes. A opção pelo mundo do crime aumentou a crise familiar. A punição física foi considerada como uma forma de educar. Nas entrevistas aparece uma “ciência da surra”: a mãe, principal agente de educação, que sabe bater só bate nas pernas ou nas nádegas. Os adolescentes, mesmo no caso de surras mais severas, se consideravam merecedores. A mãe também apareceu como aquela que aconselha. A figura do pai era mais fraca e em diversas situações vinculada à violência, sem seu componente educativo. O relacionamento difícil com o pai, o padrasto e madrasta, o relato de abandono, voluntário, ou não, as dificuldades financeiras, a violência entre os pais, e dos pais com os filhos, foram comuns nos relatos dos meninos e nas histórias que ouvi dos profissionais da escola e do DEGASE. O envolvimento dos adultos com as drogas, principalmente o álcool, também foi comum nos depoimentos. A entrada no mundo do crime é acompanhada de conflitos familiares mais graves. Nesses casos os irmãos mais velhos não envolvidos com o crime aparecem como mais um indivíduo envolvido na educação e em estratégias educativas violentas. Por outro lado, os jovens em conflito com a lei não se relacionavam com a família estendida. Os infratores relataram, principalmente, o afastamento dos familiares paternos, em função do mau relacionamento ou do falecimento do genitor ou padrasto.

Também foi muito comum ouvir dos jovens que o envolvimento com movimento se deu quando um parente seu, ou amigo muito chegado, foi assassinado, e a “revolta” ou a falta

de dinheiro, provocados pelo falecimento, levou o garoto a transpor a linha tênue que ainda o mantinha fora do crime.

Na pesquisa de Assis (op. cit.) isso também fica bem evidenciado. Nos relatos dos infratores, em 45,9% dos casos há envolvimento de parentes com o tráfico: irmãos, tios, padrasto, mãe, pai e primos. Em 11,4% dos relatos os parentes envolvidos em assalto são o pai, irmão ou o tio. Em seguida aparece o homicídio executado por irmão, pai ou cunhado, 9,8%. O restante dos jovens em conflito com a lei não sabe informar o delito, mas afirmam que têm parentes presos.

Nos depoimentos ficou claro que o grupo doméstico desempenha um outro papel importante na trajetória que leva o jovem ao envolvimento com a criminalidade: a vivência de situações violentas e a falta de supervisão dos adultos mais próximos. Nas entrevistas os jovens se referem a suicídios, morte por queimadura em crianças, acidentes de carro, espancamentos e mortes por homicídio. Os jovens demonstraram dois tipos de reação diante dessas situações: o desejo de vingança e/ou a “revolta” e o fatalismo. Alguns acreditam que não podem escapar dessas situações ou mesmo da toxidade do ambiente onde vivem porque são comuns ao trabalhador pobre e sua família.

- Eu não fumo na frente dos meus filhos, não vou para casa drogado, não porto arma. Não queimo o filme da minha casa. Eu tenho que respeitar minha mulher.
--

A mãe é idealizada pelos adolescentes. E são elas que se juntam na porta da instituição a espera da visita. Na festa de 2002 os meninos distribuíram uma letra de música que um deles fez durante as atividades de um projeto do Teatro do Oprimido que estava sendo desenvolvido na instituição:

## NOSSA MÃE

Só a nossa mãe  
Pra nos visitar  
Aqui na prisão

Passa humilhações  
Por causa dos seus filhos  
Pare de pensar  
Não volte atrás mais não

Ah, foi bom vir me visitar  
Pra ver se está feliz  
Linda e feliz

Ah, foi bom que me visitou  
Pra ver se o nosso amor  
Não se acabou

Mãe, mãe, mãe  
Apenas mais uma mãe

Os rapazes reconhecem que a mãe é a pessoa da família mais envolvida com a situação dos jovens em conflito com a lei. Demonstram também a percepção dos problemas que ela enfrenta por ter um filho detido em uma instituição como essa.

Os jovens se disseram crentes em Deus; mas não têm religião. As famílias pertencem, no geral, a igrejas evangélicas neo-pentecostais. Isso acirra, em muitos casos, a relação entre os infratores e os outros membros da sua família, que acreditam que os jovens estão sob a influência do diabo. Nesse caso os filhos devem ser exorcizados. A discussão sobre a adesão ao mundo do crime se despolitiza e as justificativas são particulares e metafísicas. Segundo Assis responsabilizar o demônio é uma forma de amenizar um possível sentimento de culpa por parte dos familiares e amenizar a responsabilidade da própria pessoa do infrator.

O estudo de Assis demonstrou que os jovens infratores e os não-infratores têm visões diferentes da família de origem. A visão dos infratores é mais idealizada, eles minimizam problemas e atitudes violentas de familiares, geralmente o pai ou padrasto. Esses jovens assumem essa vivência violenta ou problemática com fatalismo, como se isso fosse normal na vida dos pobres ou na sua própria vida. Os infratores minimizam os problemas familiares,

vivem distantes da realidade e se sentem envolvidos em uma realidade inevitável. Para Assis esse recurso à idealização demonstra maior necessidade de mecanismos internos de defesa diante de uma realidade com a qual o jovem não consegue lidar e tem dificuldade de se identificar.

Outra diferença fundamental entre os dois grupos mencionados acima é que os infratores têm dificuldade de manter um vínculo afetivo forte por causa da natureza das atividades de tráfico e por viverem, muitas vezes, dinâmicas familiares instáveis. Os entrevistados afirmam que a presença do pai ou até de mãe poderia tê-los afastado dessa vida. A falta de controle familiar sobre os infratores é muito importante. Muitas vezes esses familiares não convivem como jovem suficiente para se estabelecer um vínculo afetivo mais forte.

Entre os jovens entrevistados na unidade do DEGASE a conversa é bastante valorizada. Eles recordam com carinho de adultos que conversavam com eles: professores, parentes, familiares. Nas entrevistas as boas lembranças da escola estão vinculadas a relações de amizade com adultos e outros colegas. A confiança está associada a essa capacidade de dialogar.

- Eu paro em qualquer lugar. Vou mudando toda hora de casa. Por que se eu paro vagabundo vai me caguetar, vou rodar de bobeira. Então saio saindo, onde eu durmo, em qualquer lugar, durmo.
---

Outro aspecto fundamental para a compreensão das escolhas feitas por esses jovens é o grupo de amigos. Os rapazes em conflito com a lei têm amigos dentro do contexto do crime. A entrada no movimento marca um rompimento com as interações originais. O jovem vive seus dias e noites dentro das interações estabelecidas no comércio de drogas ilegais. Depois que a entrada nesse mundo se dá, aos poucos o jovem larga a escola e o trabalho e intensifica

os problemas de relacionamento vividos em família. Até porque ele se sente dono de sua vida e não aceita mais maus-tratos nem a autoridade dos pais.

Os rapazes afirmam que é difícil resistir a convivência tão próxima com o estilo de vida dos traficantes que ostentam os ganhos auferidos com comércio de drogas.

Alguns relatos recolhidos por mim entre os meninos do educandário denunciam que o envolvimento do jovem com drogas e o crime começam dentro da escola, sempre através das “más companhias”, das “galeras”. O baile *funk* também é apontado como um lugar de envolvimento na criminalidade. Os infratores apontam o baile *funk* como atividade de lazer preferida.

#### Interações na comunidade: geração de renda, amizade e valores defendidos

Apesar dos conflitos constantes todos os entrevistados apreciam o lugar onde vivem, principalmente por causa de sua densidade relacional. As relações com os vizinhos e amigos são fundamentais na percepção com o jovem tem de sua comunidade. No Rio de Janeiro a violência dentro da comunidade é bastante presente. E nos depoimentos os jovens a consideraram normal, característica da vida dos pobres. A polícia é rejeitada por todos. A violência policial é uma vivência importante para esse jovem. Relatos de humilhação também foram constantes. Apesar disso muitos deles afirmaram que a vida na comunidade era tranqüila. Essa demonstração de naturalização da violência também esteve presente em depoimentos de dos jovens entrevistados por Assis.

Os meninos relatam que passavam a maior parte do seu tempo nas ruas das comunidades, por causa dos amigos. Só que essas ruas foram consideradas, até pelos entrevistados, como ambientes perniciosos. Os jovens infratores relatam a exposição aos elementos constitutivos da rotina da comunidade ocupada pelos comandos. Citam a influência de colegas e familiares e o efeito do dinheiro fácil que essas figuras ostentavam.

Segundo Garbarino (2003), alguns ambientes são socialmente tóxicos e essa toxidade afeta a visão de mundo de todos que são expostos a esses ambientes. No caso em questão, o autor está se referindo a sociedade americana que não está conseguindo oferecer às crianças um ambiente emocionalmente saudável, o que tem gerado diversos problemas de saúde física e emocional. Assis (op. cit.) utiliza esse conceito para analisar a situação dos jovens frente ao contexto violento.

Mas podemos também discutir os efeitos da mídia sobre os adolescentes, que cria padrões de consumo e dissemina uma ideologia hedonista e sensualiza a infância, da mesma forma como o primeiro autor percebeu naquela sociedade.

Entre os meninos os amigos são principalmente do meio infracional. É preciso destacar que esses jovens vivem a totalidade da sua sociabilidade dentro do contexto do movimento. Muitos não podem sair de sua comunidade e vivem o lazer e as relações com familiares e afetivas no contexto da facção. As experiências de socialização e interação estão restritas e esse universo, por necessidade, opção e como desdobramento do estilo de vida que levam. Nas comunidades, as famílias que controlam seus filhos os mantêm afastados dos locais de movimentação do tráfico. Então, os jovens que por ali circulam acabam compondo um grupo de convivência mais fechado e pouco rico.

- Me envolvi por que comecei a andar com eles, soltar pipa com eles.

A amizade é um derivado da vida cotidiana e muitos jovens vivem presos em suas comunidades e valorizam os amigos que conhecem desde a infância. A pouca estabilidade da vida provocada por mudanças de moradia, problemas com a polícia e morte dos amigos, dá aos amigos antigos. Mesmo no sistema correcional as relações de amizade estabelecida na comunidade são importantes. Os jovens encontram vizinhos e parceiros do mundo do crime. Até os jovens que preferem trabalhar sozinhos, “na pista”, encontram parceiros.

No seu estudo Assis (1999) verificou que os parentes não-infratores vivenciam uma teia de sociabilidade mais rica. Eles freqüentam a família estendida, a igreja e outras comunidades. O lazer também é diferenciado: eles podem ir a praia, viajar. Enquanto que os infratores geralmente se divertem no baile de comunidade, financiado pelo movimento, e nas festas promovidas pelo movimento dentro da comunidade. Nos bailes *funk* os infratores relatam que o principal atrativo é a violência, o fato de poder entrar armado e brigar com os “alemães”. Nesses bailes é que consolida a reputação das galeras e as rivalidades entre os grupos rivais se mantêm.

Entre os meninos também foram relatados gastos com a comunidade, como forma de manutenção dos vínculos e desempenho de um papel. Eles alegam que a vantagem de participar do crime é o acesso aos bens de consumo, então precisam demonstrar que estão realizando suas metas. Como demonstrou Elias (2001) em seu estudo sobre as obrigações sociais dos sujeitos que participam de qualquer tipo de interação. Nas situações de encontro é preciso parecer ser aquilo que se é de direito ou de fato. Ou seja, o indivíduo, para além de ocupar uma posição, deve agir diante dos outros como se espera que uma pessoa na sua posição aja. Nessa concepção o indivíduo, nas relações sociais em tempo real, está sempre sendo monitorado, controlado e avaliado pelos outros, no sentido de que deve demonstrar que está apto para ocupar a posição que ocupa. O jovem que opta pela vida no mundo do crime deve agir como alguém que realiza as expectativas implicadas na escolha que fez, entre elas a de ter dinheiro e poder. E a ameaça de violência é uma das formas de se garantir o controle sobre o curso das condutas. Assim como os nobres da corte, o jovem infrator para além de ter dinheiro precisa parecer que tem dinheiro. Essa é a forma de reforçar o estilo de vida escolhido e consolidar uma imagem diante da comunidade e de outros jovens, candidatos a uma vaga no movimento. Uma outra dimensão dessa relação é o envolvimento afetivo com os

moradores que o viram crescer e a empatia por conhecerem os problemas financeiros vividos pela população.

O trabalho é vivido na sua dimensão instrumental: ele é uma fonte de renda. Não há preocupação com realização profissional. Os rapazes vêem o trabalho como uma espécie de humilhação ou como forma de se redimir diante da sociedade. Esse foi o modelo presente na socialização dos jovens.

Os infratores não são muito realistas quanto ao futuro e não elaboraram um projeto de vida baseado na sua capacidade interna de escolher e mudar. Os jovens esperam um milagre: ganhar muito dinheiro e ir embora com a família. Os que são mais realistas querem ascender no tráfico. Os infratores não demonstraram ter uma visão muito sensata da situação de vida que vivem. Alguns meninos afirmam que é melhor não pensar sobre isso.

No estudo realizado pelo Observatório de Favelas (2006) também se verificou que eles acreditavam que só poderiam mudar de vida quando ganhassem muito dinheiro e mudassem da comunidade onde viviam.

O roubo é considerado como uma resposta legítima à convivência com os extratos sociais superiores. Os jovens não se sentem responsáveis pela morte de suas vítimas durante um assalto. Eles preferiam que a morte não tivesse acontecido, mas a vítima reagiu e por isso morreu. Roubar para sobreviver não é errado.

O dinheiro ganho com os atos infracionais no Rio, se direciona quase que exclusivamente para o consumo de roupas e acessórios de marca. E para impressionar as moças: “cavalonas” ou “mercenárias”, que só andam de “carrão” e gostam de diversão “neurótica”, mas que não servem como companheiras. Isso demonstra a forma contundente como mídia dirigida ao consumo adolescente e infantil atinge esses jovens. Outra forma de gastar o dinheiro é com diversão. O que reforça também a cultura hedonista.

A facilidade com que os adolescentes conseguem uma arma para praticar seus roubos é um indicador da sub-cultura do combate disseminada pela ocupação das favelas pelos comandos. A demonstração de poder e acesso ao consumo é a principal preocupação desses jovens, que querem vender uma imagem de incluídos no universo delimitado pela propaganda. O tráfico e o crime de maneira geral é a única forma de participar desse mundo. A infração define um estilo de vida e as relações com a família, a comunidade, os amigos.

A idéia de “revolta” é muito comum nos relatos e é ela que justifica a opção pelo envolvimento com a infração. A “revolta” pode se vincular a ação da polícia, ao assassinato de algum parente ou amigo, ou pode ser dirigida à sorte, pela morte do pai ou da mãe por motivo de doença. Ou pelo abandono do pai ou da mãe. Os adolescentes parecem estar a um passo da entrada no mundo do crime. Os motivos alegados são pequenos comparados as conseqüências da decisão tomada.

Também foi motivo alegado o desejo de comprar coisas caras. A vingança pessoal aparece como justificativa dos homicídios. Um dos jovens afirma que desde pequeno se interessava pelo movimento e que tinha plano de crescer e se juntar ao grupo. A ideologia da justiça contra os culpados também apareceu. Não é errado matar quem merece morrer, mesmo que esse sujeito seja você mesmo ou algum amigo.

Os infratores convivem com armas de fogo desde muitos jovens. Já haviam brincado com ela, escondido de familiares ou com armas dos traficantes. Os jovens acreditam que a comunidade é um campo de batalha. Mesmo os não-infratores entrevistados por Assis entendem a lógica de honra envolvida na vingança pessoal, relativizando a culpa do parente em função de justificativas de estarem em guerra. Apesar disso, os não-infratores atribuem a entrada do parente no tráfico à falta de força para resistir às influências dos amigos. Os infratores são considerados jovens de “cabeça fraca”.

O tráfico também foi considerado como atividade mais complexa pelos entrevistados por que exige uma capacidade de respeitar limites e observar regras rígidas de conduta e hierarquias. O tráfico não é uma das opções mais lucrativas e alguns jovens que estavam presos por homicídio ou roubo, afirmaram que largaram o movimento para ganhar mais na “pista”. Mas mesmo esses incorporaram a ética do combate ao outro comando e sabem que não é seguro andar em comunidades de “alemães”.

G1- Não é fácil. O trabalho é pesado. Você não pode falhar. Qualquer hora tem que tá ali: sol, chuva, tem que tá ali. Mas eu ganho na semana o que o outro leva um tempão.  
G2- Mas pode ganhar uma moral, ganhar um cargo, uma gerência.  
G1- Mas tem que ser bom pra ganhar isso. Tem que ter mente, mostrar que age na pureza. Tratar bem o morador, em primeiro lugar. Prestar as contas certinho. Ser um cara de confiança.  
- Na pureza?  
G1- Procurar ajudar o morador. O patrão fala que em primeiro lugar é o morador. Se tiver moral você vai ter condição de ajudar.

#### Condutas tipificadas, auto-regulação e monitoração reflexiva

O papel desempenhado pelos sujeitos nas diferentes situações vividas é escolhido na relação desse sujeito com os outros sujeitos. Ele se forma a partir de um processo de análise, onde o jovem se compara com os outros e procura por semelhanças e diferenças e analisa a situação tentando descobrir qual a melhor conduta a ser tomada naquelas condições.

As situações vividas dentro e fora do internato são analisadas em busca da verdade contextual e as atitudes tomadas são avaliadas a partir de um conjunto de modelos idealizados de conduta reconhecidos por todos.

No caso dos jovens que atuam nos comandos, os adultos com os quais eles convivem e a convivência dentro da comunidade são o terreno onde buscam identificação. Nas comunidades modelos de conduta foram tipificados e figuram no discurso dos jovens a respeito de si mesmos e dos outros. Na verdade, o jovem, em função da flexibilização da tradição, se vê em condições de manipular modelos concorrentes em busca de melhor

desempenho em cada situação. A auto-regulação busca amplificar os ganhos e diminuir as perdas nas interações. Mas a atitude assumida diante da comunidade será monitorada pelo conjunto de amigos e oponentes.

Existem diversos tipos idealizados de conduta, às vezes contraditórios, outras vezes complementares, concorrentes no campo de ação dos meninos: o de “bandido formado”, o de “bandido mendigo” ou “sanguinário”, “neurótico”, o do “verme”, o do “trabalhador”, o do “playboy”, o do “morador”, “viciado”, “vacilão”, “otário”, o de “comandado” e o de “ladrão” – que é do comando mas não é comandado. Esses foram os tipos idealizados mais recorrentes encontrados nas entrevistas. Cada um deles, a seu modo, esteve presente no processo de auto-regulação e monitoração reflexiva posto em curso pelos jovens com os quais estive em contato nas instituições de atendimento ao infrator. Os cursos de conduta tipificados são também fundamentais para o estabelecimento de identidades coletivas. Muitas vezes é o antagonismo ou a complementaridade entre eles que define as escolhas individuais e as análises sobre o seu comportamento e o comportamento dos outros nas situações de encontro.

O “bandido formado”, tipo mais valorizado, não “esculacha”, respeita a família acima de tudo, não mata em vão, não rouba trabalhador, não é aquele tipo que quer aparecer, que conta bravata, no trato com as pessoas ele sabe dar idéia, é corajoso, tem palavra, não deixa humilhar, é frio e humilde – a idéia de humilde na entrevista com o segundo grupo de Terceiro Comando surgiu na expressão “não age como se fosse riquinho”. O “bandido formado” também não se envolve em conflitos inúteis, nem se bate em lutas que possam comprometer sua lenda pessoal.

A calma é um atributo do “bom bandido”, aquele que demonstra estar preparado para esta vida.

G1 – Sou tranquilo. No seqüestro eu fico calmo. Eu deixo minha vítima solta no cativeiro, não deixava amarrado. Via televisão o dia inteiro. O que eu comia a vítima comia. Eu não ficava no desespero da vítima fugir, de pegar a arma, fazer isso.

G2 – Bandido tem que ser tudo calculista.

Antes de qualquer coisa é necessário estabelecer uma diferenciação básica entre o “bandido” e outras identidade típicas. “Bandido” é o termo usado para designar as figuras do movimento. Essa é a identidade típica mais ampla. Ao “bandido” se contrapõem os “trabalhadores”, o “ladrão”, o “verme” e o “vacilão”. Ser “bandido” significa acima de tudo não trabalhar para viver. Além disso, esse sujeito não age autonomamente porque pertence ao comando, não trai as regras da comunidade e usa de “sabedoria” no seu relacionamento com os outros e nas situações de vida.

O termo “bandido”, combinado com outro adjetivo que define o sujeito, apesar de estar vinculado aos comandos, também é usado para se referir a outros tipos. O “bandido mendigo” é aquele que rouba pobre. O “sanguinário” ou “neurótico” é aquele que demonstra não ter equilíbrio emocional, que mata sem necessidade e usa despropositadamente o recurso da violência na resolução dos conflitos cotidianos. O “verme” é o pior ser na escala do mundo do crime. Ele não chega a ser humano porque não tem vida autônoma: o “verme” vive as custas do trabalho dos outros. Esse termo é usado para identificar os inimigos, geralmente policiais e membros de outros comandos. O “playboy” é o sujeito rico que leva a vida mansamente. Ele não trabalha, mas não oferece perigo como o “verme” porque ele é um “filhinho de papai”. O “playboy” é um “otário”, termo usado pelos meninos também para designar o trabalhador quando o que se quer destacar é o fato de que apesar de ganhar mal e de ser humilhado pelo patrão ele continua sendo honesto. O “viciado” e o “vacilão” se misturam. Na verdade o “viciado” é sempre “vacilão”: ele atrapalha, mas não oferece perigo. O “comandado” é o jovem que pertence às facções e o “ladrão” é o criminoso autônomo.

Esses tipos idealizados geralmente se apresentam em pares antagônicos. Ao “formado” se contrapõe o “sanguinário”, ou “neurótico” ou o “mendigo”. Ao “playboy” se contrapõem o “trabalhador” e ao “bandido” de maneira geral. O ladrão está em oposição ao “trabalhador”, ao “morador” e ao “playboy”. A contraposição entre o “morador”, ou

“trabalhador”, e o “bandido” é básica. Ela separa universos fundamentais e distintos a partir dos quais todos os outros tipos se definem dentro das comunidades ocupadas. Todos se diferenciam dos “vermes”.

Nesse universo multifacetado os meninos crescem e são desafiados a assumirem uma identidade e a tomarem partido de um lado: o do trabalho ou o do crime. A adesão a um dos grupos deve ser reconhecida pelos demais membros do grupo escolhido de maneira que permita a monitoração do comportamento. Agir conforme o grupo, ser comandado fiel, fortalecer a comunidade, são comportamentos cobrados de todos os jovens que atuam no mundo do crime, sob pena de serem punidos até com a morte.

Uma personificação do homem corajoso, o “bandido disposição”, é o “fiel”, nome dado ao segurança da principal figura da boca, demonstrando que em um contexto onde o que vale é o que se faz e se assume publicamente, a lealdade é uma característica muito valorizada. Fidelidade é atributo que se espera de alguém em quem vamos confiar nossa vida.

Por outro lado, polícia e “bandido”, segundo a literatura e os depoimentos de jovens entrevistados por vários pesquisadores, atuam como juízes e executores de sentenças, sumárias, justiça ilegal, mas eficiente em alguns contextos, como as comunidades ocupadas. Por isso atuar no tráfico requer uma sabedoria que o menino reconhece necessária e difícil.

As “más companhias” são justificativas tanto dos infratores como dos profissionais da instituição e das famílias. Esse termo se refere a amigos de rua, colegas de escola, vizinhos, parentes e familiares. A revolta, a tristeza, por perder os pais seria um complemento, ou mesmo um estopim de um processo de interação que já está em curso.

G1- Eu acho que eu não escolhi. Eu acho que foi pelo que eu vi acontecer.  
G2- Você entra embalado, mas aí quando você vê o bagulho sério...!  
G3- Eu escolhi, não fui no embalo de ninguém. A única opção de trabalho que tinha era trabalho pesado. Eu trabalhei de ajudante de obra. Trabalho pesado pra caramba pra ganhar por mês cem real. O crime é pesado pra caramba mas ganha dinheiro bom.  
G4- Eu escolhi, levei ela a frente então escolhi ela pra mim mesmo. Vou sair daqui, vou procurar trabalho. Mas vou sair daqui, vou cair na pista, não tem como, vou meter a mão de novo, vou roubar de novo. Vou ficar nessa até me levantar ou morrer.

Os meninos acreditam que precisam se defender de seus inimigos. A auto-afirmação também aparece como explicação para o delito. O jovem afirma que era respeitado na comunidade e que se sentia muito importante, muito forte dentro das atividades do tráfico. Demonstrar ter disposição para matar é um indicador de que o jovem está pronto para entrar no tráfico. Ele é considerado um sujeito com disposição. Os jovens envolvidos com o tráfico demonstraram orgulho em pertencer ao grupo, mas o envolvimento com o tráfico acarreta outros delitos como homicídio, furto e roubo.

Os jovens afirmam que não matam trabalhador, por que o trabalhador é considerado como um inocente, alguém que está do lado certo. Outros afirmam que seus familiares também são trabalhadores e que, por isso não roubam trabalhador. Os meninos respeitam o pai de família trabalhador e o pedestre. O carro é um símbolo de classe. Eles afirmaram que só roubam quem tem dinheiro e por isso anda de “carrão”.

G1- Vou roubar trabalhador? Vou roubar o leite do filho?

G2- Eu acredito que rico que não se preocupa com ninguém tem mais é que ser roubado, mas trabalhador não. Mas roubar e seqüestrar é errado até certo ponto.

Ao entrar para o tráfico o jovem define diante da comunidade e dos outros a opção por uma nova vida. A marca dessa nova vida é a arma. O jovem que entra para o circuito vertiginoso do crime é aquele que “mete a mão mesmo” – referência ao porte de arma. Isso se dá de forma diferente quando os familiares também estão envolvidos. Os jovens se sentem poderosos por fazerem parte dos comandos. As hierarquias também se baseiam na lenda pessoal do jovem que demonstra coragem, disposição para matar e ousadia – atributos percebidos e demonstrados nas relações interpessoais. Mesmo os não infratores conhecem essas regras e sabem que para algumas crianças a vida dos bandidos serve de modelos.

O tráfico é uma vida vertiginosa, sem volta, sem amanhã. Alguns se consideram “suicidas”, que são capazes de tudo para defender a “causa”, o território e o respeito de não

aceitar que ninguém fira sua honra. Vivem a vida sabendo, ou aceitando, que vão morrer a qualquer momento, ainda jovens. Não têm projetos de futuro. As vitórias contra a polícia e os inimigos de comando são comemoradas com festas para a comunidade. A entrada no tráfico afasta o jovem do seu convívio original. Eles passam a viver na roda-viva do movimento, dormindo em hotéis, comendo na rua e convivendo apenas com outros membros do movimento.

Os jovens falam da geração dos mais velhos, com quem aprenderam a “sabedoria” do movimento. Um dos jovens diz que a maioria das pessoas da geração do irmão mais velho já morreu. Um jovem que vem de uma família de traficantes é considerado um cara de “conceito” na boca, a entrada dele para o crime é mais fácil, mesmo que ainda seja criança.

A convivência com o movimento, o envolvimento de conhecidos, vizinhos, amigos, familiares e parentes, levam muitos jovens a aspirarem desde cedo a participação naquela dramaturgia onde o prazer e o poder são os bens imediatos que justificam o risco, e muitas vezes, a certeza da morte e o confinamento na comunidade. O baile *funk* também aparece como um componente importante na socialização desse jovem no mundo do crime. O jovem concilia a atitude ousada e disposta, como quem acredita que é invencível – características de jovens em geral – com uma aceitação da idéia de que a morte é comum, e que sair dessa vida só se for pela via da morte ou da cadeia de adultos. Alguns afirmam que para cadeia de adultos não vão, preferindo morrer em combate. Eles percebem que vivem uma vida peculiar, desvinculada da vida de pessoas comuns, “a vida errada”, “a vida louca”, “a vida neurótica”.

- Curtir um baile, um pagode. Ver as meninas dançando *funk* distrai a mente.

Os relacionamentos estabelecidos no mundo do crime, inclusive nos sistemas de atendimento ao jovem em conflito com a lei, com amigos, vizinhos, parentes e familiares, amplia a visão fatalista de que esse é o destino que foi reservado para eles. Esse fatalismo se

materializa na visão idealizada da vida, da comunidade e da família. A realidade irremediável precisa ser observada através de uma lente que proteja esse menino. Para o jovem viver até ser mais velho está condicionado a estar preso, fora de combate.

Os jovens constroem a respeito de suas vítimas uma concepção que justifica sua atitude: são ricos egoístas, inimigos dispostos a matá-los ou pessoas sem moral e respeito pelas leis do tráfico ou pelas leis de reciprocidade estabelecidas entre o tráfico e a comunidade. Nem a vida do outro nem a sua própria vida têm valor. Nas entrevistas é possível observar o diminuto nível de tolerância às diferenças, o acirramento da luta pelo território devido às dificuldades de sobrevivência, a facilidade de obtenção de armas de fogo, potencializando disputas fatais, e a crise social provocada pelo tráfico de drogas.

Assis (op. cit.) considera que os jovens envolvidos com o tráfico de drogas vivem uma situação existencial mais grave. A estrutura do tráfico dá a essa atividade uma legitimidade que é confirmada pelo valor do movimento na comunidade, pela força que ele representa na sociedade e pela convivência com personagens que estiveram presentes na vida dos jovens durante sua socialização.

Entre os jovens que conheci no sistema de atendimento a compreensão da lógica de se defender dos inimigos é comum. Os policiais são considerados como um grupo de outros, contra os quais é preciso ter cuidado. Roubar é uma atividade que se justifica na desigualdade social, desde que a vítima não seja um trabalhador. Os jovens também relatam abusos policiais e humilhações sofridas relatam desconfiança e a percepção de que o tratamento oferecido a eles e aos moradores da comunidade está vinculado a condição de pobreza.

Segundo os jovens entrevistados eles entraram nessa vida em busca de dinheiro, respeito e mulher. A idéia do “sangue ruim” é comum a esse grupo e expressa a percepção de que há algo de mal no íntimo de alguns jovens. Esse sangue ruim se diferencia da idéia de “mente fraca”. A vida no crime é trilhada pelos sujeitos que se deixam influenciar ou que

nascem com propensão ao crime e a maldade. As más companhias são fundamentais na problemática do envolvimento no tráfico, já que os traficantes circulam pelos espaços das comunidades ocupadas, dividindo-os com as crianças e os jovens sem supervisão familiar ou escolar.

A escola não aparece como uma instituição significativa para eles. Os rapazes relatam problemas com a vida escolar e demonstram um desinteresse em relação a tudo que diz respeito a ela. A escola que existe dentro do educandário, porém, é bastante valorizada. Mas, os meninos se referem a ela como a única opção de lazer, onde podem “distrair a mente”. Eles também demonstram respeito pelos professores. Um dos rapazes disse que a importância da escola pode ser medida pelo fato dela não ter sido atacada durante as rebeliões. Os profissionais da escola são percebidos diferentemente dos profissionais do DEGASE, principalmente os agentes.

Muitos dos meninos já havia abandonado a escola na época que os conheci. Entre os motivos alegados para o abandono da escola temos a necessidade de trabalhar e a má qualidade dos relacionamentos entre eles e os outros alunos e professores. O baixo desempenho também foi significativo.

<p>- Meu pai tem estudo, tem primeiro e segundo grau, pra mim tem estudo por que eu to na sexta série. E ele não tem emprego bom, e nunca teve. Ele é sapateiro. Ninguém dá uma oportunidade a ele. Aí eu já acho que não adianta de nada, estudar o que!</p>
---

A escola tem pouco sentido na vida deles porque não se articula com outras dimensões da vida. Além disso, entre os jovens em conflito com a lei não há uma demonstração de interesse em mudar a escola e a comunidade. Os rapazes também não demonstraram interesse em qualificação e ascensão profissional e aceitam o desempenho de posições subalternas, desde que a remuneração fosse mais justa.

Os não-infratores entrevistados por Assis também relatam momentos na vida em que pensaram em se drogar ou agredir alguém, mas que não se deixaram levar por que não tinham mente fraca. Eles também reconhecem o sentimento de revolta que está presente nas justificativas dos infratores.

Na verdade os jovens têm bons motivos para acreditar no que acreditam. E as conclusões a que chegam são confirmadas pela realidade. As justificativas dos jovens só não são ouvidas e seu processo de pensamento permanece desconhecido por que não existem canais para que eles se expressem. A revolta, que assume formas violentas nas periferias da cidade, alimentada pelos interesses comerciais do tráfico local e das elites do tráfico, é um sentimento conhecido de moradores dessas localidades. Ela é compartilhada, mesmo que não seja aceita como justificativa pelo conjunto da sociedade. A hipocrisia dos agentes de repressão e dos consumidores que estabelecem uma relação ambígua com o crime de tráfico cria as bases para que esses jovens não reconheçam a autoridade moral das instituições sociais encarregadas de avaliar suas atitudes. Para eles, apenas a mãe e Deus estão em condições de julgar as atitudes tomadas dentro do contexto do crime. Ser preso é obra do acaso, morrer também.

Dizem que sofrem por matar e que, por isso, só matam pessoas que merecem. Um deles nos diz que nunca matou suas vítimas de assalto, só policial e a mando do traficante, gente que vacilou. O “vacilão” é o sujeito do meio deles que deixou de cumprir as regras. A idéia hegemônica de homem envolve a capacidade de defender sua honra.

- Mas pode roubar na sua área?  
Vários garotos – Não!  
G1 – Na nossa área não. Na área perde a cabeça.  
- O que mais o traficante manda fazer? O que não pode fazer?  
G2 – Tem que respeitar morador. Não pode roubar onde você mora.  
G3 – A gente tem dez mandamentos.  
- Quais?  
G3 – Só que eu não tenho todos na cabeça. É...  
G2 – Não matar em vão. Respeitar o próximo.  
G1- Se é para matar vai lá e mata, não fica esculachando.

O envolvimento dos rapazes com o crime foi se aprofundando. Desde 1986, quando todos eram autônomos, até hoje, quando o envolvimento com os comandos é o que leva a maioria dos jovens para aquela instituição. O envolvimento dos meninos com o tráfico acompanhou a organização das facções e do processo de trabalho. O uso de tecnologias mais avançadas e a diferenciação das funções são indicadores dessa sofisticação. Em 2002 os meninos se referiam ao “olheiro” como a primeira função na carreira do tráfico. Em 2006 a mesma desempenhada pelo “radinho”: Além de aparelhos eletrônicos de comunicação, os jovens também se referem a outras formas de investimento na qualidade dos trabalhos nos comandos.

G1 – As vezes tem treinamento dentro da mata.  
G2 - É pra ter noção, mesmo.  
- Tem arma mais fácil de atirar?  
G3 – Mas na minha precisa saber palmear. Se não palmear você vai dar tiro errado.  
- O que é palmear?  
G3 – Palmear é querer dar tiro na cabeça e mirar no peito.

Os meninos acreditam que não é possível acabar com as atividades do tráfico porque percebem as ramificações dessa atividade com a sociedade de maneira geral, com suas contradições e estrutura.

O tráfico pode acabar?  
G1- O dia que acabar o tráfico, acabou a polícia. O policial já gosta disso. E o morador gosta mais do tráfico do que do governo. O traficante fortalece mais do que o governo.  
- Você acha que o crime é trabalho?  
G2 - Não é trabalho mas é um jeito de tu se equilibrar na sua vida, mais um pouco. Eu não vou pra matar, eu vou pra roubar ele. Estou tentando arrumar meu dinheiro do meu pão de cada dia.

Mas o jovem também é atraído pelo dinheiro fácil e pelo poder das armas. Não quer que movimento acabe, apenas que a polícia deixe o negócio de venda de drogas ilegais seguir seu curso cotidiano. Apesar de justificar sua escolha pelo crime com a revolta contra as desigualdades sociais e pela ação da polícia, o que realmente os interessa no mundo do crime é poder e o dinheiro que podem mudar o cenário da sua vida de pobre urbano. Os argumentos

com os quais explicam a conduta são fracos: “Eu tinha um irmão que era ladrão e me dava tudo e ele foi morto e eu entrei mesmo para essa vida”, ou “Meu pai foi embora e eu revoltei mesmo!”, ou “Vi meu pai morrer e ai meti a mão para vingar ele”. Na verdade, se dizem “revoltados” com a sociedade de consumo, mas acolhem a ideologia individualista pautada no sucesso e no poder. E dentro da cultura do combate acreditam, sem refletir, na lógica da vingança, da honra de destruir o inimigo, mesmo sabendo como é difícil o caminho de volta. A partir de sua opção, quando eles efetivamente “metem a mão” e decidem virar “menorzões mesmo”, entram em um circuito particular e suas atitudes precisam refletir a escolha feita e a lealdade ao grupo. Desse ponto em diante os jovens tomam decisões dentro dos limites da auto-regulação e da monitoração de outras pessoas, que se materializa na padronização das relações sociais e do papel desempenhado pelos sujeitos nessas relações.

## CAPÍTULO 6

### O CONTEXTO DA OCUPAÇÃO DAS PERIFERIAS E O PAPEL

#### DESEMPENHADO PELOS JOVENS NA REPRODUÇÃO DA VIDA QUE LEVAM

O crescente envolvimento dos jovens com o narcotráfico está fundamentado na ampla desigualdade social e na dificuldade das populações pobres de terem acesso à educação e salários dignos, entre outros fatores que contribuem para a melhoria das condições de vida. Entretanto, essas determinações estruturais, fundamentais para a compreensão da passagem ao ato infracional, não devem obscurecer o aspecto subjetivo da “escolha” individual. (Zamora, 2005,137)

Minha pesquisa acabou por confirmar o modelo usado por Assis (1999) para entender a delinquência: a falta de controle das instituições básicas, entre elas a família, e a escola, e a influência do grupo de convivência, principalmente os amigos, foram peças fundamentais na escolha pelo mundo do crime como estratégia de geração de renda e grupo de convivência. Isso também se confirma em outros estudos empíricos (Dowdney, 2003; Zaluar, 2001; Misse, 1999; OIT, 2002; Observatório de Favelas, 2006; NEPAD & CLAVES, 2000). Um dos motivos alegados pelos moradores da Cidade de Deus para que os jovens ingressem na vida do crime é a falta de supervisão de familiares adultos e o grupo de amigos (Zaluar, 2000). O grupo de amigos do movimento foi fundamental para a escolha da vida no crime pelos sujeitos desse estudo. As instituições sociais de controle também se mostraram enfraquecidas. As duas instituições mais importantes aparecem bastante comprometidas: a família e a escola. No caso dos infratores o comprometimento do significado da escola e a desarticulação dessa instituição com outras dimensões da vida foram flagrantes.

Os rapazes em conflito com a lei também se consideram como pessoas mais arrojadas e corajosas, diferente dos “otários”, dos “playboys” e dos “vermes”. Outra característica revelada pelas entrevistas é que esses jovens gostavam de estar na rua e que corriam riscos com mais facilidade. Na verdade eles afirmaram que estar “embalado” é uma característica

comum a pessoas da idade deles. Além disso, esses rapazes demonstraram uma revolta diante das dificuldades da vida: financeiras e emocionais.

A revolta leva à rebeldia e a uma dificuldade em controlar a agressividade. Outro fator subjetivo importante é a dificuldade de resistir às influências do meio, principalmente dos amigos. O jovem em conflito com lei se considera em muitos aspectos como alguém que tem a “mente fraca” e que está na idade de ser “embalado”.

Os entrevistados também demonstraram uma falta de valor pela sua vida. Optam por viver o hoje, mas fazem o que gostam. Vivem a vida em alta rotatividade, não refletem sobre o futuro, não fazem planos nem de curto, nem de longo prazo. Vivem na vertigem da atividade do movimento que só é quebrada pelos tempos de internação ou pela morte. Os rapazes não têm uma noção convencional do certo e do errado, e mesmo quando essa noção aparece, ela é pouco profunda.

Mas é preciso dizer também que os não-infratores entrevistados por Assis (op. cit.) também se disseram tentados pelo crime. Eles sabem que seu futuro não vai ser fácil e alguns informantes não afastam definitivamente a possibilidade de se envolver na infração e um dos meninos disse medo de ser violento com os filhos, caso venha a ser pai. Os jovens que crescem nos territórios ocupados pelo comércio varejista de drogas ilegais estão marcados pelas condições de vida que vivem nessas comunidades.

O limite existente entre ser ou não infrator pode ser ultrapassado a qualquer instante por qualquer pessoa, mesmo pelos não infratores que têm, a todo instante, de provar sua força de vontade e determinação, em um ambiente comunitário que favorece a opção por meios ilegais e violentos para se obter algo na vida (Assis, op. cit., 205-206).

Em alguns casos mesmo o menino não sabe dizer ao certo como se envolveu com o crime. Ele estava circulando nos espaços públicos da comunidade “soltando pipa com amigos, batendo papo” e, sem perceber começou a fazer pequenos serviços ou estava guardando

mercadorias e armas para o movimento. Zaluar (2000) também identificou que havia entre os moradores uma crença na idéia de que em alguns casos o envolvimento com o crime aconteceu sem que o sujeito tivesse culpa, ou se desse conta, por força das circunstâncias da situação e da idade.

Também estão em jogo na escolha individual a necessidade de ser reconhecido como pessoa de valor dentro da comunidade, capaz de se equiparar ao trabalhador honesto no que diz respeito a capacidade de enfrentar situações difíceis em nome daquilo que valoriza. Por isso é que o que valoriza o “bandido” para ele subir na carreira do tráfico é o “sofrimento”, o mesmo sofrimento que os meninos afirmam que é um atributo do trabalhador honesto. Na estrutura das facções quando o sujeito “sofre” pela vida no crime ele merece “conceito”. Quando os sujeitos “fortalecem” a comunidade eles acreditam que estão fortalecendo uma relação de respeito que exclui certas pessoas, os não moradores, e se sentem pertencendo a um grupo forte e coeso e comunitariamente significativo, um grupo de “conceito”.

A estrutura do tráfico nas comunidades dá a esse negócio e aos seus “negociantes” uma legitimidade diante das novas gerações de moradores que é confirmada pelo valor que o movimento tem na comunidade, pela força que ele representa na sociedade e pelo papel que esses personagens desempenharam no contexto comunitário durante o processo de socialização dos jovens. Também é fundamental nessa escolha a aceitação da legitimidade da justiça sumária praticada pelas facções e o costume de resolver as coisas na ameaça de violência ou na violência explicitada.

Os meninos afirmam que nesse universo eles também apreciam a excitação. Há entre os jovens uma vontade de ficar “ligadão” de estar “embalado”, agindo sob a influência dos outros e da situação. Eles gostam do combate porque são ocasiões em que podem colocar em curso os atributos capazes de destacá-los nas interações que estabelecem. É nas situações de combate que o grupo vai poder avaliar sua lealdade, coragem, tranquilidade e ousadia,

atributos do “bandido formado” e do “macho-disposição”. Também é no conflito que as facções reiteram seu controle sobre a favela e demonstram que são o único grupo capaz de defender a comunidade de seus inimigos. Os inimigos do tráfico são os inimigos da comunidade, isso faz deles aliados e também justifica as regras envolvidas na reciprocidade. Por isso para todos o certo, que é explicitado até pelo “patrão” dos meninos, o “dono”, é que “o respeito ao morador deve vir em primeiro lugar”. Desrespeitar o morador é minar as bases da reciprocidade porque nega a identidade e o reconhecimento mútuo. Os integrantes dos comandos sabem que é preciso zelar pelo vínculo que une cada “rapaziada” à “sua” comunidade, que se materializa no fato de todos, “bandidos” e “trabalhadores”, terem nascidos e serem criados em territórios da periferia, abandonados pelas políticas públicas e a mercê dos abusos de poder dos agentes de segurança.

Por outro lado, no papel desempenhado pelo jovem na reprodução de sua vida tal como ela é também é necessário destacar o fato de que os meninos estão em busca de adrenalina, querem diversão, emoção e independência. Muitos meninos me disseram que a vida que levam é boa porque gostam de “balada”. Por isso o roubo é o crime mais valorizado, porque envolve riscos maiores e não está montado em uma estrutura de proteção com base no controle do território ocupado pelas facções.

Na estruturação da vida e dos cenários por onde circulam esses jovens às escolhas e características individuais soma-se uma estrutura da reprodução das situações vividas no mundo do crime dirigida aos criminosos pobres. E nessa estrutura o sistema de justiça e de segurança é peça fundamental. E essa estrutura, como se dirige a um grupo de criminosos específicos, acaba por fortalecer entre todos o ideal típico de bandido e de crime: o bandido pobre e o crime por ele praticado.

Quando a sociedade e o estado estabelecem hierarquias entre os delitos e dirigem as iniciativas de controle e punitivas para um só grupo social, para o crime mais visível, no caso

em questão, o crime dos pobres, organizados ou não, estão construindo estruturas de reprodução do crime em determinados territórios da cidade, dirigidos e frequentados pelas populações pobres. Misse afirma que, na verdade, o bandido que está preso é o bandido típico: pobre, analfabeto, homem, afro-descendente. É essa situação se sustenta na falta de acesso à justiça de amplos setores da sociedade que têm dificuldade em se defender.

A percepção da existência dessa estrutura e do tratamento desigual oferecido pelo estado aos seus cidadãos faz da “revolta” uma justificativa válida. A falta de justiça social une trabalhadores e “bandidos” em uma única categoria: a de pobres urbanos. Ser um pobre urbano dá a alguns a idéia de que roubar é certo se estiverem roubando apenas ricos, patrões, exploradores – personagens misturados.

Outro aspecto fundamental do papel que os meninos desempenham na reprodução da vida que levam diz respeito ao estilo de consumo e de lazer. A pobreza significa coisas diferente entre jovens “embalados” e adultos e jovens de “mente forte”. Para os meninos em conflito com a lei que entrevistei a pobreza envolve a falta de acesso ao lazer, as melhores mulheres e às roupas de marca. Isso pode explicar por que um jovem infrator afirma que seu lazer é tomar um litro de danone e comer pão com queijo todo dia. Ou seja, eles não querem ser identificados com os pobres que não podem comer alimentos considerados supérfluos<sup>15</sup> na dieta dos pobres urbanos. Em uma demonstração também de questionamento dos valores da família dos trabalhadores que tem recursos apenas para garantir alimentos “que alimentam”, ou seja, que garantem a força necessária para viver nas condições duras em que vivem. Os meninos afirmam que gastam seu dinheiro com “balada” e artigos de luxo. Mesmo os que dizem que ajudam a família também destinam parte significativa do dinheiro que ganham para o consumo de artigos de luxo.

---

<sup>15</sup> O significado que a comida e os diferentes tipos de comida assumem para as populações de baixa renda foi discutido com profundidade por Zaluar em *A máquina e a revolta*

Outro aspecto fundamental do papel desempenhado pelo jovem na reprodução da sua vida é a sua noção de tempo subjetivo. O menino envolvido com as facções tem uma noção de tempo individual muito estreita. Por isso um deles me disse:

- Se viver até meu filho ter seis, sete anos, eu já fiz a minha parte.

Essa concepção de tempo, de uma certa forma, está adequada a vida que o jovem leva. As principais vítimas de morte violenta são os jovens das periferias urbanas ocupadas pelos comandos. Para um menino que viu seus amigos morrerem antes dos vinte anos faz sentido perceber a infância de forma tão subtraída. Para o jovem viver até mais ser velho está condicionado a estar preso, “fora de combate”.

Por outro lado, a noção de tempo efêmero também se explica pelo estilo de vida vivido nas atividades do movimento. O tráfico é uma vida vertiginosa, sem volta, sem amanhã. Alguns se consideram “suicidas”, e são capazes de tudo para defender a “causa”: o território e o respeito de não aceitar que ninguém fira sua honra. Vivem a vida sabendo, ou aceitando, que vão morrer a qualquer momento, ainda jovens, por isso não perdem tempo pensando sobre o futuro. Faz mais sentido para ele usufruir dos prazeres disponíveis o máximo de tempo que puder. A convivência com o movimento, o envolvimento de conhecidos, vizinhos, amigos, familiares e parentes, levam muitos jovens a aspirarem desde cedo a participação naquela dramaturgia onde o prazer e o poder são os bens imediatos que justificam o risco, e muitas vezes, a certeza da morte e o confinamento na comunidade. O baile *funk* também aparece como um componente importante na socialização desse jovem no mundo do crime. O jovem concilia a atitude ousada e disposta, como quem acredita que é invencível – características de jovens em geral – com uma aceitação da idéia de que a morte é comum, e que sair dessa vida só pela via da morte ou da cadeia de adultos. Alguns afirmam que para cadeia de adultos não

vão, preferem morrer “em combate”. Eles percebem que vivem uma vida peculiar, desvinculada da vida das pessoas comuns: “a vida errada”, “a vida louca”, “a vida neurótica”.

Os relacionamentos estabelecidos no mundo do crime, inclusive no sistema de atendimento ao jovem em conflito com a lei, com amigos, vizinhos, parentes e familiares, ampliam a visão fatalista de que esse é o destino que foi reservado para eles. Esse fatalismo se materializa na visão idealizada da vida, da comunidade e da família.

Roubar é uma atividade que se justifica na desigualdade social, desde que a vítima não seja um trabalhador, sobretudo diante do tratamento humilhante oferecido a eles pelos agentes de segurança. A situação de abandono na qual vivem muitos moradores das periferias reforça ainda mais a crença de que, mesmo sendo errado, roubar e matar não é de todo errado porque eles estão fazendo justiça.

Outro aspecto fundamental do papel desempenhado pelo jovem na reprodução da sua vida tal como ela é que esses rapazes têm dificuldade para manter um vínculo afetivo forte com as pessoas de sua família por causa da instabilidade dos relacionamentos e por causa da rotatividade que envolve as atividades do crime. A falta de controle familiar sobre os infratores é muito importante e muitas vezes esses familiares não convivem com o jovem tempo suficiente para que se estabeleçam laços de confiança.

Outro aspecto subjetivo fundamental para permanência nessa vida é a escolha dos amigos. No caso dos jovens em conflito com a lei os amigos pertencem ao universo infracional. Além disso, a entrada no mundo do crime implica na aceitação do rompimento com a vida anterior e na aceitação de viver seus dias e noites dentro das interações estabelecidas no novo universo.

Em resumo, a violência cresceu de forma dramática depois da democratização da sociedade. O aumento dos crimes de sangue é um dos indicadores. Entre os fenômenos

envolvidos no aumento dos índices de violência a partir da abertura política podemos citar a igualdade difundida como ideal e não vivida na prática por amplos setores da sociedade e a entrada da cocaína no comércio de varejo, e o conseqüente aumento da lucratividade das vendas das drogas ilegais e a criação dos comandos.

O descompasso entre a vida idealizada e a vida possível, aliado ao crescimento dos ganhos e da oferta de trabalho no comércio varejista de drogas, aos efeitos do nível de concentração de riquezas, e a busca por um estilo de vida popularizado na mídia – sucesso, poder e dinheiro – levam muitos jovens a abraçar a vida do crime. Por outro lado, a adesão dos jovens ao *ethos* do combate indica também uma fragilização das instituições sociais que deveriam ter garantido a socialização das novas gerações em padrões diferentes dos que estiveram em curso na sua comunidade e na mídia, e indica o retraimento das relações sociais que vinculam o rapaz e sua família à sociedade mais ampla.

O trabalho no comércio varejista de drogas ilegais reflete as contradições e valores legítimos na sociedade brasileira atual e está intimamente relacionado com a perda do poder aquisitivo do trabalho do chefe de família e com o enfraquecimento das instituições responsáveis pelo estabelecimento da coesão social. Se considerarmos que o número de empregos diminuiu e que o jovem atraído para o trabalho de comércio de drogas ilegais é egresso das famílias de menor renda, cujos membros possuem pouca, ou quase nenhuma escolarização; que esses jovens foram socializados em meio a difusão de uma sub-cultura estruturada no poder das facções de drogas e no enfraquecimento da solidariedade cívica, em um contexto onde o trabalho teve seu significado empobrecido e em uma sociedade que valoriza o poder e o consumo, é possível entender porque esses postos de trabalho são tão atraentes. Paralelo a isso ainda é preciso considerar questões relativas a falta de lazer, a busca de auto-afirmação, a naturalização do comércio de drogas dentro da comunidade, os laços de parentesco que unem os jovens e adultos do tráfico com as comunidades onde atuam, a falta

de punição para criminosos de maneira geral e, sobretudo, a fragilidade dos laços sociais que encurralam as famílias nos seus próprios problemas, sem acesso a políticas públicas mais afetivas e sem instrumentos para enfrentar a vida urbana na modernidade tardia. A esses fenômenos podemos juntar o fato de que os adolescentes são o público alvo principal das campanhas publicitárias em uma sociedade que tem o mercado e a figura do consumidor como peças chave na identificação das pessoas. As metas de consumo disseminadas pela televisão servem de parâmetro para toda a juventude, mas amplos setores da sociedade não podem realizar essas metas, mesmo quando estão inseridos no setor formal da economia.

Além disso, o tipo de estratégia de geração de renda posta em cursos pelo jovem e pelo adulto jovem no movimento é muito comum no grupo social ao qual esses sujeitos pertencem: eles atuam no comércio de varejo informal. As classes menos assistidas tradicionalmente trabalham no comércio, muitas vezes em atividades informais para as quais não é necessária muita qualificação, onde o trabalho é vivido em sua vertente instrumental e onde não há expectativa de carreira nem de estabilidade. Trabalhar para os trabalhadores pobres urbanos é uma atividade que envolve riscos.

A desigualdade social provoca uma situação onde a sociedade perde a força e o contato social se torna mais conflituoso e esparso. As novas gerações vão perdendo, aos poucos, a confiança nas instituições e, em nome da segurança ou do controle, vivem sua sociabilidade dentro de grupos menores de convivência. Formam-se sociedades dentro da sociedade, grupos que se tornam totais, no sentido de que todas as dimensões da vida coletiva são vividas em conjunto - lazer, festividades, uniões e a produção e o consumo de bens culturais particulares, entre outras coisas. Grupos fechados de convivência, mais ou menos organizados enquanto grupo. Grupos com normas próprias, muitas vezes, autoritariamente impostas aos seus membros. Essas pequenas sociedades como estão geralmente submetidas a

ameaças externas, da cultura externa, ou de agentes de controle social, impõe uma forte disciplina a seus membros. É o caso dos grupos organizados do movimento.

A ocupação das favelas pelas facções do tráfico e a militarização dos negócios de venda de drogas ilegais no varejo já dura mais de 20 anos. Sendo assim, os jovens que atuam hoje no movimento cresceram em meio a essa influência. A situação de conflito faz parte do cotidiano das comunidades e os jovens são cada vez mais influenciados pelo envolvimento de membros de grupos de referência básico, como a família e os amigos que trabalham no tráfico. O fato dos espaços públicos das comunidades estarem ocupados pelo negócio do tráfico gera uma interação constante entre as figuras do movimento e os jovens das comunidades.

Na sub-cultura do combate disseminada nas comunidades ocupadas pelos comandos, as figuras do movimento são idolatradas e as facções são apresentadas como defensores das comunidades contra seus inimigos. Além disso, as facções são consideradas como benfeitoras e alternativas contra o descaso das autoridades e dos agentes da justiça e contra a violência policial.

A sub-cultura do combate é um conjunto de conhecimentos e valores que são produzidos no dia-a-dia do tráfico na sua relação com a comunidade e nos conflitos vivenciados que essa atividade envolve. Essa sub-cultura expressa a rotina da luta pela manutenção do território através da disseminação do ódio pelo inimigo, pelo traidor e a crença no valor da facção como defensora da comunidade e como protetora dos inocentes e dos mais fracos. No contexto dessa sub-cultura a identidade grupal dos membros das facções se constitui em oposição a um outro considerado covarde, sem princípios e merecedor da morte.

As atividades do tráfico, naturalizadas no cotidiano e na presença de parentes, amigos e vizinhos, fazem parte da rotina. Para muitos meninos os traficantes estão ali fazendo o seu trabalho, “sobe para comprar droga quem quer” e as mortes e a violência são provocadas,

principalmente pela polícia, que por estar envolvida nos negócios, não é considerada como força de combate à ilegalidade. A ambigüidade da sociedade diante do problema da droga, que se expressa no envolvimento de autoridades e dos consumidores de classe média e alta, fortalece os vínculos das comunidades ocupadas com o movimento. As facções acabam por ocupar o espaço de articulação política das organizações civis comunitárias, dificultando a interação dessas populações com a sociedade mais ampla na luta contra as desigualdades sociais e a violência dos agentes de segurança e das quadrilhas envolvidas na organização do narcotráfico.

Na análise e julgamento das questões cotidianas o morador das comunidades e o rapaz em conflito com a lei não fazem uso de princípios abstratos gerais. Eles lançam mão de seus valores criados e testados no cotidiano. No caso dos jovens envolvidos com o movimento o que está em jogo é saber quem é culpado ou quem é inocente, quem merece ser roubado, quem merece ser morto. Por isso os meninos afirmam que o pior que pode acontecer com um filho seu é morrer inocente. Mesmo a comunidade reconhece o “bom bandido”, o que respeita as regras de convivência com a comunidade.

Por outro lado, os rapazes querem se sentir incluídos porque se sentem discriminados pela forma como se vestem, e só conhecem poucas histórias de pessoas que deixaram a vida do crime, sempre pela via da religião protestante, que é um rompimento radical que alguns não se sentem capazes de realizar. A situação do grupo doméstico também é crítica. A não aceitação de um estilo de vida onde não há espaço para o consumo de supérfluos, principalmente roupas, e onde o trabalho envolve muito esforço e humilhação coloca muitos jovens na área de influência do movimento. No começo como espectadores ou acompanhantes de amigos, e, aos poucos, na medida que demonstra interesse sincero e maturidade para “meter a mão”, aceitar ordens e sofrer sem discutir, ele passa a ser aceito pelo grupo como um novo membro.

O papel que a pessoa desempenha na reprodução da sua vida passa pela identificação com os outros dentro de um contexto relacional e pelas expectativas quanto ao futuro. O menino se vê em uma situação onde ele acredita que vai voltar para um ambiente pernicioso sem ter instrução suficiente para sair da vida que leva. As escolhas para ele são muitas difíceis. Assim, reproduzir a vida que levam tal como ela é também implica em não ser capaz de imaginar uma vida melhor possível. O jovem não vê saídas visíveis e não se sente com força para enfrentar todas as adversidades que envolve mudar. E na falta de bons projetos e liderança comunitária e governamental, e em função de um fatalismo desenvolvido nas experiências vividas e observadas, o menino não acredita que possa sair dessa vida sozinho e elabora projetos irrealizáveis em sinal de que não consegue ver saídas viáveis. A igreja, principalmente a neo-pentecostal, consegue retirar alguns jovens dessa vida porque ela se configura em uma nova vida para a qual ele tem auxílio para entrar e permanecer. Além disso, a conversão é aceita no seu grupo, até pela polícia. O bandido que “virou crente” é absolvido pela comunidade e pelos policiais.

O tráfico atinge as famílias nas comunidades de diversas formas: aumenta a dificuldade e a preocupação dos pais com o controle dos filhos, no isolamento que impõe aos moradores por canalizar para os espaços públicos da comunidade o conflito armado e na forte influência que exerce sobre a juventude porque ocupa os lugares de sociabilidade e organização política.

Como em situações de relativização da tradição e embate de ideologias concorrentes o sujeito fica mais livre, os jovens estão em condições de escolher e conjugar matrizes diferentes de conduta em proveito próprio. Nesse sentido, como também observou Zaluar na Cidade de Deus (2000), tiram partido das situações que estão colocadas para eles. Entre elas o fato de que a desigualdade social justifica o sentimento de revolta. Por isso a revolta é o sentimento que humaniza o “bandido”, mesmo o das outras áreas, por que ela é compartilhada

por todos, diante das desigualdades sociais e da ambigüidade da ação da polícia, dos homens públicos e dos grupos mais favorecidos da sociedade, que freqüentam a favela a procura das drogas. “Pobre, tem que roubar.” e “Ninguém é bandido por que quer.”, são expressões usadas por eles nas análises que fazem das situações que vivem. Os meninos também percebem como as condições de trabalho dos pais, que precisam dos filhos para compor a renda, e que se ausentam de casa deixando a prole sozinha, compõe o mosaico da opção pelo crime.

Tanto nas grandes questões quanto nas pequenas, ele [o indivíduo] está preso à distribuição do poder, à estrutura da dependência e das tensões no interior de seu grupo (...) E, dependendo de sua decisão, o peso autônomo dessa trama trabalhará a seu favor ou contra ele (Elias, 2000, 51).

Além de diferenciais de econômicos, diferenciais de coesão grupal também influenciam o poder que um grupo de indivíduos pode ter no curso das ações de outros indivíduos. A força desse grupo derivando da força das relações sociais estabelecidas no cotidiano. E essa força que condiciona os indivíduos se expressa nas relações sociais e é nessas relações que podemos entender a atitude dos jovens que optam pelo mundo do crime como forma de garantir sua sobrevivência e o senso de identificação com grupos significativos.

Por tudo que foi exposto, para entendermos o papel desempenhado pelos adolescentes em conflito com a lei na reprodução da sua vida tal atual é necessário compreender esse papel vinculado com o contexto onde o jovem atua. Em outras palavras, é preciso analisar as interações que ele estabelece no cenário onde as escolhas são feitas e a rotina reproduzida. Quando focalizamos as relações sociais o tráfico se apresenta e se constitui enquanto um grupo coeso que concentra força política e cultural e que nas relações cotidianas e controla significativamente as decisões sobre os usos do território e sobre o curso das condutas nos territórios ocupados. O controle do tráfico sobre os territórios se baseia na força que o grupo o exerce sobre seus membros em um contexto onde a justiça é sumária e os sujeitos são

avaliados no calor nas situações de encontro, em busca da verdade contextual. Também se baseia no uso das armas, na cumplicidade de agentes do governo e dos usuários e na força dos lucros que gera. Mas, sobretudo, a força do tráfico se sustenta nas profundas desigualdades que dificultam o contato social e estreitam os laços de sociabilidade e fragilizam as instituições responsáveis pela socialização das novas gerações e pela coesão social, entre elas a escola e a família.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como o foco da análise recai sobre as relações sociais, as interações, a vida em tempo real, foi necessário investigar o papel desempenhado pelo menino nessas interações. No caso do menino envolvido com o tráfico de drogas as interações básicas ganham importância por que ele tem o seu campo de sociabilidade restrito a elas. A vida coletiva do jovem é vivida exclusivamente, com os amigos da localidade, na sua maioria do tráfico, e na vizinhança. Os jovens dos comandos não frequentam escola, ou clube, ou igreja. Ou seja, ficam limitados aos laços estabelecidos no tráfico.

É nas relações estabelecidas em tempo real por esses sujeitos, nas quais eles se identificam, reconhecem o outro e procuram reconhecimento que se materializa a auto-regulação e o monitoramento reflexivo e recíproco das condutas envolvido na reprodução da vida real. A auto-regulação e o monitoramento reflexivo são os mecanismos que conformam as interações e garantem a reprodução ou a mudança social.

O conflito constante flexibiliza as instituições e as interações. Os encontros em tempo real ficam abertos as influências do momento. Nesse contexto a lealdade, a força e a violência são usadas nas situações de encontro para resolver conflitos ou controlar o curso dos acontecimentos. No caso dos meninos dos comandos, foco desse estudo, o pertencimento ao comando define não só a identidade publicamente assumida, como sela um destino cujo horizonte é a morte ou a “máquina de fazer velhinho”, a penitenciária.

A falta de regras e instituições universais e socialmente aceitas que civilizem os relacionamentos e o negócio de venda de drogas ilegais, provoca uma hipertrofia no processo de auto-regulação e de monitoração reflexiva. O grupo funciona como poderoso agente de controle sobre o curso das condutas de cada um de seus membros. O controle sobre o comportamento e a exigência de uma lealdade cega se amplificam em função da concorrência de outros grupos. O espaço do encontro e o curso dos acontecimentos durante as interações

são disputados e os sujeitos mais bem organizados, ou armados, têm maior capacidade de controle.

Nesse cenário os jovens demonstram que acreditam que existe uma espécie de contrato social entre o comércio varejista de drogas ilegais e a comunidade. Na base desse contrato está a idéia de “moral” e a valorização da família, da lealdade e o respeito às regras da reciprocidade.

A lenda pessoal e o “conceito” são atributos importantes nas situações de encontro. O estilo individual do dono, do “patrão”, como eles dizem, é considerado fundamental para a manutenção da ordem. O morro “fica tranqüilo quando o pessoal é formado”. O “formado” não é covarde, nem descontrolado e sempre é “humilde”. Ser “formado” é um atributo pessoal dos indivíduos: “A favela fica amenizada. O pessoal tem mente”. É possível amadurecer e se tornar “formado” desde que viva o tempo necessário para desenvolver uma “mente cascuda”. O que indica que um sujeito é “formado” é sua tranqüilidade, seu senso de justiça e a forma como se relaciona com os outros no cotidiano. O sujeito também não pode “vacilar”. Agir na “pureza” é uma das formas de se conseguir “um conceito”, ou “uma moral”, que pode se expressar no convite para ocupar um cargo na estrutura do tráfico. É preciso ter sabedoria para subir no tráfico “na moral”: “sofrer”, “agir na pureza”, “prestar contas direito” e estar sempre pronto para obedecer a ordens. O sofrimento é uma coisa que aproxima “bandidos” e “trabalhadores” quando o que os identifica é o fato de serem pobres urbanos.

O foco nas relações sociais também se motivou pela crença de que a relação educativa tem uma dimensão social e interpessoal. Por isso o professor e a escola podem desempenhar um papel importante no combate ao tráfico e aos valores disseminados pela sociedade de consumo que seduzem cada dia mais jovens e têm grande apelo emocional. A própria sociedade desempenha um papel importante ao ainda permitir que muitos jovens sejam mais expostos a esse tipo de influência do que a outras, como a escola e o conhecimento formal.

Na falta de lazer orientado, e de educação conseqüente, na falta de supervisão familiar, as vezes por motivos de trabalho, na falta de perspectivas de trabalho mais atraentes, o jovem de “mente fraca” se deixa “embalar” pelo movimento. Os jovens também não conhecem muitas histórias de pessoas que tenham largado a vida do crime. Só umas poucas histórias sobre a conversão religiosa. Mas alguns meninos consideram a disciplina muito rigorosa exigida pela igreja. Apesar de reconhecerem que no calor das interações cotidianas, o convertido sincero é absolvido.

Os jovens se envolvem na emoção das “baladas” como usuários de drogas lícitas como o álcool e o cigarro, e drogas ilícitas. Entre os rapazes do movimento, 80% afirmam não serem usuários de cocaína, apesar de 20 % ser um percentual expressivo de usuários. As drogas trazem problemas diferentes para diferentes famílias, desde a dependência química até o envolvimento direto com as atividades do crime - o grupo de jovens que em nome da honra ou de um estilo de consumo e de lazer atuam no comércio de drogas no varejo na favela.

Mas o negócio das drogas tem uma dimensão econômica e política maior que se expressa na luta pelo controle sobre os ganhos com esse negócio e seus correlatos: a venda de armas, a distribuição da droga no atacado e o tráfico de influência. A droga é um negócio bastante rentoso e sua ilegalidade traz para esse mercado uma outra mercadoria: a proteção ilegal. As drogas no varejo não são a principal fonte de renda do tráfico. As armas, necessárias pelo acirramento dos conflitos, são um negócio muito mais rentoso.

Os rapazes que atuam no tráfico entram em um esquema de trabalho duro e nem tão bem remunerado quanto se acredita. Segundo dados do Observatório de Favelas publicado no final de 2006, 75,2% dos entrevistados em 2004 recebiam até três salários mínimos; 18% ganhavam até um salário (Observatório de Favelas, 2006).

Além dos problemas e dos riscos que a atividade envolve, um dos rapazes me disse que sua família dele deixou de vê-lo como o adolescente que ele era, aprofundando ainda

mais os problemas do rapaz no grupo doméstico. Ele também “já havia pegado o gosto” pelas atividades do movimento e na comunidade e na sociedade a vida continua a mesma, só que agora um pouco pior.

Os rapazes demonstraram falta de interesse em se envolver nas atividades de geração de renda disponíveis para eles e para seu grupo social mais próximo e consideraram o ambiente em que vivem tóxico.

Nesse mosaico o papel que o rapaz desempenha é multifacetado. Ele participa da reprodução do mundo do crime no sentido de que é efetivamente um agente nesse contexto. Por outro lado, ele assumiu para si os valores disseminados e fortalecidos pela ação do tráfico e da sociedade de consumo e escolheu um estilo de lazer “embalado”, nas “baladas”: mulheres e drogas. Entrar para o movimento leva cada rapaz a um estilo de vida radical: prazer total, adrenalina. Além disso, ele também acredita que está defendendo a honra. Nas comunidades morrer ou matar só são considerados como crime em função da análise da situação e dos envolvidos.

Mas, a decisão de entrar para o crime é tomada menos em nome da honra do que de necessidades de consumo. Situações, por vezes corriqueiras, são dadas como justificativa dessa escolha: a morte do pai, mesmo que por causas naturais, ou a morte de alguém que garantia para o jovem o consumo de supérfluos, ou mesmo a falta de recursos para comprar presentes “bons” para a mãe ou a namorada, ou para manter o estilo de consumo disseminado pela mídia: roupas de marcas e aparelhos eletrônicos de comunicação. Esse rapaz também se considera ousado, corajoso, com disposição. Além disso, é mais inconformado e comunicativo.

Porém, como dissemos antes, o controle dos indivíduos sobre o curso dos acontecimentos não é absoluto, muito menos em um lugar onde a justiça é sumária e se coloca a juventude exposta a um estilo de masculinidade baseado na força e no poder. No movimento

o controle sobre a conduta de cada um é rigoroso. Qualquer “vacilo” pode ser punido até com a morte. Isso sem falar que tem muita “caguetagem” e que o controle do menino também se limita com a estrutura de reprodução do crime dos pobres que inclui o sucateamento da escola e a super exploração do trabalho. Na verdade o garoto aceita todas essas condições adversas por dinheiro. Como um deles me disse: “o trabalho é duro, mas o dinheiro compensa” e que atuar no movimento “não é um trabalho, mas ajuda as pessoas a se equilibrar mais na vida”.

Destacar o papel que o jovem desempenha na reprodução da sua vida tal como ela é, não significa estabelecer um culpado. O sujeito só desempenha seu papel em um contexto e, além disso, nesse caso o sujeito é mesmo um jovem e o contexto adverso. O combate ao comércio varejista de drogas ilegais não é eficiente e a estrutura de combate ao crime acaba por se constituir em uma estrutura de reprodução do crime praticado pelos moradores das periferias porque as ações de segurança se dirigem apenas na direção de um grupo de bandidos: os bandidos pobres, e serve até como aparelho para as organizações criminosas, como no caso do PCC paulista.

Desempenhar um papel é ser agente dele, no sentido de estar em condições de seguir um curso de ação e seguir. Isso não significa que o jovem sempre saiba o que está escolhendo ou que tenha total controle sobre o desenrolar dos acontecimentos, nem significa que dar continuidade a esse percurso não traga ganhos para os meninos. Mesmo assim, muitas coisas acontecem sem que tenham sido previstas. A maioria dos jovens acredita que escolheu essa vida e muitos afirmam que querem sair, mas não acreditam que possam mesmos conseguir porque a vida no crime passou a ser sua rotina e também porque o contexto continua o mesmo para ele dentro e fora da comunidade.

A escola deve fortalecer e diversificar os contatos sociais dos jovens colocá-los em contato com interações mais educativas, principalmente atividades de lazer e cultura. O mesmo pode ser dito das instituições que lidam com crianças e jovens em conflito com a lei.

Apesar de todos saberem como é difícil romper com crenças, condutas e políticas de distribuição de recursos praticadas há anos, é preciso dizer que existem iniciativas locais e localizadas que estão realizando bons trabalhos.

A educação como toda prática social, espelha a dinâmica da sociedade mais ampla. Dentro de uma sociedade autoritária e preconceituosa as instituições tendem ao autoritarismo e ao preconceito. O próprio Makarenko, educador soviético que revolucionou o trabalho educativo na União Soviética dos anos 20, acreditava que o trabalho pedagógico realizado por ele com os *bezprizornie*<sup>16</sup> russos só foi possível no contexto da Revolução de 1917. Seguindo essa linha de raciocínio, a humanização do trabalho feita com os jovens em conflito com a lei dependeria da construção de um sistema de atendimento democrático, e esse último, por sua vez, só se concretizaria numa sociedade democrática. Só que, nos últimos tempos a sociedade tem sido vista não como um todo funcional, mas como uma totalidade atravessada por contradições. Gramsci, por exemplo, acredita na autonomia da sociedade civil com relação à sociedade política – o Estado no sentido clássico. O Estado ampliado gramsciano é, justamente, um lugar onde os agentes organizados que compõem a sociedade civil podem se contrapor entre si e a força tradicional do governo (Coutinho, 1992). A luta pela democratização, então, deixa de ser um combate frontal contra o estado para ser uma guerra de posições dentro do Estado. Uma guerra onde cada instituição, em separado, se configura numa posição a ser conquistada. O que significa que não é preciso esperar pela sociedade democrática para termos instituições democráticas. Por isso, vale a pena tentar oferecer já um atendimento de qualidade e solidário aos jovens do DEGASE, e o caminho a ser percorrido parece ser aquele que se dá através de um trabalho educacional que proporcione efetivas condições de reestruturação psicológica, profissionalização e lazer, realizado por profissionais qualificados e valorizados.

---

<sup>16</sup> Vagabundo, morador da rua.

O sucesso de Makarenko na União Soviética se baseava em dois princípios fundamentais. O primeiro deles era dar o máximo para exigir o máximo do educando. O segundo, era que, no projeto de futuro que o coletivo construía para cada aluno da colônia, todos se transformariam em adultos respeitados pela sociedade. A partir desses princípios, o trabalho pedagógico foi organizado no sentido de promover a alteração da trajetória de vida dos meninos e meninas na direção desse futuro. Muito mais do que ocupações e tarefas, aos jovens makarenkianos eram proporcionados conhecimentos e atividades que tentavam colocá-los em pé de igualdade com as outras crianças do seu tempo. A eles não foram oferecidos os subprodutos da cultura e da tecnologia. E os jovens souberam corresponder a esse respeito e fizeram das colônias grandes unidades produtivas e culturais.

Não há novidade nos caminhos de superação das dificuldades apresentadas até aqui, como também não há qualquer dificuldade que seja nova. O adolescente atendido pelo DEGASE, como todo adolescente, precisa de um trabalho pedagógico que faça dele um adulto profissional e valorizado, capaz de conquistar sua independência financeira e afetiva. E, se é impossível transformar a totalidade do sistema de atendimento de uma só vez, será bem menos difícil melhorar as condições de trabalho, educação e convivência dentro de cada unidade desse sistema. A sincronia entre o Estatuto e as instituições de retaguarda pode ser construída por partes. O que não podemos é deixar de continuar a tarefa de transformação na relação da sociedade com os jovens em conflito com a lei iniciada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, M. et alii. *Gangues, galeras, chegados e rappers*. Juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.
- ALENCASTRO, L. F. Vida privada e ordem privada no Império. In ALENCASTRO, L. F. (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v. 2.
- ALVITO, M. Um bicho-de-sete-cabeças. ZALUAR, A. & ALVITO, M. (orgs.) *Um século de favela*. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ASSIS, S. G. *Traçando caminhos em uma sociedade violenta*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.
- BAJOIT, G. & FRANSSEN, A. O trabalho, busca de sentido. In *Revista Brasileira de Educação*, n 5/6, mai/ago- set./dez 1997, p. 76-95.
- BLUMER, H. Symbolic interactionism. Berkeley: University of California, sd. Caps. 2 e 3.
- BOHN, S. R. Evangélicos no Brasil. Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. In *Opinião Pública*, v 10, n 2, out. 2004. Capturado em [www.scielo.br/scielo.php](http://www.scielo.br/scielo.php).
- BOUDON, R. *O justo e o verdadeiro*. Estudos sobre a objetividade dos valores e do conhecimento. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.
- CECCHETTO, F. R. *Violência e estilos de masculinidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- \_\_\_\_\_. Galeras funk cariocas: os bailes e a constituição de *ethos* guerreiro. In ZALUAR, A. & ALVITO, M. (orgs.) *Um século de favela*. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. Págs 145-165.
- COSTA, J. F. *Violência e psicanálise*. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- COUTINHO, C.N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- DAMATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis*. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1990, p.146-204.

BRASIL. Governo de Estado do Rio de Janeiro. Secretaria de Estado de Justiça. Departamento Geral de Ações Sócio-educativas. Avaliação biopsicossocial de adolescentes em conflito com a lei. Rio de Janeiro, 2002.

DOWDNEY, L. *Crianças do tráfico*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003.

ELIAS, N. & SCOTSON, J. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

\_\_\_\_\_ *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

\_\_\_\_\_ *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

GABARINO, J. Raising children in a socially toxic environment. In *Family Matters*, n 50. Australian Institute of Family Studies, 1998.

GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

\_\_\_\_\_ *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

\_\_\_\_\_ *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GOMES, A. C. A política brasileira em busca de modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In SCHWARCZ, L. M. (org.) *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 4.

GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

GONÇALVES, M. A. *O Brasil na virada do século*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SOUZA, L. M. (org.) *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v. 1.

MACHADO, L. A. Criminalidade violenta: por uma nova perspectiva de análise. In *Revista de Sociologia e política*, n 13, nov. 1999, 115-124.

MACHADO, D. C. Jovens no mercado de trabalho do Rio de Janeiro. In *Trabalho e sociedade*, n 1, ago. 2001, 3-10.

MAFRA, C. Drogas e símbolos: redes de solidariedade em contextos de violência. ZALUAR, A. & ALVITO, M. (orgs.) *Um século de favela*. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

MAGALHÃES, M. *O narcotráfico*. São Paulo: Publifolha, 2000.

MARIN, I. S. K. *Violências*. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2000.

MARTINS, H. H. T. S. O jovem no mercado de trabalho. In *Revista Brasileira de Educação*, n 5/6, mai/ago- set./dez 1997, p. 96-109.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*, 2 ed. São Paulo: Abril cultural, 1978. Os pensadores. Págs. 325-404.

MILLS, C. W. *A imaginação sociológica*. 5 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

MISSE, M. Crime e pobreza: velhos enfoques, novos problemas. In BOAS, G. V. & GONÇALVES, M. A. *O Brasil na virada do século*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

\_\_\_\_\_. *O movimento*. Capturado no site [www.ufrj.ifcs.necvu.br](http://www.ufrj.ifcs.necvu.br). 1999.

\_\_\_\_\_. *Crime urbano e sociabilidade violenta e ordem legítima*. Comentários sobre a hipótese de Machado da Silva. Capturado no site [www.ufrj.ifcs.necvu.br](http://www.ufrj.ifcs.necvu.br). 1999.

MORAES FILHO, E. (org.) *Georg Simmel*. São Paulo: Ática, 1983. Págs. 47-86.

NEPD & CLAVES. Estudo global sobre o mercado ilegal de drogas. Rio de Janeiro: FICRUZ, 2000.

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS. *Caminhada de crianças, adolescentes e jovens na rede do tráfico de drogas no varejo do Rio de Janeiro, 2004-2006*. Capturado no site [www.observatoriodefavelas.org.br](http://www.observatoriodefavelas.org.br).

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO/ Programa Internacional de Eliminação do Trabalho Infantil. Crianças no tráfico de drogas: levantamento rápido. Genebra: IPEC, 2002.

PERALVA, A. *Violência e democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

POLANYI, K. *A grande transformação*. 3 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PROCÓPIO, A. *O Brasil no mundo das drogas*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

RAMALHO, J. R. *O mundo do crime: a ordem pelo avesso*. 2 ed. a ordem pelo avesso. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

REIS, E. P. Desigualdade e solidariedade: uma releitura do “familismo amoral de Banfield. In REIS, E. P. *Processos e escolhas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

SIMMEL, J. *Sociología*. Estudios sobre las formas de socialización. Buenos Aires: Espasa/Calpe Argentina, sd. Cap. 5.

SILVA, J. S. *Juventude, favelas e os grandes meios de comunicação*. Capturado em [www.fazendomedia.com/novas/educacao151105.htm](http://www.fazendomedia.com/novas/educacao151105.htm).

WEBER, M. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1991. Pags. 5-35.

ZALUAR, A. *A máquina e a revolta*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

\_\_\_\_\_ *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

\_\_\_\_\_ Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil. In SCHWARCZ, L. M. (org.) *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 4. Págs. 245-318.

ZAMORA, M. H. (org.) *Para além das grades*. Elementos para a transformação do sistema socioeducativo. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO/ São Paulo: Loyola, 2005.

ZIEGLER, J. *Os senhores do crime*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

## **ANEXOS**

## ANEXO 1

### ROTEIRO DAS ENTREVISTAS EM GRUPO

- 1- Idade.
- 2- Delito.
- 3- Quanto tempo de internação.
- 4- Comando ao qual pertencem.
- 5- Como é a vida na família – com que vive? com que regularidade vê a família? tem filhos?
- 6- Como entrou para essa vida?
- 7- Como é a rotina de trabalho?
- 8- Gosta do trabalho?
- 9- Quem são seus amigos?
- 10- Como é a vida na comunidade?
- 11- Como é a vida na instituição?
- 12- Já trabalhou?
- 13- Estudou até que série?
- 14- Características da escola.
- 15- O que significa pertencer a uma facção?
- 16- É certo vender drogas?
- 17- O que espera do seu futuro?

## ANEXO 2

### ***ROTEIRO DE ENTREVISTA INDIVIDUAL***

#### **A) Família:**

1. Onde nasceu?
2. Quantos viviam na sua casa? Grau de parentesco.
3. Quem cuidava de você e de seus irmãos?
4. Quem trabalhava? Trabalhava no que?
5. Quantos cômodos tinha sua casa, era própria, era de alvenaria, tinha água e esgoto, luz, etc.
6. Você conhecia/convivia com a família de seu pai e mãe – tios, avós.
7. Seus pais são do Rio?
8. Estudaram?
9. O que você mais gosta nos seus pais?

10. E o que você menos gosta?
11. Seus irmãos estudam?
12. Como você vivia quando era pequeno? Qual era sua rotina diária?
13. Você tem sua própria família? Como ele é?
14. Como quer que seja sua própria família?

#### **B) Escola:**

1. Estuda hoje? Qual série?
2. Entrou na escola com quantos anos?
3. Repetiu? Que série? Quantas vezes?
4. Descreva sua escola.
5. Estudou sempre na mesma escola?
6. Faltava algum professor?
7. Qual professor você mais gostava?
8. Como deve ser um bom professor?
9. Qual o pior defeito da sua escola?

10. Você teve problemas com os seus professores?
11. Teve problemas com seus colegas de escola?
12. Teve problemas com disciplina?
13. O que você gostaria de aprender que não aprendeu na escola?
14. Como deve ser uma boa escola?

**C) Auto-imagem:**

1. Quem foi a pessoa com quem você aprendeu mais coisas?
2. O que esta pessoa te ensinou?
3. Se você pudesse ser outra pessoa você seria? Quem você seria?
4. Qual é a maior qualidade que uma pessoa pode ter?
5. Qual é o maior defeito que uma pessoa pode ter?
6. Você se parece com seu pai ou sua mãe – ou qualquer outro parente?
7. Descreva-se para mim.
8. O que você mais gosta em você?
9. O que você menos gosta?

10. Qual foi o melhor dia da sua vida?
11. Qual o pior?
12. Quem são seus melhores amigos?
13. O que é um amigo para você?
14. O que você respeita acima de tudo?
15. O que você mudaria se pudesse?

**D) Temas gerais:**

1. O que é o futuro para você?
2. O que é viver bem?
3. O que é a morte?
4. O que é agir como homem?
5. O que o trabalho para você?
6. Você acredita em Deus?
7. O que é Deus para você?
8. Você acha que deve alguma coisa para a sociedade? Porque?

9. Quem é a sociedade para você?
10. A quem você recorre quando tem um problema?
11. A sociedade te deve alguma coisa?
12. Você deve respeito a alguém? Quem? Porque?
13. Quem deve ajudar as pessoas na hora de necessidade?
14. Você trabalha?
15. O que você faz para se divertir?
16. O que você acha das pessoas que usam drogas? E dos viciados?
17. Quem tem o direito de dizer o que é certo e o que é errado na sociedade?
18. Quem tem o direito de dizer o que é certo e o que é errado na sua vida?
19. Quando uma pessoa deve ser punida? Quem deve punir as pessoas que erram em relação as outras pessoas?
20. O que uma pessoa não pode fazer com a outra?
21. Alguém ou alguma coisa pode acabar com o crime?

22. E com o tráfico?

### **E) Vida no Crime:**

1. Como era sua vida antes de entrar para o mundo do crime?
2. Qual foi seu primeiro delito?
3. Você sempre atuou no tráfico?
4. Quantas vezes esteve em lugares como este?
5. Você já pensou em mudar de vida? Quando?
6. O que você mais gosta nesta vida?
7. O que menos gosta?
8. O que mudou na sua vida depois que você entrou para o crime?
9. Alguma coisa podia ter impedido você de estar nesta vida? O que?
10. Alguma coisa pode tirar você desta vida?
11. Descreva sua rotina.
12. E nos finais de semana?
13. A polícia pode acabar com o crime? Porque?

14. A sociedade pode acabar com o crime? Porque?
15. O tráfico atrapalha a vida das pessoas?
16. O tráfico atrapalha a vida da comunidade carente?
17. Qual é a maior força do tráfico?
18. Qual é o maior defeito do tráfico?
19. Você acha que deve ser punido por estar nesta vida?

**F) Final:**

1. Como você quer que a gente se lembre de você?
2. Tem alguma coisa que você queira nos contar e que nós não perguntamos?

### **ANEXO 3**

#### **FICHA DE ANÁLISE DOS PRONTUÁRIOS – nº**

**Nome:**

**Nascimento:**

**Idade em 200.....:**

**Data da entrada “atual”:**

**Data de saída:**

**Delito atual:**

**Delitos anteriores:**

**Número de entradas:**

**Certidão de nascimento:**

**Nasceu:**

**Reside:**

**Situação relacional externa:**

**Situação educacional e de trabalho:**

**Situação material da família:**

**Relação com as drogas:**

**Problemas médicos:**

**Características apontadas pela equipe para o jovem e sua família:**

**“Justificativa” da família:**

**“Justificativa” do menino:**

**“Justificativa” da equipe:**

**Observação:**

## ANEXO 4

### ROTEIRO DOS GRUPOS FOCAIS

#### **1-Vida na comunidade:**

- . Atividades das quais participa.
- . Melhores amigos.
- . Tempo que passava sozinho quando criança.
- . Atividades de lazer desenvolvidas na comunidade.
- . Você pode circular livremente pela cidade e pela comunidade?
- . Por que há tanto conflito na comunidade?
- . O tráfico atrapalha a vida das pessoas?
- . O tráfico atrapalha a vida da comunidade?
- . O que é “fortalecer” a comunidade?

#### **2- Vida no crime;**

- . Parentes os familiares no crime?

- . Amigos no crime?
- . Atividade desenvolvida?
- . Rotina daria.
- . Remuneração.
- . Alguém pode acabar com o tráfico?
- . Qual é a maior força do tráfico?
- . Qual é o maior defeito do tráfico?

#### **3- Relações no crime.**

- . Como era sua vida antes de entrar para o mundo do crime?
- . Qual foi seu primeiro delito?
- . Você sempre atuou no tráfico?
- . Quantas vezes esteve em lugares como este?
- . Você já pensou em mudar de vida? Quando?
- . O que você mais gosta nesta vida?
- . O que menos gosta?
- . O que mudou na sua vida depois que você entrou para o crime?

- . Alguma coisa podia ter impedido você de estar nesta vida?
  - . Alguma coisa pode tirar você desta vida?
  - . Descreva sua rotina.
  - . E nos finais de semana?
  - . O que é necessário fazer para se dar bem nessa vida?
  - . O que não pode ser feito?
  - . Quais são as coisas mais importantes para alguém que vive no crime?
- . A quem você deve obediência?
  - . Você pode fazer o que quiser na comunidade?
  - . Alguém pode fazer o que quiser na comunidade?

#### **4- Vida pessoal e valores.**

- . O que você considera mais importante na sua vida?
- . Em quem você pode confiar?
- . Você pretende mudar de vida?
- . O que você espera do futuro?
- . O que você deseja para sua família?
- . Você acredita em Deus?
- . Você acha que a vida do crime é certa?
- . Porque você entrou para essa vida?
- . Você se arrepende de alguma coisa na vida?
- . Quem tem o direito de dizer o que é certo e o que é errado na sociedade?
- . Quem tem o direito de dizer o que é certo e o que é errado na sua vida?

. Quando uma pessoa deve ser punida? Quem deve punir as pessoas que erram em relação às outras pessoas?

- . O que uma pessoa não pode fazer com a outra?
- . Você acha que deve ser punido por estar nesta vida?